



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 24 de janeiro de 2023.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos
OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini
OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Novembro/2022



Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DA EMPRESA.....	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	6
2.2. DA SITUAÇÃO DA RECUPERANDA.....	9
3. VISÃO GERAL DAS RECUPERANDAS	9
3.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	9
3.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	15
3.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
4. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	16
4.1. BALANÇO PATRIMONIAL	17
4.1.1. Disponível.....	17
4.1.2. Contas a Receber	20
4.1.3. Estoques	23
4.1.4. Ativo Biológico.....	26
4.1.5. Investimentos	29
4.1.6. Imobilizado	32
4.1.7. Fornecedores.....	37
4.1.8. Contas a Pagar – Cooperativas.....	42
4.1.9. Empréstimos e Financiamentos.....	44
4.1.10. Obrigações Sociais e Trabalhistas	48
4.1.11. Passivo Tributário.....	51
4.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	54
4.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas	55
4.2.2. Receita Líquida e Custo de Vendas	57
4.2.3. Margem de Contribuição e Despesas Operacionais	60
4.2.4. Resultado Operacional	63
4.2.5. Equivalência Patrimonial	65
4.2.6. Resultado Financeiro	67
4.2.7. Resultado Líquido.....	69
4.3. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	72



4.3.1.	Atividades Operacionais	72
4.3.2.	Atividades de Investimento.....	75
4.3.3.	Atividades de Financiamento	77
4.3.4.	Fluxo de Caixa Consolidado.....	79
4.4.	ÍNDICES E INDICADORES	81
4.4.1.	Liquidez Corrente.....	82
4.4.2.	Liquidez Geral.....	84
4.4.3.	Endividamento	87
4.4.4.	Participação do Custo de Vendas.....	89
4.4.5.	Margem EBTIDA.....	91
4.4.6.	Margem NOPAT	94
5.	PASSIVO CONCURSAL.....	96
6.	ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
7.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL.....	99
8.	ANEXOS	100



Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
BP	Balanço Patrimonial
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos, comissões, etc.
Receita Líquida	Se trata do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos, devoluções e comissões, sendo esta última de acordo com a política da empresa.
Custo de Vendas	São os gastos diretamente ligados a produção, como matéria-prima, materiais auxiliares e mão-de-obra direta.
Margem de Contribuição	Por margem de contribuição entende-se o valor que a operação da empresa gera após deduzir os impostos e os custos de vendas. Esse valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interests, taxes, depreciation and amortizations</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações – representa a geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de juros pagos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações; e ganhos obtidos no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente a operação executada pela empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados a operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado.
Resultado Líquido	Se trata de resultado final da empresa, depois de contabilizado todos os fatores ocorridos no exercício.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação da sua crise, de forma a resguardar e maximizar sua função social, seja como entidade geradora de bens e recursos, seja como provedora de empregos e tributos resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas recuperandas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

Com base nos dados que aqui serão apresentados, verificaremos ou não a capacidade das empresas, no presente momento e contexto, de honrar suas responsabilidades,

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das recuperandas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas Recuperandas, de modo que estas devem estar cientes de que tem exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constatare qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.

tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

O atual relatório retrata exclusivamente as informações disponibilizadas, pelas recuperandas, entre os meses de junho/2022 a novembro/2022.

2. Do cenário econômico e da situação da empresa

O objetivo desse tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica da recuperanda visando assim uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação da recuperanda².

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa a situação de crise econômico-financeira.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pelas recuperandas, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica, bem como, da atual situação do setor desenvolvido.

² Detalhado pela própria recuperanda.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.



Segundo o relatório Focus do Banco Central divulgado na data de 16/01/2023 estima-se que o PIB brasileiro crescerá 0,77% neste ano.

A previsão para o câmbio⁴ é de R\$ 5,28/US\$. Para o ano de 2024, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 5,30/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para àquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo, diz respeito a Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2023 é de US\$ 57,20 bilhões. Em relação ao ano de 2024, a expectativa – também de superávit – foi de US\$ 52,40 bilhões.

Em relação a taxa básica de juros (Selic), a mediana das projeções para 2023 é de 12,25% ao ano e de 9,25% ao ano no final de 2024, segundo especialistas.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023 seria de 5,39%, enquanto para 2024, a projeção foi de 3,70%.

Setorialmente, verifica-se diferentes impactos – dado a especificidade de cada um dos setores.

No setor sucroalcooleiro, a safra de 2022/2023 é esperada com entusiasmo dado que não há previsão de seca como aquela que abalou os canaviais na safra anterior (2021/2022). Desse ciclo, a moagem acumulada de cana entre 1º de abril de 2022 até

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.



01 de dezembro de 2022 foi de 531,92 milhões de toneladas na região Centro-Sul, ante 521,19 milhões de toneladas registradas no mesmo período de 2021. A quantidade de cana-de-açúcar processada na atual safra superou a moagem total registrada no último ciclo⁵. Em relação ao etanol, no acumulado do atual ciclo agrícola foram produzidos 15,32 bilhões de etanol hidratado e 11,25 bilhões em anidro.

Desde o início da safra 2022/2023, a moagem de cana-de-açúcar totalizou 490,22 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na região Centro-Sul, enquanto a fabricação de etanol atingiu 24,45 bilhões de litros.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), na segunda quinzena de novembro/2022, a região Centro-Sul atingiu 16,23 milhões de toneladas de cana-de-açúcar⁶ sendo essas processadas por 84 unidades⁷, cuja ATR foi de 139,87 kg por tonelada colhida.

No que diz respeito ao etanol verifica-se que 887,26 milhões de litros foram fabricados no mesmo período. Desse volume total, o hidratado alcançou 387,40 milhões de litros, sendo 449,86 milhões de litros a produção de etanol anidro.

Desde o início da safra 2022/2023, as vendas para o mercado interno e externo das unidades produtoras totalizaram 19,83 bilhões de litros de etanol, sendo 11,48 bilhões de etanol hidratado e 8,35 bilhões de litros de anidro.

⁵ Quando 523,45 milhões de toneladas fecharam o balanço de oferta de matéria-prima em 31/03/2022.

⁶ O forte aumento pode ser atribuído ao encerramento precoce das unidades produtoras na safra anterior devido à estiagem que prejudicou severamente o desenvolvimento da planta.

⁷ No início da primeira quinzena de dezembro. Na 2ª quinzena de novembro, cinquenta e seis unidades produtoras encerram a moagem de cana-de-açúcar do atual ciclo.



2.2. Da situação da recuperanda

Em seu Relatório Operacional, a recuperanda apresenta dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito atual situação. Nesse sentido e, segundo a recuperanda:

Nas cotações do dia 16/12/22 o mercado do Açúcar e do Etanol Hidratado, estava mais vantajoso produzir Açúcar do que produzir o Açúcar, pois o Etanol Hidratado estava remunerando R\$96,31/saco equivalente e o Açúcar no mercado externo R\$ 112,04/saco.

3. Visão Geral das Recuperandas

Neste ponto, será apresentada a composição societária da empresa, assim como, eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver), com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

3.1. Grupo Virgolino de Oliveira

A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO), se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.

01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL



Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	35.075.311,31

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	28.850.352,92

03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Capital Social (R\$)	114.401.414,00

04 - VI	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	455.000.000,00



05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	813.334.000,00

06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00

07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S A ACUCAR E ALCOOL



Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	23.208.717,58

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	1,00

De acordo com os autos, foram citadas as seguintes filiais:

- Da Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74



- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64
- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:

09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005



Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

3.2. Da composição societária

Devido ao fato de o GVO ser composto como Sociedade Anônima (S.A.) não há composição societária. No entanto, segundo a petição inicial às fls. 10:

Todas as decisões sobre a condução dos negócios de todos os Requerentes (empresas e produtores rurais) são tomadas (desde o início de 2015) pela diretoria formada pelo Presidente (Sr. Joamir Alves) e pela acionista controladora que detém a maior parte das ações das empresas – e também produtora rural – (Sra. Carmen Ruete de Oliveira).

À exceção do acima exposto encontra-se a recuperanda Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. a qual apresenta a seguinte composição societária:



Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. Sócios	Capital	Participação
Açucareira Virgolino de Oliveira SA	22.783.088,00	86,36%
Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool	3.597.235,00	13,64%
Total	26.380.323,00	100,00%

3.3. Da estrutura organizacional

As recuperandas possuem a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar Álcool Consolidado	Agropecuária Nossa Sra. do Carmo Consolidado	Açucareira VO Consolidado	Agropecuária Terras Novas Consolidado	Total GVO Consolidado
Nov/21	232	403	93	118	846
Dez/21	232	398	93	117	846
Jan/22	232	398	93	116	839
Fev/22	229	426	93	113	861
Mar/22	227	427	92	108	854
Abr/22	227	424	92	108	851
Mai/22	99	167	53	78	397
Jun/22	100	166	53	75	394
Jul/22	99	165	52	75	391
Ago/22	99	165	51	75	390
Set/22	99	165	51	74	389
Out/22	98	164	50	74	386
Nov/22	97	164	51	74	386

O saldo consolidado da tabela de funcionários registrou diminuição de um posto de trabalho no mês de setembro/2022, enquanto no mês de outubro/2022 essa foi de três colaboradores, mantendo-se estável em novembro/2022 totalizando assim trezentos e oitenta e seis postos de trabalho ao final do período – conforme tabela acima.

4. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o IBRACON (NPC 27):



[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

O exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano. Nesse sentido, o relatório analisará o exercício de 2022/2023, o qual finalizará em abril do ano seguinte.

Cabe destacar que todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais.

4.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar de forma qualitativa e quantitativamente – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira da empresa.

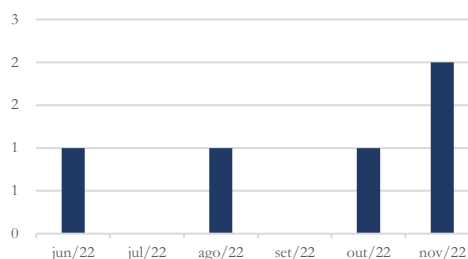
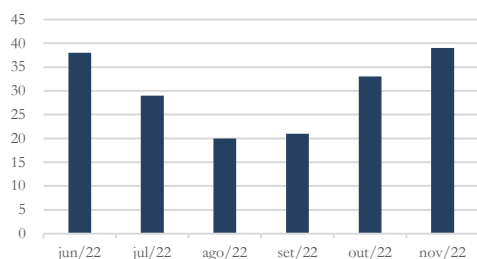
4.1.1. Disponível

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

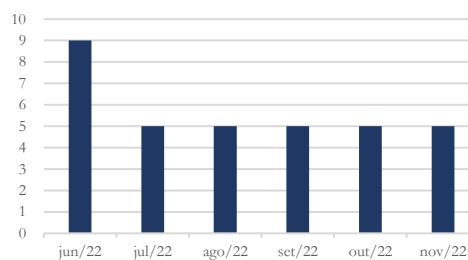


O saldo das disponibilidades da VOSA no mês de setembro/2022 apresentou aumento de 5,00%, de 57,14% em outubro/2022 e de 18,18% em novembro/2022. Já na ANSC, o saldo contabilizado foi zero no mês de setembro/2022, de R\$ 1 mil em outubro/2022 e de R\$ 2 mil em novembro/2022.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA



Açucareira Virgolino de Oliveira SA

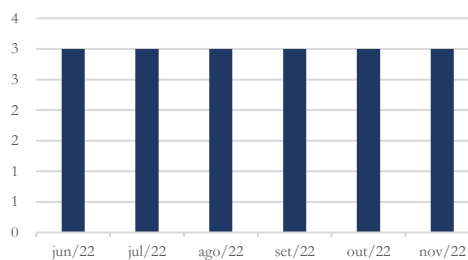


No período analisado de setembro/2022 a novembro/2022, a VO Empreendimentos Imobiliários manteve saldo zero, enquanto a Açucareira contabilizou saldo de R\$ 5 mil nos meses de setembro/2022 a novembro/2022.

Agropecuária Terras Novas SA

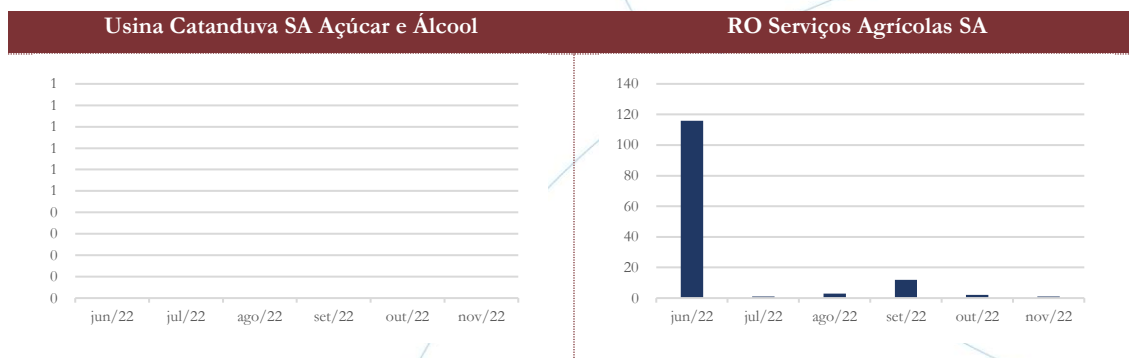


Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

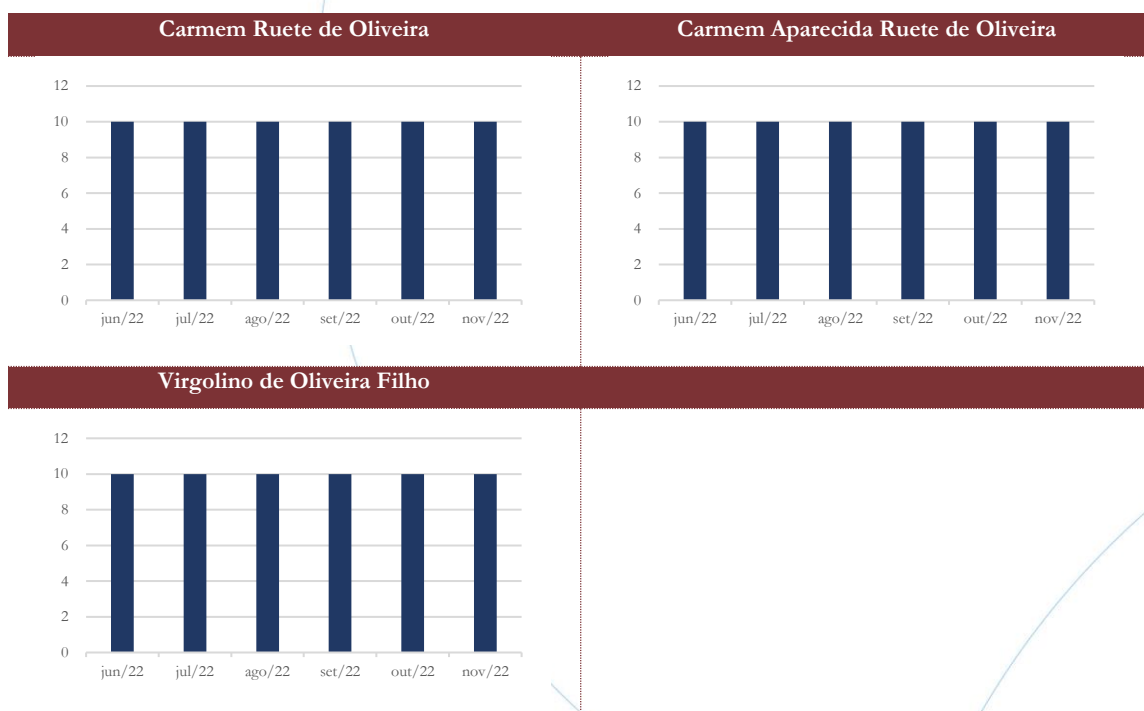




A Agropecuária Terras Novas não apresenta saldo na conta disponível desde o mês de junho/2022, conforme o gráfico acima. A VO Bioenergia não apresentou alteração no saldo no mesmo período analisado.



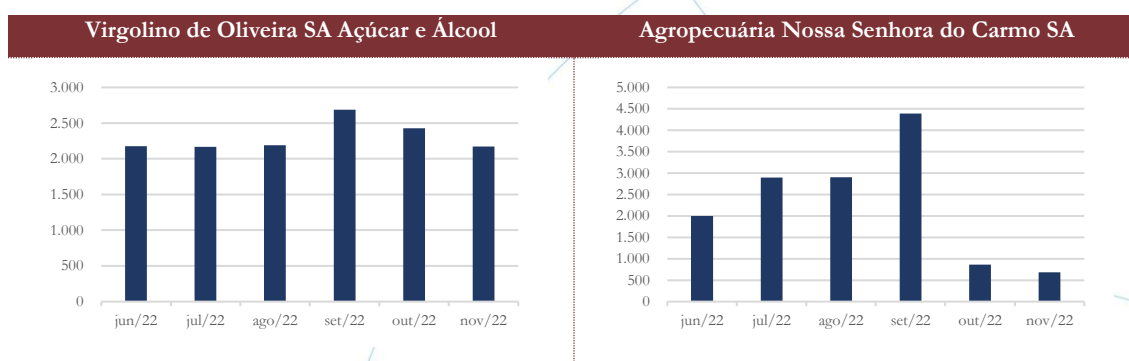
Na Usina Catanduva, conforme gráfico acima, não há saldo de disponível, enquanto na RO Serviços Agrícolas o saldo passou de R\$ 12 mil em setembro/2022 para R\$ 2 mil em outubro/2022 e R\$ 1 mil em novembro/2022.



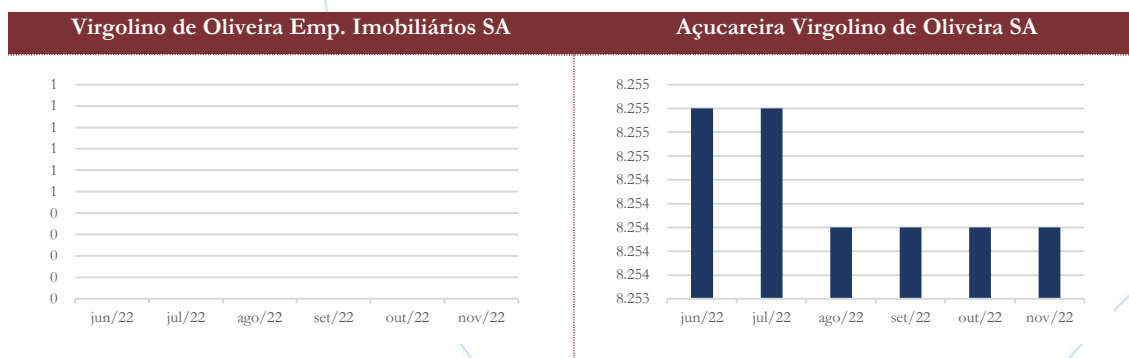


No período de setembro/2022 a novembro/2022, os três produtores rurais, a Sra. Carmem Ruete de Oliveira, Sra. Carmem Aparecida Ruete de Oliveira e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho, mantiveram saldo constante no valor de R\$ 10 mil na conta disponibilidades.

4.1.2. Contas a Receber

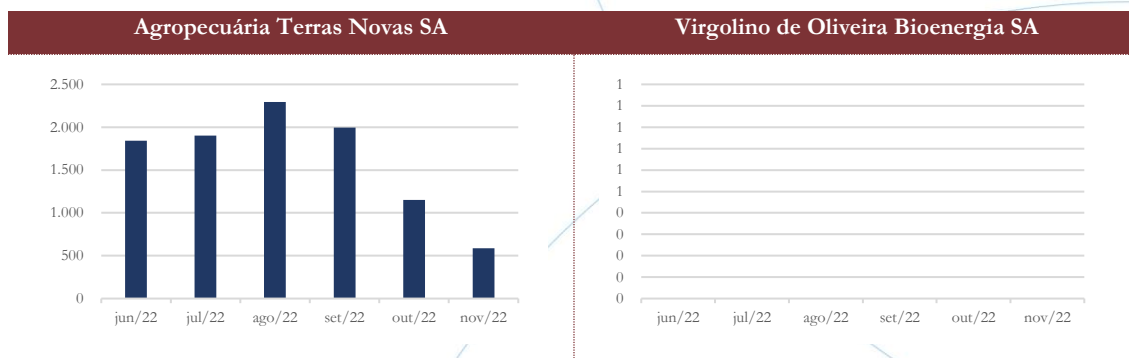


A VOSA apresentou aumento de 22,76% no saldo do contas a receber contabilizado no mês de setembro/2022, demonstrando diminuição de 9,53% em outubro/2022 e de 10,70% em novembro/2022. Na ANSC o aumento foi de 51,40% no mês de setembro/2022, seguido de baixa de 80,42% no mês de outubro/2022 e de 20,81% em novembro/2022.

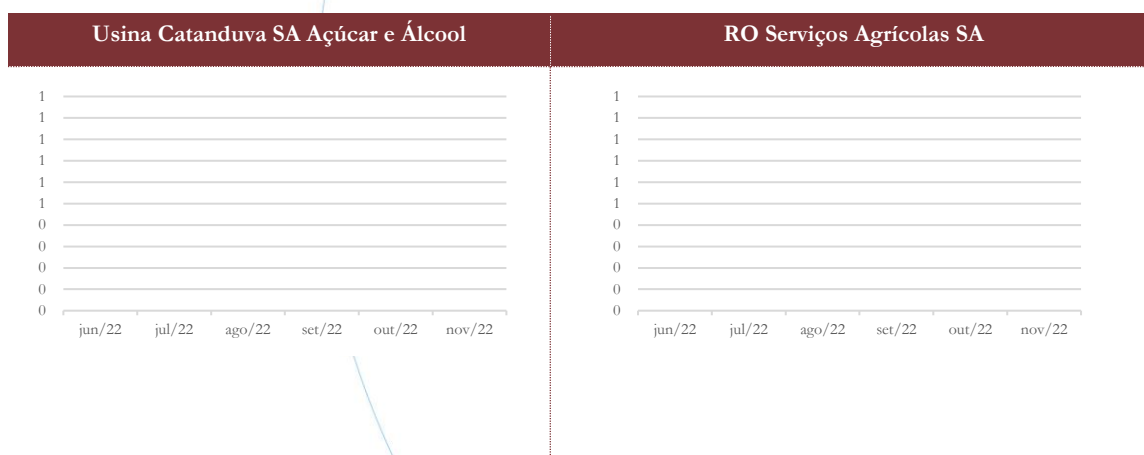




No período de junho/2022 a novembro/2022, a VO empreendimentos imobiliários não apresentou saldo no contas a receber, enquanto a Açucareira VO manteve-se estável no período de setembro/2022 a novembro/2022.



No mês de setembro/2022, a Agropecuária Terras Novas apresentou diminuição de 13,00%, enquanto nos meses de outubro/2022 e novembro/2022 essa foi de 42,26% e 48,87%, respectivamente. Na VO Bioenergia a rubrica contas a receber não apresenta saldo no contas a receber, conforme o gráfico acima.



Conforme os gráficos acima, a rubrica contas a receber não contabilizou saldo para o período de setembro/2022 a novembro/2022, nas empresas Usina Catanduva e RO serviços agrícolas.



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Carmem Ruete de Oliveira

1

1

1

1

1

1

1

0

0

0

0

0

jun/22

jul/22

ago/22

set/22

out/22

nov/22

Carmem Aparecida Ruete de Oliveira

1

1

1

1

1

1

1

0

0

0

0

0

jun/22

jul/22

ago/22

set/22

out/22

nov/22

Virgolino de Oliveira Filho

1

1

1

1

1

1

1

0

0

0

0

0

jun/22

jul/22

ago/22

set/22

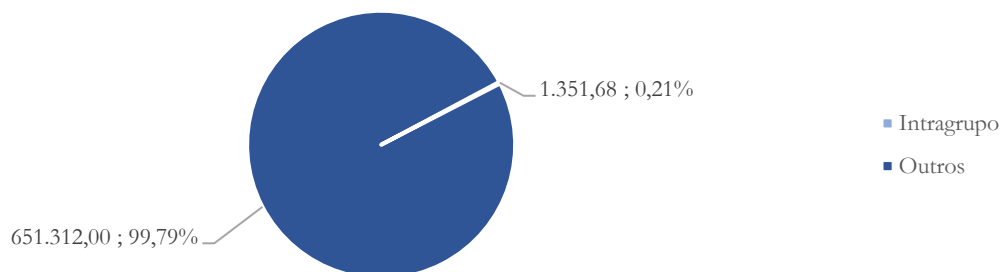
out/22

nov/22

No período de setembro/2022 a novembro/2022 todos os três produtores rurais não registraram saldo no contas a receber, conforme o gráfico acima.

A operação intragrupo apresentou a seguinte situação:

Composição dos Clientes
(Novembro/2022)





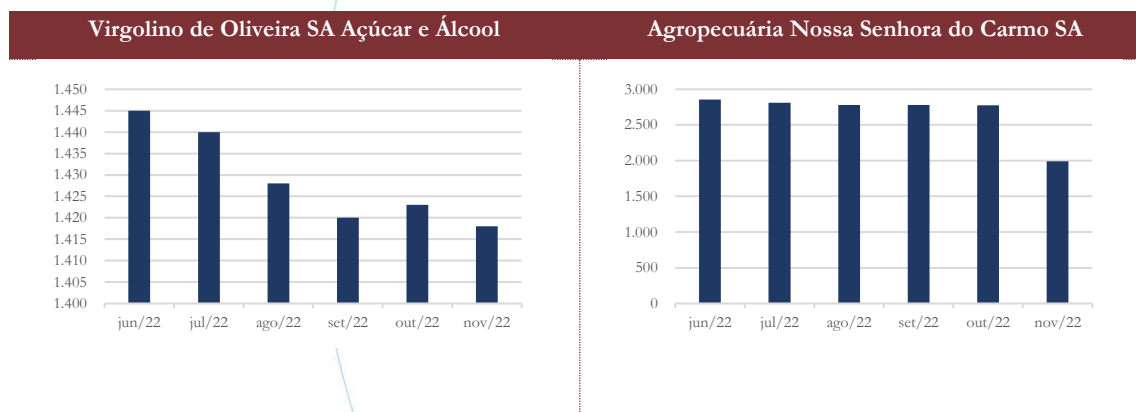
A partir do gráfico acima é possível observar que 0,21% do valor contabilizado no contas a receber é correspondente a operações intragrupo.

Conforme as notas explicativas encaminhadas pela recuperanda, o saldo do contas a receber possui a seguinte composição:

Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Contas a Receber	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Cientes no Mercado Interno	2.373	2.362	2.383	2.881	2.625	2.365
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	195	195	195	195	195	195
(=) Saldo Conforme Balanço Patrimonial	2.178	2.167	2.188	2.686	2.430	2.170

Açucareira Virgolino de Oliveira Receber a Receber	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Cientes no Mercado Interno	10.983	10.983	10.982	10.982	10.982	10.982
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.728	2.728	2.728	2.728	2.728	2.728
(=) Saldo Conforme Balanço Patrimonial	8.255	8.255	8.254	8.254	8.254	8.254

4.1.3. Estoques



Nos mês de setembro/2022, a VOSA apresentou diminuição de 0,56%, já no mês de outubro/2022, a conta estoques apresentou aumento de 0,21%, voltando a apresentar diminuição de 0,35% em novembro/2022. Enquanto a ANSC manteve-se estável no mês de setembro/2022, registrando diminuição de 0,14% no mês de outubro/2022 e de 28,30% em novembro/2022.

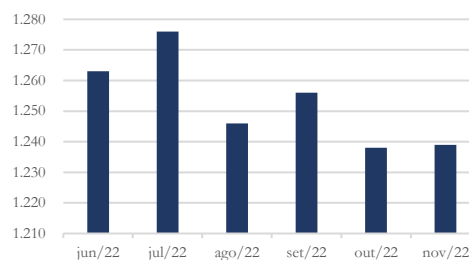


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

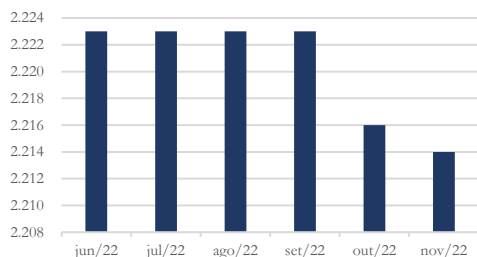


Açucareira Virgolino de Oliveira SA



A VO Empreendimentos Imobiliários permanece sem demonstrar saldo de estoque, enquanto a Açucareira contabilizou aumento de 0,80% no mês de setembro/2022, registrando posterior diminuição de 1,34% em outubro/2022 e finalizando com novo aumento de 0,08% em novembro/2022.

Agropecuária Terras Novas AS



Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



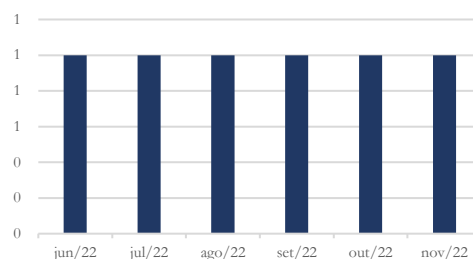
O saldo dos estoques da Agropecuária Terras Novas manteve-se estável no mês de setembro/2022, apresentando diminuição nos meses de outubro/2022 e novembro/2022, sendo estas de 0,31% e 0,09%, respectivamente, enquanto a VO Bioenergia não apresenta saldo na conta estoques.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

RO Serviços Agrícolas SA



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL



A Usina Catanduva não registra saldo de estoque, conforme o gráfico acima, enquanto a RO Serviços Agrícolas manteve-se estável no mesmo período em análise.

Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



Nos meses de setembro/2022 a novembro/2022, todos os três produtores rurais também não apresentam saldo na conta estoques em seu Balanço Patrimonial.

O estoque da recuperanda, conforme as notas explicativas enviadas, apresenta a seguinte composição:

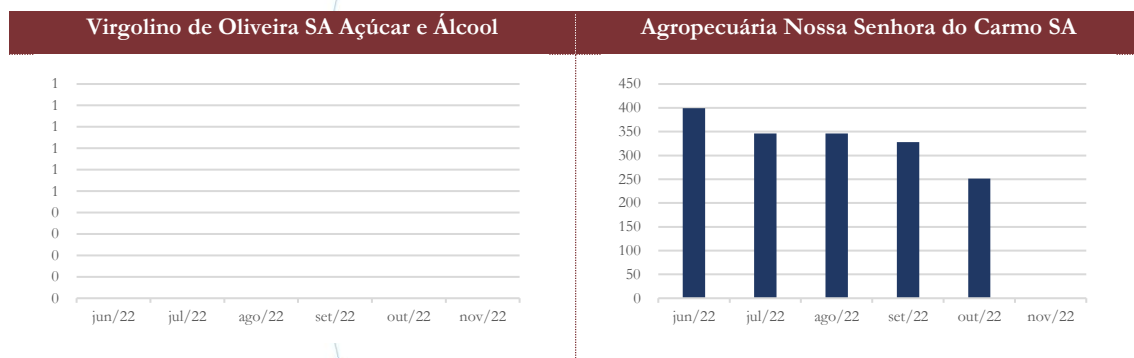


Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Estoque	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Etanol	0	0	0	0	0	0
Almoxarifado de Materiais	1.445	1.440	1.428	1.420	1.423	1.418
Manutenção e Outros	0	0	0	0	0	0
Total:	1.445	1.440	1.428	1.420	1.423	1.418

Açucareira Virgolino de Oliveira Estoque	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Etanol	1	1	1	0	0	0
Almoxarifado de Materiais	1.262	1.275	1.245	1.256	1.238	1.239
Manutenção e Depreciação de Entressafra	0	0	0	0	0	0
Total:	1.263	1.276	1.246	1.256	1.238	1.239

Agropecuária Terras Novas Estoque	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Etanol	0	0	0	0	0	0
Almoxarifado de Materiais	2.223	2.223	2.223	2.223	2.215	2.214
Manutenção e Depreciação de Entressafra	0	0	0	0	0	0
Total:	2.223	2.223	2.781	2.223	2.215	2.214

4.1.4. Ativo Biológico



A VOSA permanece sem apresentar saldo referente a ativo biológico, enquanto a ANSC registrou diminuição de 5,20% no mês de setembro/2022, seguido de 23,48% em outubro/2022 e finalizando o período em análise com saldo zerado em novembro/2022⁸.

⁸ De acordo com o PRJ, as terras estão destinadas a arrendamento, não havendo assim mais o cultivo de cana de açúcar.



Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

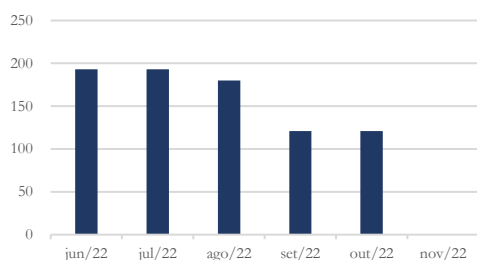


Açucareira Virgolino de Oliveira SA



No período analisado, tanto a VO Empreendimentos Imobiliários, quanto a Açucareira não contabilizaram saldo na conta ativo biológico em suas demonstrações contábeis.

Agropecuária Terras Novas SA



Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



No mês de setembro/2022, o saldo do ativo biológico na Agropecuária Terras Novas registrou diminuição de 32,78%, mantendo-se constante em outubro/2022, enquanto no mês de novembro/2022 apresentou saldo zerado⁹. Já na VO Bioenergia não há saldo contábil, conforme o gráfico acima.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

RO Serviços Agrícolas SA

⁹ De acordo com o PRJ, as terras estão destinadas a arrendamento, não havendo assim mais o cultivo de cana de açúcar.



No período analisado, tanto a Usina Catanduva, quanto a RO Serviços Agrícolas não apresentaram saldo na conta ativo biológico em suas demonstrações contábeis.

Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



Todos os três produtores rurais não registram saldo referente ao ativo biológico em seu Balanço Patrimonial, no período de setembro/2022 e novembro/2022.

O GVO encaminhou os seguintes esclarecimentos referentes ao ativo biológico:

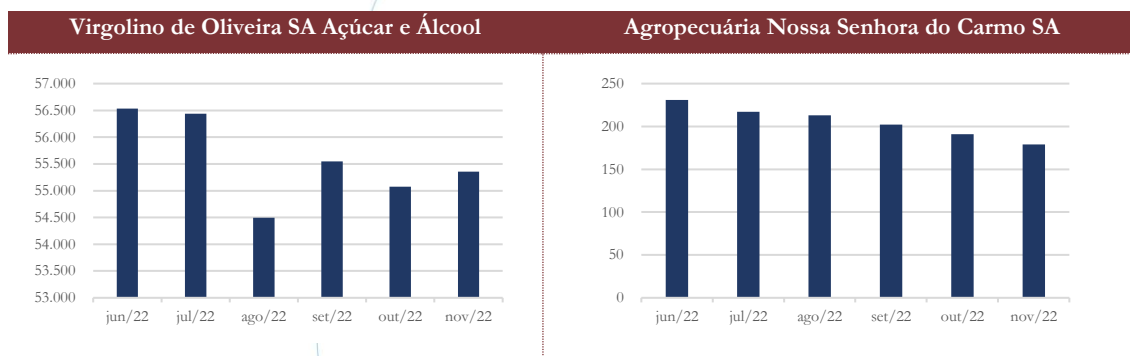
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA Ativo Biológico	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
---	--------	--------	--------	--------	--------	--------



Saldo em 30 de abril de 2021/30 de maio/2022	500	794	794	500	794	794
(+) Adições por investimentos em tratos culturais da cana de açúcar	0	0	0	0	0	0
(-) Redução decorrente de colheita (tratos culturais)	101	448	448	466	543	794
(+) Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	0	0	0	0	0	0
(=) Saldo	399	346	346	328	251	0

Agropecuária Terras Novas SA Ativo Biológico	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Saldo em 30 de abril de 2021/30 de maio/2022	193	200	200	200	200	200
(+) Adições por investimentos em tratos culturais da cana de açúcar	0	0	0	0	0	0
(-) Redução decorrente de colheita (tratos culturais)	0	7	20	79	79	200
(+) Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	0	0	0	0	0	0
(=) Saldo	193	193	180	121	121	0

4.1.5. Investimentos



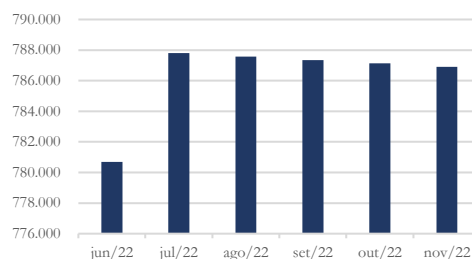
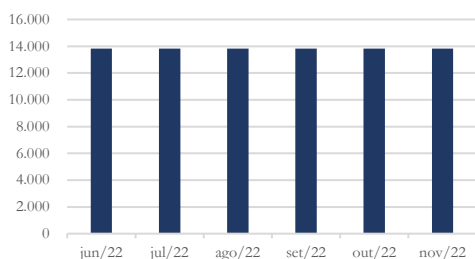
A VOSA registrou aumento de 1,94% no saldo da conta investimento no mês de setembro/2022, enquanto no mês de outubro/2022 apresentou diminuição de 0,86%, finalizando o período em análise em novembro/2022 com novo aumento de 0,52%, enquanto na ANSC houve diminuição no saldo referente aos meses de setembro (5,16%), outubro (5,45%) e dezembro (6,28%).

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

Açucareira Virgolino de Oliveira SA

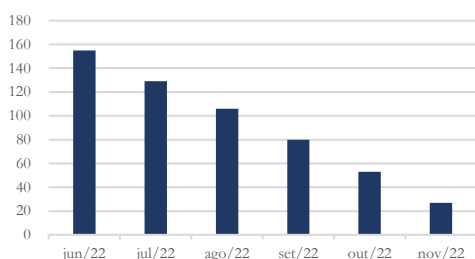


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL



A VO Empreendimentos Imobiliários manteve o saldo de seus investimentos estáveis entre os meses de junho/2022 a novembro/2022, enquanto a Açucareira apresentou diminuição de 0,03% no período de setembro/2022 a dezembro/2022.

Agropecuária Terras Novas SA



Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



No mês de setembro/2022, a Agropecuária Terras Novas apresentou diminuição de 24,53% no saldo de investimentos, enquanto no mês de outubro/2022 essa foi de 33,75%, finalizando o período com nova diminuição de 49,06% em novembro/2022. Já a VO Bioenergia não contabilizou saldo para essa rubrica.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

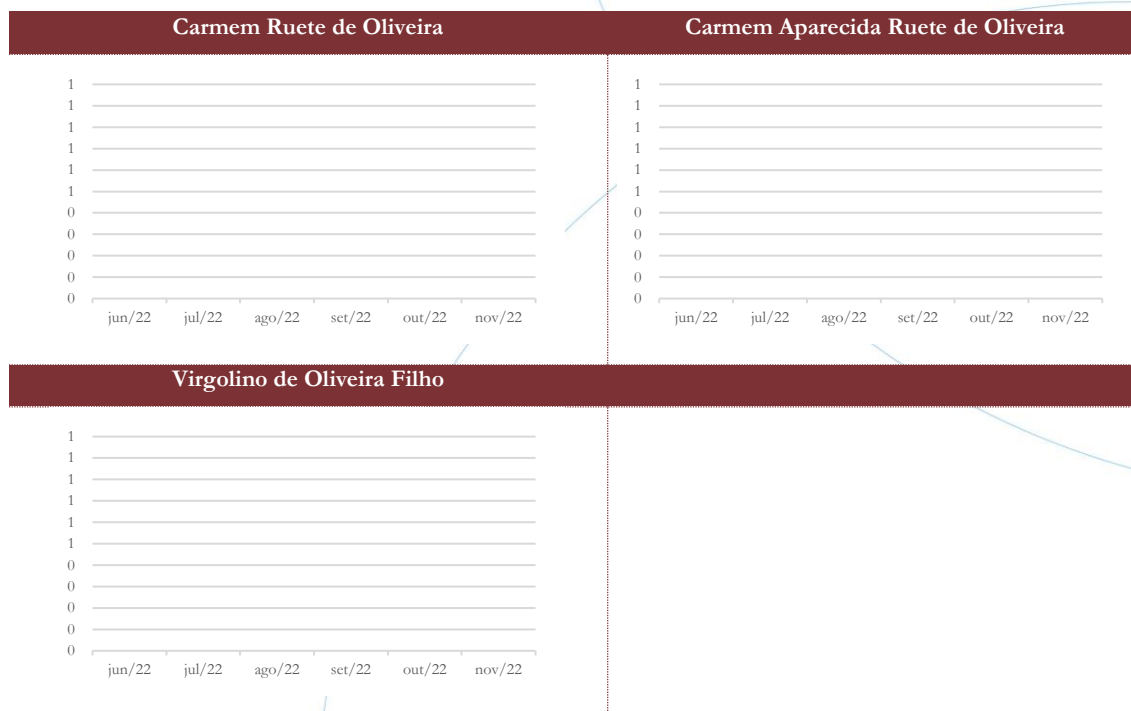


RO Serviços Agrícolas SA





Tanto a Usina Catanduva, quanto a RO Serviços Agrícolas não apresentaram saldo contábil na conta investimentos, conforme o gráfico acima.



Todos os três produtores rurais não registram saldo referente a conta investimentos em seu Balanço Patrimonial.

A recuperanda encaminhou as seguintes notas explicativas acerca de seus investimentos:

Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Investimentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Virgolino de Oliveria Finance SA	22.594	22.680	20.909	22.139	21.839	22.298
Virgolino de Oliveira Bioenergia SA	18.914	18.733	18.557	18.382	18.206	18.031
CTC - Centro de Tecnologia Canvieira SA	15.027	15.027	15.027	15.027	15.027	15.027
Outros	0	0	0	0	0	0
Total:	56.535	56.440	54.493	55.548	55.072	55.356

Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Provisão Para Perda em Investimentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
--	--------	--------	--------	--------	--------	--------



Açucareira Virgolino de Oliveira SA	2.878.480	2.874.436	2.887.938	3.071.043	3.001.516	3.052.264
Agropecuária Terras Novas SA	108.118	109.449	109.777	112.423	113.610	114.774
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários SA	5.934	5.957	5.980	6.038	6.097	6.159
Total:	2.992.532	2.989.842	3.003.695	3.189.504	3.121.223	3.173.197

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários SA Investimentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda.	8.996	8.996	8.996	8.996	8.996	8.996
Total:	8.996	8.996	8.996	8.996	8.996	8.996

Açucareira Virgolino de Oliveira SA Investimentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Virgolino de Oliveira Bioenergia SA	24.112	23.881	23.658	23.435	23.111	22.987
CTC - Centro de Tecnologia Canvieira SA	3.754	3.754	3.754	3.754	3.754	3.754
Agropecuária Terras Novas SA (Ágio)	760.162	760.162	760.162	760.162	760.162	760.162
Total:	788.028	787.797	787.574	787.351	787.127	787.903

Açucareira Virgolino de Oliveira SA Provisão Para Perda em Investimentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Agropecuária Terras Novas SA	404.646	409.627	410.856	420.759	425.202	429.559
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários SA	1.709	1.716	1.722	1.739	1.756	1.774
Total:	406.355	411.343	412.578	422.498	426.958	431.333

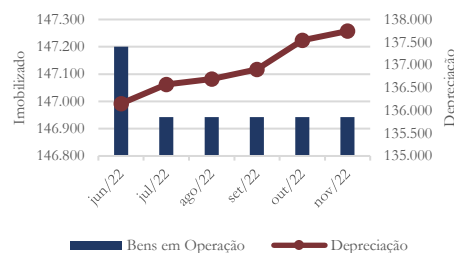
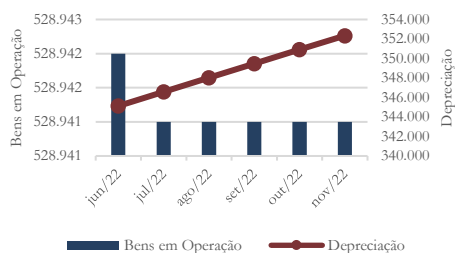
4.1.6. Imobilizado

A lei 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66, aponta que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

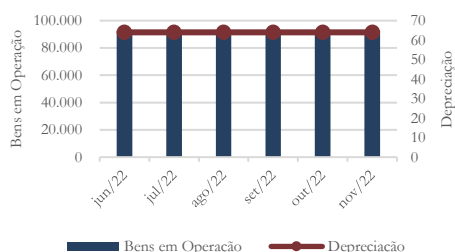
Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

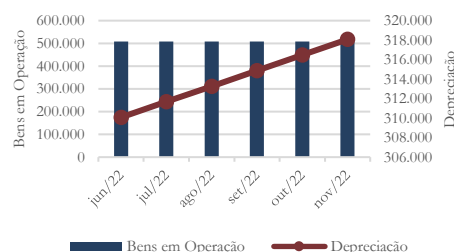


Desconsiderando a depreciação, o saldo do imobilizado na empresa VOSA manteve-se estável entre os meses de julho/2022 e novembro/2022, assim como na ANSC, no mesmo período em análise.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

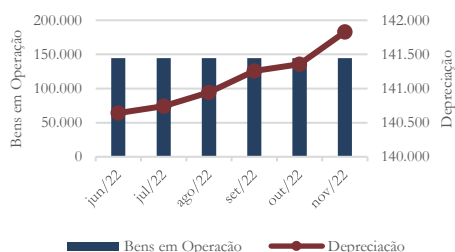


Açucareira Virgolino de Oliveira SA

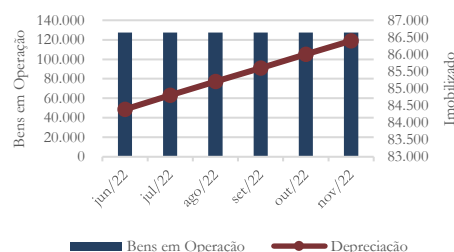


A VO Empreendimentos Imobiliários e a Açucareira mantiveram o saldo do imobilizado estável entre os meses de junho/2022 a novembro/2022.

Agropecuária Terras Novas SA

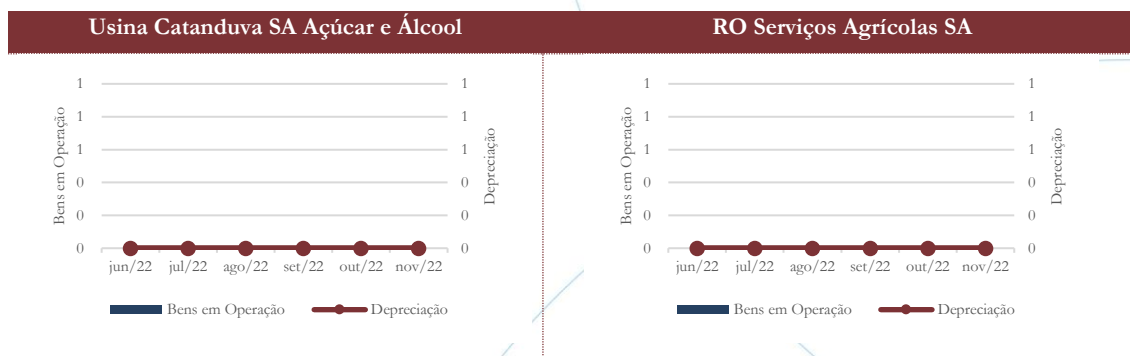


Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

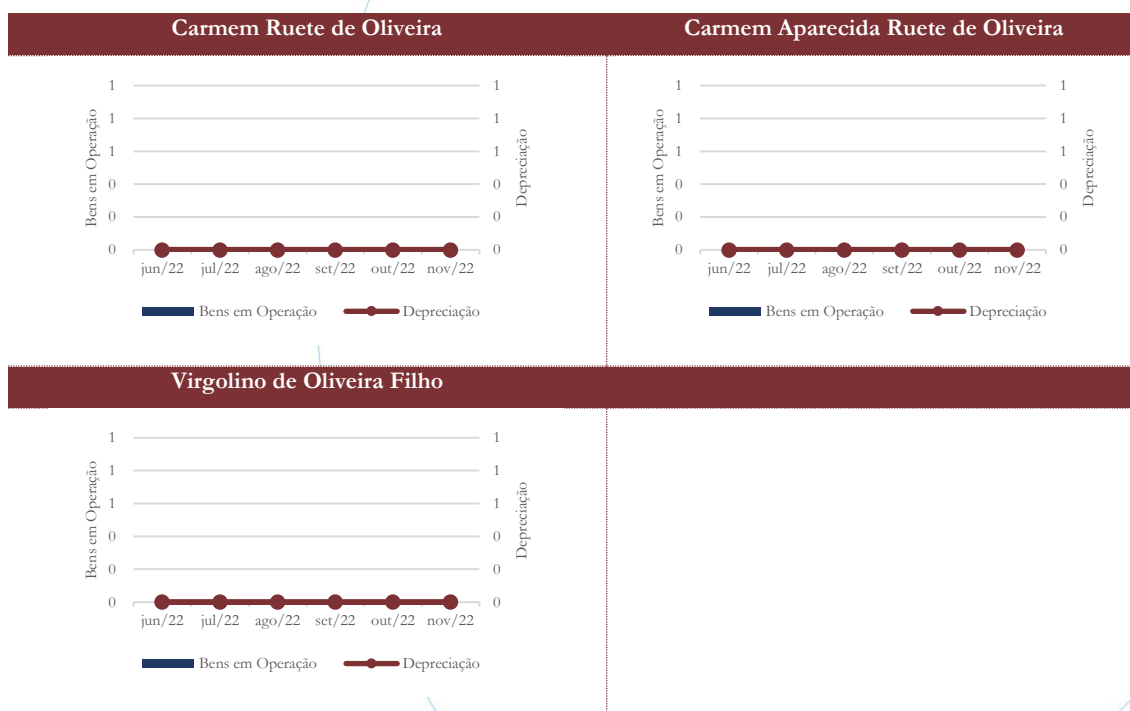




No período de julho/2022 e setembro/2022, o saldo do imobilizado, para ambas as recuperandas Agropecuária Terras Novas e VO Bioenergia, não registrou alteração.



Tanto a Usina Catanduva, quanto a RO Serviços Agrícolas não registram saldo de imobilizado em seu Balanço Patrimonial.



Todos os três produtores rurais não apresentam saldo referente ao imobilizado em seu Balanço Patrimonial.

As tabelas abaixo apresentam a composição do imobilizado de cada uma das empresas do GVO referente ao mês de agosto/2022.

Novembro, 2022	Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool		
Composição	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	0	0	0
Terrenos e Propriedades	1.285	0	1.285
Edifícios e Benfeitorias	94.114	47.070	47.044
Máquinas e Implementos Agrícolas	0	0	0
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	395.152	281.527	113.625
Móveis e Utensílios	6.349	4.923	1.426
Obras em Andamentos	12.775	0	12.775
Veículos e Equipamentos de Transporte	18.738	18.592	146
Outras Imobilizações	528	228	300
Total:	528.941	352.340	176.601

Novembro, 2022	Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA		
Composição	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	85.914	81.015	4.899
Terrenos e Propriedades	0	0	0
Edifícios e Benfeitorias	10.201	8.622	1.579
Máquinas e Implementos Agrícolas	23.414	22.006	1.408
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	0	0	0
Móveis e Utensílios	0	0	0
Obras em Andamentos	0	0	0
Veículos e Equipamentos de Transporte	17.545	17.368	177
Outras Imobilizações	9.868	8.734	1.134
Total:	146.942	137.745	9.197

Novembro, 2022	Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA		
Composição	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	0	0	0
Terrenos e Propriedades	92.553	0	92.553
Edifícios e Benfeitorias	64	64	0
Máquinas e Implementos Agrícolas	0	0	0
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	0	0	0
Móveis e Utensílios	0	0	0
Obras em Andamentos	0	0	0
Veículos e Equipamentos de Transporte	0	0	0
Outras Imobilizações	0	0	0
Total:	92.617	64	92.553

Novembro, 2022	Açucareira Virgolino de Oliveira SA		
Composição	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	0	0	0
Terrenos e Propriedades	8.916	0	8.916
Edifícios e Benfeitorias	61.725	20.961	40.764
Máquinas e Implementos Agrícolas	0	0	0
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	395.900	258.323	137.577
Móveis e Utensílios	2.764	2.590	174
Obras em Andamentos	2.942	0	2.942



Veículos e Equipamentos de Transporte	36.159	36.159	0
Outras Imobilizações	40	40	0
Total:	508.446	316.474	191.972

Novembro, 2022 Composição	Agropecuária Terras Novas AS		
	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	67.999	66.767	1.232
Terrenos e Propriedades	0	0	0
Edifícios e Benfeitorias	13.257	13.257	0
Máquinas e Implementos Agrícolas	33.396	32.708	688
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	0	0	0
Móveis e Utensílios	0	0	0
Obras em Andamentos	95	0	95
Veículos e Equipamentos de Transporte	20.647	20.436	211
Outras Imobilizações	9.138	8.660	478
Total:	144.532	141.828	2.704

Novembro, 2022 Composição	Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda		
	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	0	0	0
Terrenos e Propriedades	0	0	0
Edifícios e Benfeitorias	2.323	1.074	1.249
Máquinas e Implementos Agrícolas	0	0	0
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	125.093	85.324	39.769
Móveis e Utensílios	0	0	0
Obras em Andamentos	0	0	0
Veículos e Equipamentos de Transporte	0	0	0
Outras Imobilizações	0	0	0
Total:	127.416	86.398	41.018

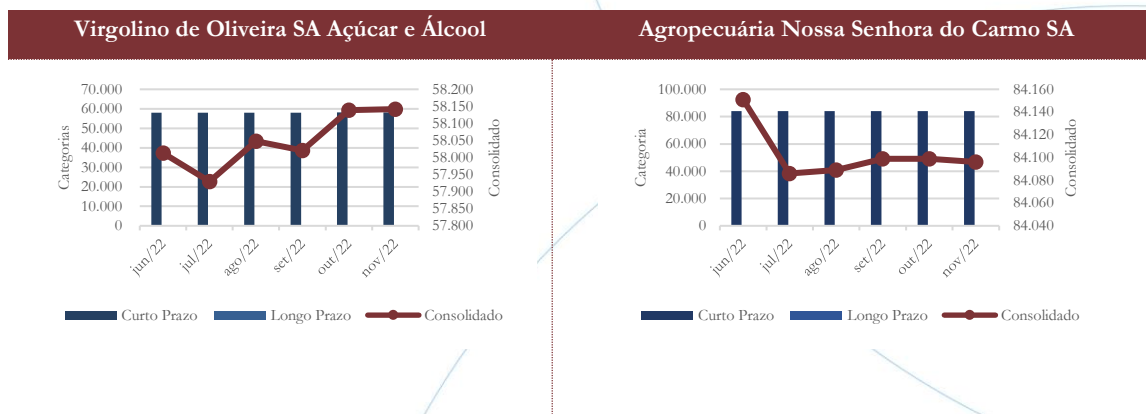
Novembro, 2022 Composição	Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool		
	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	0	0	0
Terrenos e Propriedades	0	0	0
Edifícios e Benfeitorias	0	0	0
Máquinas e Implementos Agrícolas	0	0	0
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	0	0	0
Móveis e Utensílios	0	0	0
Obras em Andamentos	0	0	0
Veículos e Equipamentos de Transporte	0	0	0
Outras Imobilizações	0	0	0
Total:	0	0	0

Novembro, 2022 Composição	RO Serviços Agrícolas SA		
	Custo	Depreciação	Líquido
Lavouras de Cana de Açúcar	0	0	0
Terrenos e Propriedades	0	0	0
Edifícios e Benfeitorias	0	0	0
Máquinas e Implementos Agrícolas	0	0	0
Máquinas, Equipamentos, Instalações Industriais	0	0	0
Móveis e Utensílios	0	0	0
Obras em Andamentos	0	0	0
Veículos e Equipamentos de Transporte	0	0	0

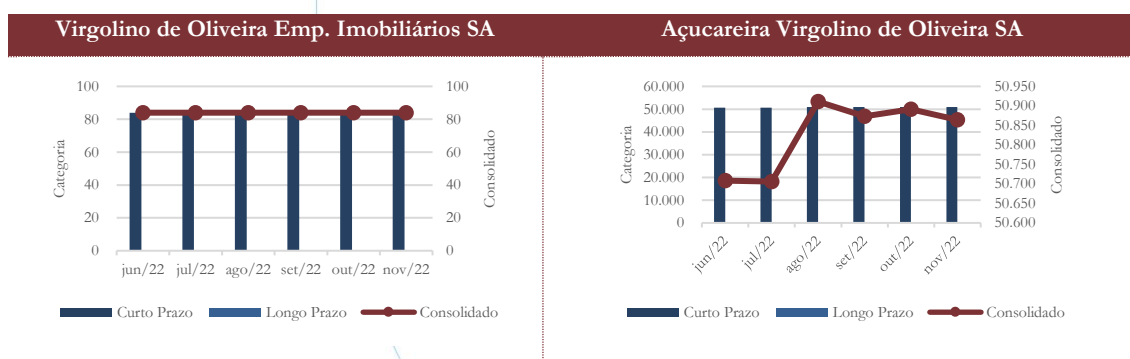


Outras Imobilizações	0	0	0
Total:	0	0	0

4.1.7. Fornecedores



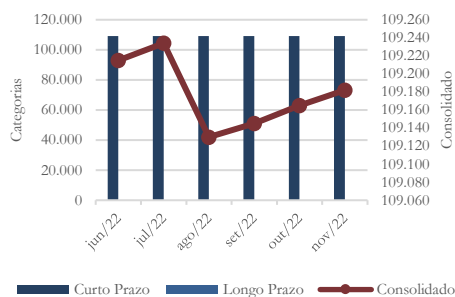
No mês de setembro/2022, o saldo da conta fornecedores da VOSA apresentou diminuição de 0,05%, enquanto nos meses de outubro/2022 e novembro/2022 houve aumento de 0,20% e 0,01%, respectivamente. Já na ANSC, o saldo contabilizado registrou aumento de 0,01% no mês de setembro/2022 mantendo-se estável no meses de outubro/2022 e novembro/2022.



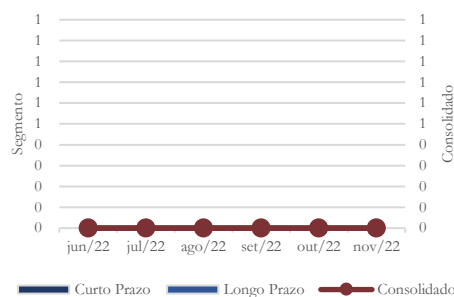
Em setembro/2022, o saldo dos fornecedores da Açucareira apresentou diminuição de 0,07%, seguido de aumento 0,04% em outubro/2022, finalizando o mês de novembro/2022 com nova diminuição de 0,05%. Já na VO empreendimentos imobiliários, o saldo manteve-se estável no mesmo período em análise.



Agropecuária Terras Novas SA

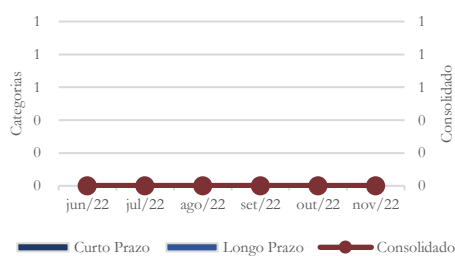


Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

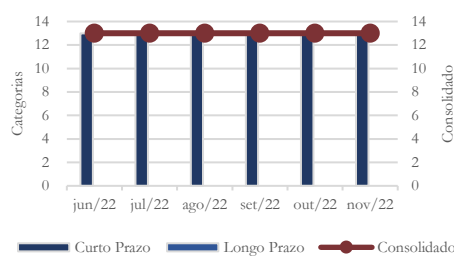


A Agropecuária Terras Novas registrou aumento no saldo consolidado da conta fornecedores nos meses de setembro (0,01%), outubro (0,02%) e novembro (0,02%), enquanto na VO Bioenergia, o saldo manteve-se estável.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool



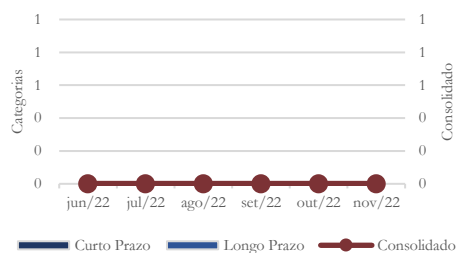
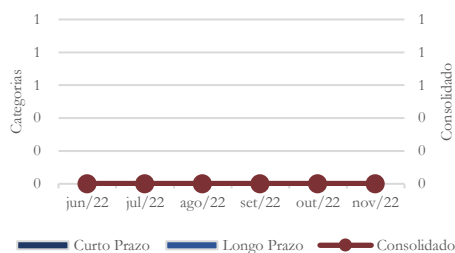
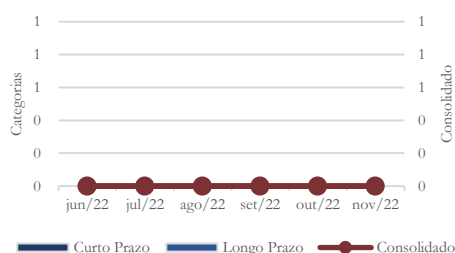
RO Serviços Agrícolas SA



Tanto na Usina Catanduva, quanto na RO Serviços Agrícolas o saldo da conta fornecedores não sofreu variações no período de junho/2022 a novembro/2022.

Carmem Ruete de Oliveira

Carmem Aparecida Ruete de Oliveira

**Virgolino de Oliveira Filho**

Todos os três produtores rurais não registraram saldo referente a fornecedores em seu Balanço Patrimonial.

A partir das informações prestadas pelas recuperandas, no mês de novembro/2022, seus principais fornecedores foram:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA		
Principais Fornecedores	Produto	Valor
ONE-LAW SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA MUNDO JURIDICO LTDA- EPP	SERVIÇOS	3.607,61
ANDRE GONCALVES FARIA 29728578873	SERVIÇOS	3.027,64
S.A STEFANI COMERCIAL	MAT. USO/CONSUMO	1.816,31
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ENERGIA	987,21
MARIO RAFAEL TURCO SILVA LTDA	MAT. USO/CONSUMO	850,00
NAYPI SERVIÇOS DE DESPACHOS LTDA	SERVIÇOS	780,00
BARRI SAUDE CON. E COM. LTDA	SERVIÇOS	740,00
AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL	MAT. USO/CONSUMO	138,68
BUKA COM. PECAS ASSESORIOS P/ VEIC. LTDA	MAT. USO/CONSUMO	100,00
GAVASSI AUTO CENTER LTDA-ME	SERVIÇOS	100,00
Total:		12.147,45

Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool		
Principais Fornecedores	Produto	Valor
R4C ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA	SERVIÇOS	260.000,00



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

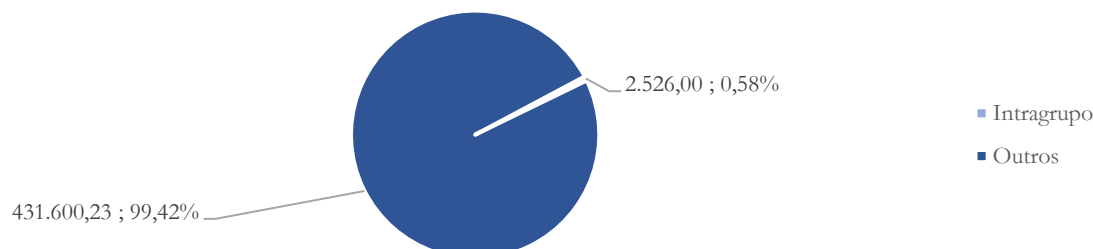
RODRIGO TIBURCIO DE OLIVEIRA LTDA	SERVIÇOS	37.440,00
SUPORTE COMERCIO DE COMB. SERV. LTDA	COMBUSTIVEL	14.760,00
MILLENUM SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA-ME	SERVIÇOS	6.230,87
BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS	3.707,52
FRIGO LESTE COMERCIO DE CARNES LTDA	MAT. USO/CONSUMO	3.422,30
CHURRASCARIA MACIEL LTDA - ME	MAT. USO/CONSUMO	3.276,00
ANDREIA AP DE ALMEIDA SCAGLIA	MAT. USO/CONSUMO	2.850,00
CAMPOS CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI - ME	SERVIÇOS	2.735,85
DBCLOUD SOLUÇÕES LTDA	SERVIÇOS	2.500,00
COMERCIAL SANTO ALFREDO LTDA	MAT. USO/CONSUMO	2.392,00
SUPERMECADOS PALMARES PAULISTA LTDA	MAT. USO/CONSUMO	2.348,68
UNITRAUMA TRAU.ORT.FISI.MED.TRAB.LTDA-ME	SERVIÇOS	1.800,00
VILSON ANTONIO GARDINO	MAT. USO/CONSUMO	1.790,80
BENEDITO VICENTE RAMOS ARIRANHA - ME	MAT. USO/CONSUMO	1.170,00
BARRI SAUDE COM. E COM. LTDA	SERVIÇOS	1.162,00
ABAC - REVENDEDORA DE GAS LTDA	MAT. USO/CONSUMO	926,00
REDE SUPRIMENTOS CATANDUVA LTDA	MAT. USO/CONSUMO	790,00
CGR CAT. CENTRO GERENCIAM. RESIDUOS LTDA	SERVIÇOS	600,00
TECHWAY INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS	531,42
EMPRESA DE MINERAÇÃO GOMIERI LTDA	MAT. USO/CONSUMO	374,34
TECNOSPEED S.A.	MAT. USO/CONSUMO	313,32
ALFA-TEK IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA.	MAT. USO/CONSUMO	242,00
FLORESTA & JARDIM FERRAMENTAS LTDA	MAT. USO/CONSUMO	167,00
Total:		351.530,10

Açucareira Virgolino de Oliveira S/A		
Principais Fornecedores	Produto	Valor
AUTO POSTO ALVES & RODRIGUES NHANDEARA LTDA	COMBUSTÍVEL	20.117,84
TRICCA-SOCIEDADE DE ADVOGADOS	SERVIÇOS	19.250,00
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ENERGIA	18.100,34
MURILO CAMARIM MOREIRA 41557831858	MAT. USO/CONSUMO	3.400,00
DEFENCER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	MAT. USO/CONSUMO	2.881,00
VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A-AC E ALC - EM RECUPERACAO JUDICIAL	MAT. USO/CONSUMO	1.213,00
ELIAS BERNARDO DINIZ ME	MAT. USO/CONSUMO	898,00
VILSON ANTONIO GARDINO	MAT. USO/CONSUMO	555,50
ACQUALINE ENG. E DISTRIB. DE BEBIDAS LTDA	MAT. USO/CONSUMO	325,00
FABIO TOBIAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	MAT. USO/CONSUMO	120,00
Total:		66.860,68

Agropecuária Terras Novas S/A		
Principais Fornecedores	Produto	Valor
FLAVIO RICARDO BERTONI 44337351833	MAT. USO/CONSUMO E SERVIÇOS	2.225,00
AGROPECUARIA NOSSA SENH DO CARMO S/A- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	COMBUSTÍVEL	1.313,00
FELIPE & RODRIGUES DA SILVA LTDA - ME	SERVIÇOS	50,00
Total:		3.588,00



Composição dos Fornecedores (Novembro/2022)



No mês de novembro/2022, o movimento de fornecedores intragrupo foi de 0,58% do total.

Em notas explicativas referente ao mês de novembro/2022, o Grupo Virgolino de Oliveira apresentou as seguintes composições acerca da conta fornecedores:

Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Fornecedores	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Fornecedores de matéria-prima cana-de-açúcar	22.092	22.092	22.092	22.092	22.092	22.092
Fornecedores de materiais e serviços	35.921	35.838	35.956	35.929	36.047	36.050
Total:	58.013	57.930	58.048	58.021	58.139	58.142

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA Fornecedores	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Fornecedores de materiais e serviços	64.547	64.542	64.554	64.542	64.542	64.536
Contas a pagar de arrendamentos	19.604	19.544	19.535	19.557	19.557	19.560
Total:	84.151	84.086	84.089	84.099	84.099	84.096

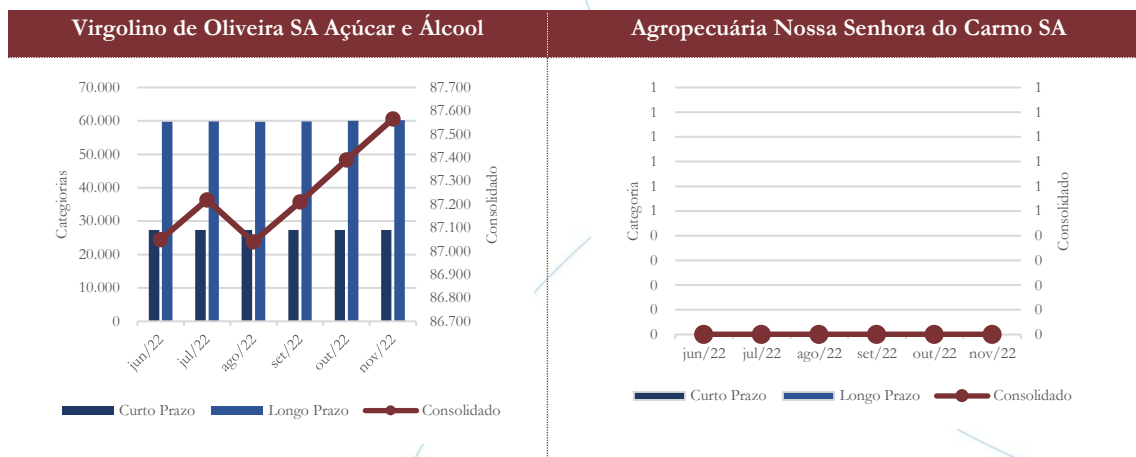
Açucareira Virgolino de Oliveira SA Fornecedores	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Fornecedores de matéria-prima cana-de-açúcar	28.335	28.324	28.312	28.299	28.617	28.617
Fornecedores de materiais e serviços	22.373	22.382	22.599	22.574	22.247	22.247
Total:	50.708	50.706	50.911	50.873	50.891	50.864

Agropecuária Terras Novas SA Fornecedores	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Fornecedores de materiais e serviços	98.044	98.045	97.967	97.966	97.969	97.968
Contas a pagar de arrendamentos	11.171	11.189	11.163	11.179	11.196	11.214

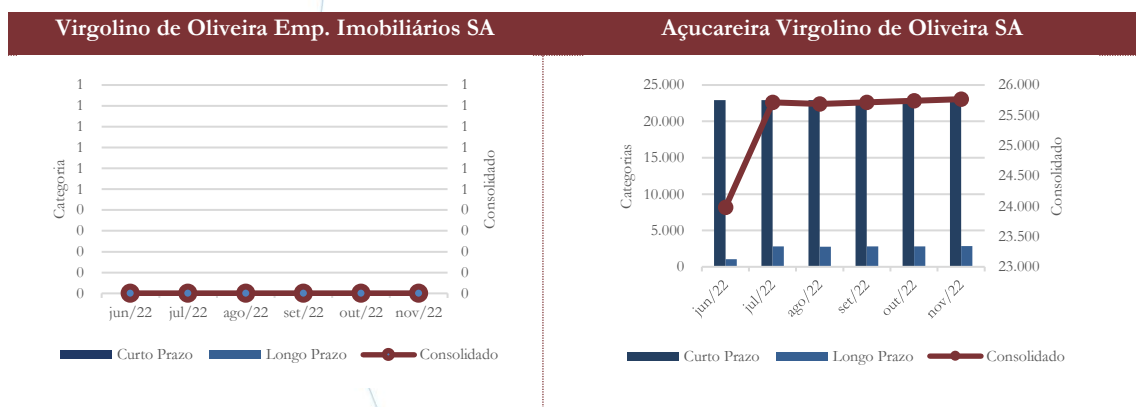


Total:	109.215	109.234	109.130	109.145	109.165	109.182
---------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

4.1.8. Contas a Pagar – Cooperativas



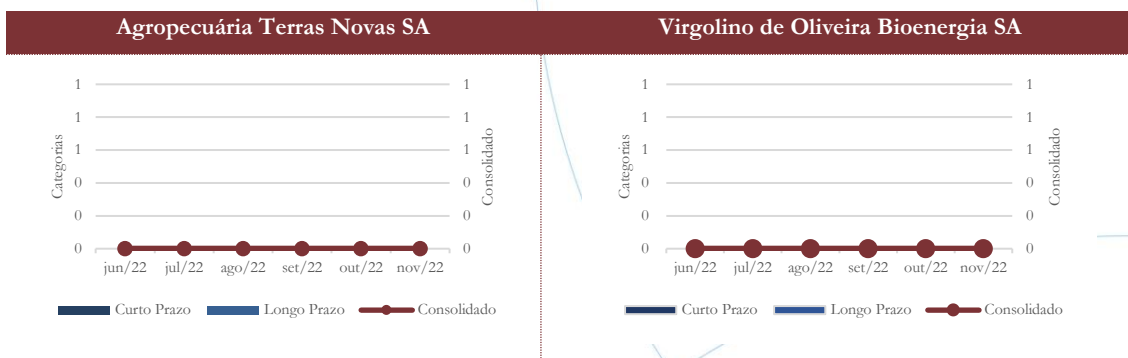
No mês de setembro/2022, o saldo consolidado da rubrica contas a pagar de cooperativas da VOSA registrou aumento nos meses de setembro (0,20%), outubro (0,21%) e novembro (0,20%), enquanto a ANSC não registra saldo nesta categoria.



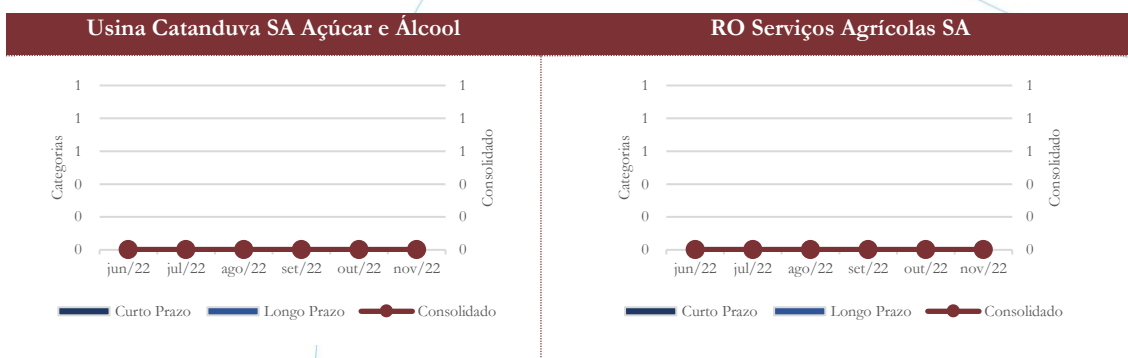
A VO Empreendimentos Imobiliários não registra passivo referente a cooperativas, enquanto na Açucareira houve aumento de no saldo consolidado referente aos meses de setembro (0,10%), outubro (0,10%) e novembro (0,10%).



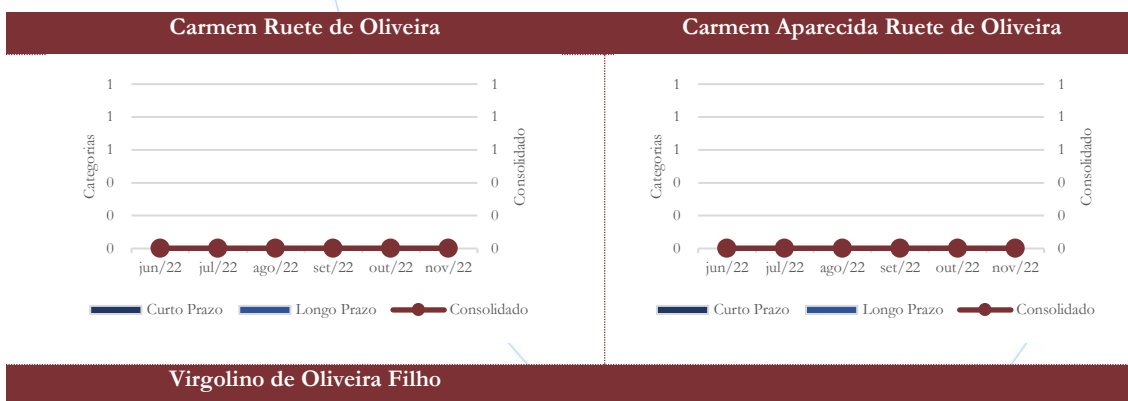
ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

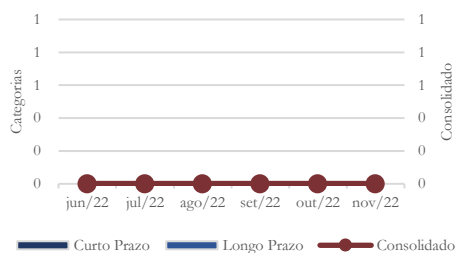


No período de junho/2022 a novembro/2022, tanto a Agropecuária Terras Novas, quanto a VO Bioenergia não registram saldo referente a rubrica contas a pagar a cooperativas, seja a curto ou a longo prazo.



A Usina Catanduva e a RO Serviços Agrícolas também não registram saldo a pagar referente a cooperativas.





Todos os três produtores rurais não apresentam saldo a pagar referente a cooperativas em seu Balanço Patrimonial.

O GVO encaminhou as seguintes notas explicativas referentes a conta a pagar – parcerias:

Virgolino de Oliveira Açúcar e Alcool SA Contas a Pagar à Cooperativas	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Saldo Líquido de operações com a Cooperativa	34.799	34.799	34.799	34.799	34.799	34.799
Tributos sob judge garantidos por fianças bancárias	32.822	32.822	32.822	32.822	32.822	32.822
Parcelamentos tributários	4.235	4.235	4.235	4.235	4.235	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	28.382	28.382	28.382	28.382	28.382	28.382
(-) Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	13.189	13.019	13.199	13.028	12.849	12.673
Total:	87.049	87.219	87.039	87.210	87.389	87.565
No passivo circulante	27.351	27.351	27.351	27.351	27.351	27.351
No passivo não circulante	59.698	59.868	59.689	59.860	60.039	60.215
Total:	87.049	87.219	87.040	87.211	87.390	87.566

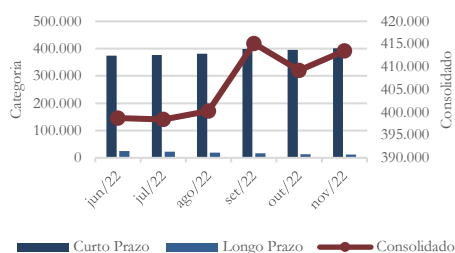
Açucareira Virgolino de Oliveira SA Contas a Pagar à Cooperativas	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Saldo Líquido de operações com a Cooperativa	22.006	22.006	22.006	22.006	22.006	22.006
Tributos sob judge garantidos por fianças bancárias	916	916	916	916	916	916
Parcelamentos tributários	1.440	1.440	1.440	1.440	1.440	1.440
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	3.275	3.275	3.275	3.275	3.275	3.275
(-) Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	3.655	1.922	1.949	1.924	1.897	1.871
Total:	23.982	25.715	25.688	25.713	25.740	25.766
No passivo circulante	22.922	22.922	22.922	22.922	22.922	22.922
No passivo não circulante	1.060	2.793	2.766	2.792	2.818	2.844
Total:	23.982	25.715	25.688	25.714	25.740	25.766

4.1.9. Empréstimos e Financiamentos

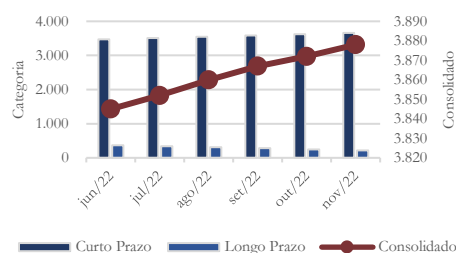


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool

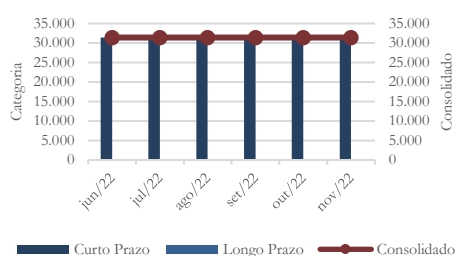


Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

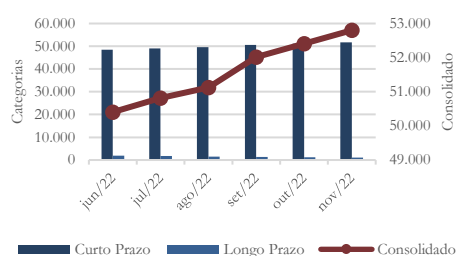


No mês de setembro/2022, a VOSA apresentou aumento de 3,71% no saldo consolidado da conta empréstimos e financiamentos, enquanto no mês de outubro/2022 houve diminuição de 1,43%, finalizando o mês de novembro/2022 com novo aumento de 1,05%. Já na ANSC, o saldo dos empréstimos registrou aumento de 0,18%, 0,13% e 0,15%, respectivamente no mesmo período em análise.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA



Açucareira Virgolino de Oliveira SA



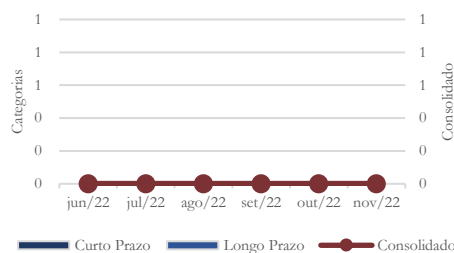
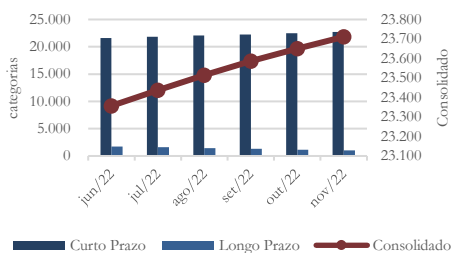
Enquanto a VO Empreendimentos manteve o saldo dos empréstimos e financiamentos estável, enquanto na Açucareira houve aumento de 1,74% no mês de setembro/2022, de 0,75% em outubro/2022 e de 0,76% no mês de novembro/2022.

Agropecuária Terras Novas SA

Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

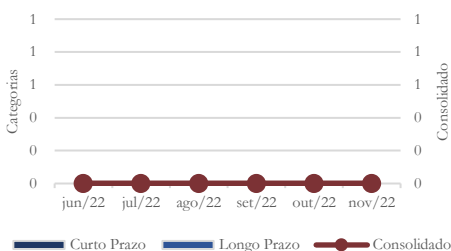


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

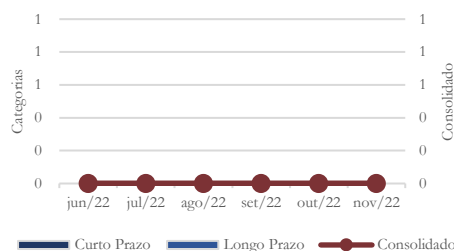


A Agropecuária Terras Novas mantém linha crescente para a rubrica empréstimos e financiamentos, cujo aumento foi de 0,31% no mês de setembro/2022, de 0,28% em outubro/2022 e de 0,25% em novembro/2022. Já a VO Bioenergia não registrou saldo contábil para essa rubrica.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

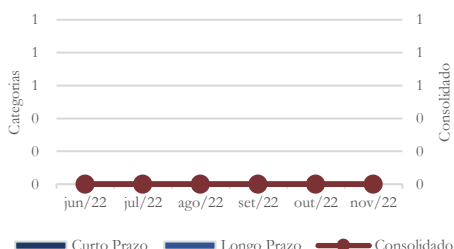


RO Serviços Agrícolas SA

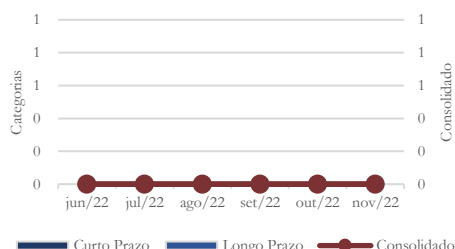


A Usina Catanduva e a RO Serviços Agrícolas também não registram saldo a pagar referente a conta empréstimos e financiamentos.

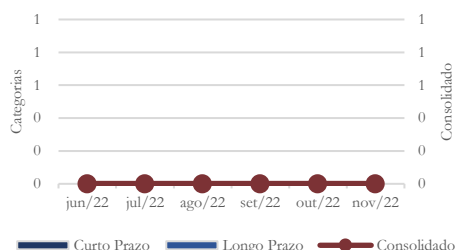
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



Todos os três produtores rurais não registraram saldo a pagar referente a conta empréstimos e financiamentos em seu Balanço Patrimonial.

As notas explicativas trazem os seguintes comentários acerca dos empréstimos e financiamentos:

Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Empréstimos e Financiamentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
BNDES-FINAME - Tx da TJLP + 3,11% aa	370	373	1.317	1.339	372	375
ACC - Tx US\$ + Juros médios de XX% aa	0	0	0	0	0	0
PPE - Tx US\$ + Juros médios de 5,18% aa	283.526	282.773	284.190	298.627	292.322	296.293
PPE - Tx US\$ + Libor médios de 5,18% aa	0	0	0	0	0	0
CCB - Tx CDI + Juros médios 5,07% aa	114.834	115.289	114.784	115.162	116.494	116.829
Total:	398.730	398.435	400.291	415.128	409.188	413.497
No Passivo Circulante	373.661	376.228	380.948	398.648	395.572	401.417
No Passivo Não Circulante	25.069	22.206	19.343	16.479	13.616	12.080
Total:	398.730	398.434	400.291	415.127	409.188	413.497

Agropecuária Nossa Senhora do Carmos SA Empréstimos e Financiamentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
BNDES-FINAME/MODERFROTA - Tx da TJLP da TJLP + 3,11 aa	2.547	2.549	2.549	2.549	2.550	2.551
CCB - Tx CDI + Juros médio 1,5% aa	1.298	1.304	1.311	1.317	1.322	1.327
Total:	3.845	3.853	3.860	3.866	3.872	3.878
No Passivo Circulante	3.474	3.509	3.550	3.588	3.624	3.661
No Passivo Não Circulante	371	343	310	279	248	217
Total:	3.845	3.852	3.860	3.867	3.872	3.878

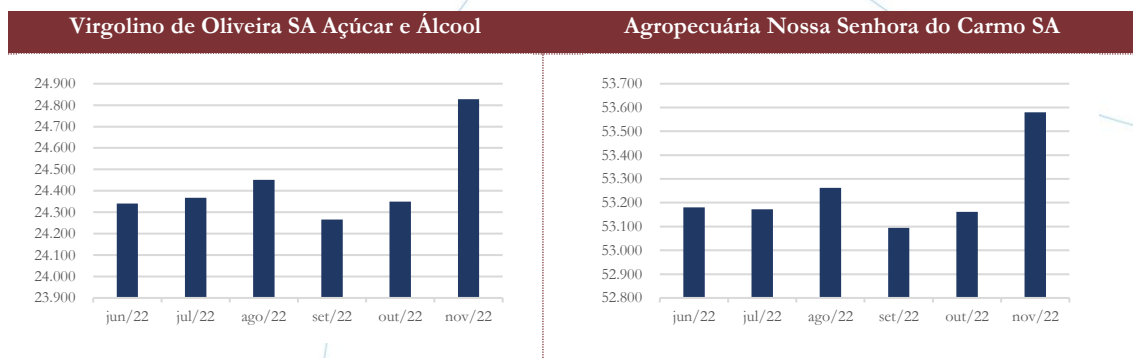
Açucareira Virgolino de Oliveira SA Empréstimos e Financiamentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
CCB - Tx CDI + Juros médios de 1,73% aa	13.288	13.336	13.379	13.417	13.449	13.476
BNDES-FINAME - Tx da TJLP + 3,11% aa	37.116	37.481	37.749	38.601	38.957	39.326
Total:	50.404	50.817	51.128	52.018	52.406	52.802
No Passivo Circulante	48.542	49.110	49.576	50.621	51.165	51.716



No Passivo Não Circulante	1.862	1.707	1.552	1.397	1.241	1.086
Total:	50.404	50.817	51.128	52.018	52.406	52.802

Agropecuária Terras Novas SA Empréstimos e Financiamentos	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
BNDES-FINEM e FINAME - Tx da TJLP + 3,11% a 3,49% aa	12.353	12.849	12.887	12.924	12.960	12.997
CCB - Tx CDI + Juros Médio de 1,73% aa	11.004	10.587	10.627	10.661	10.691	10.714
Total:	23.357	23.436	23.514	23.585	23.651	23.711
No Passivo Circulante	21.609	21.824	22.056	22.273	22.483	22.688
No Passivo Não Circulante	1.748	1.613	1.458	1.313	1.168	1.023
Total:	23.357	23.437	23.514	23.586	23.651	23.711

4.1.10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

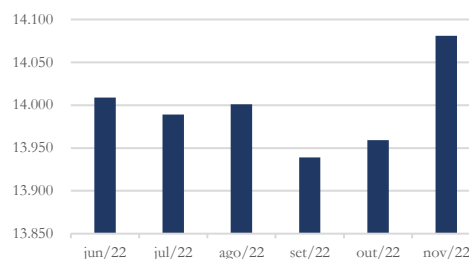


Na VOSA, o passivo trabalhista apresentou diminuição de 0,76% no mês de setembro/2022, enquanto nos meses de outubro/2022 e novembro/2022 houve aumento de 0,34% e de 1,97%, respectivamente. Na ANSC houve diminuição de 0,32% em setembro/2022, seguido de aumento de 0,12% e de 0,79% nos meses de outubro/2022 e novembro/2022, respectivamente.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA	Açucareira Virgolino de Oliveira SA
--	-------------------------------------

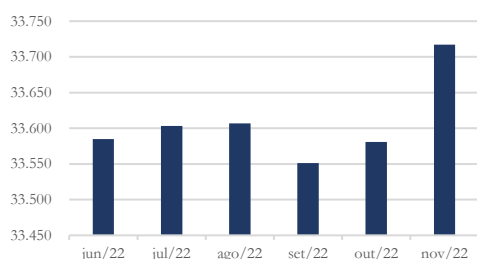


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL



Na VO Empreendimentos Imobiliários não há saldo para a rubrica passivo trabalhista, enquanto na Açucareira houve diminuição de 0,44% no mês de setembro/2022, seguido de aumento de 0,14% e 0,87% em outubro/2022 e novembro/2022, respectivamente.

Agropecuária Terras Novas SA



Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



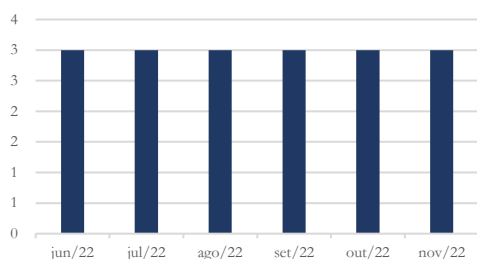
No mês de setembro/2022, a Agropecuária Terras Novas apresentou diminuição de 0,17%, enquanto nos meses de outubro/2022 e novembro/2022 foi apresentado aumento de 0,09% e 0,40%, respectivamente. A VO Bioenergia não registrou saldo nesta categoria, conforme o gráfico acima.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

RO Serviços Agrícolas SA



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL



O passivo trabalhista da Usina Catanduva referente ao período de junho/2022 e novembro/2022 manteve-se estável, enquanto na RO Serviços Agrícolas não há saldo de passivo trabalhista, conforme o gráfico acima.

Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



Todos os três produtores rurais não registraram passivo trabalhista em seu Balanço Patrimonial.

De acordo com as notas explicativas encaminhadas pela recuperanda, o saldo da conta salário e obrigações trabalhistas é composto:



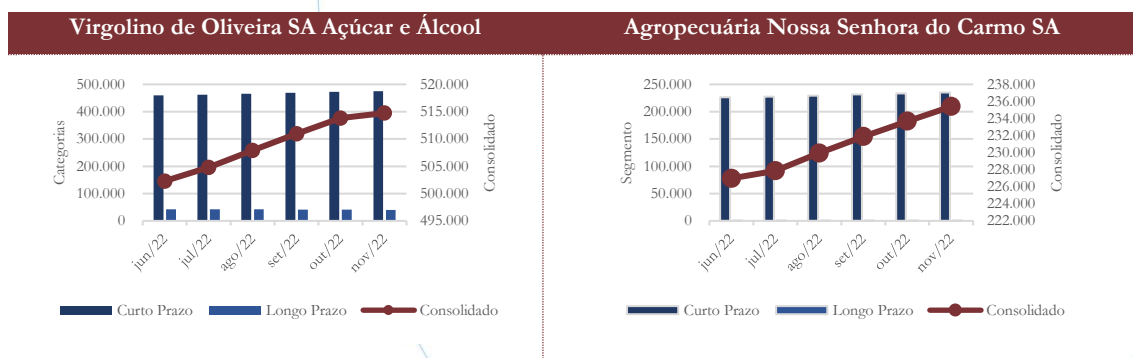
Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool SA Passivo Trabalhista	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Salários e Encargos Sociais	22.715	22.686	22.695	22.387	22.370	22.803
Provisão de Férias e Encargos	1.251	1.252	1.268	1.331	1.373	1.362
Provisão Para 13º Salário e Encargos	374	430	489	548	606	663
Total:	24.340	24.368	24.452	24.266	24.349	24.828

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA Passivo Trabalhista	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Salários e Encargos Sociais	51.695	51.574	51.580	51.296	51.320	51.650
Provisão de Férias e Encargos	1.130	1.188	1.215	1.276	1.260	1.289
Provisão Para 13º Salário e Encargos	356	410	468	523	581	641
Total:	53.181	53.172	53.263	53.095	53.161	53.580

Açucareira Virgolino de Oliveira SA Passivo Trabalhista	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Salários e Encargos Sociais	13.691	13.669	13.670	13.592	13.592	13.686
Provisão de Férias e Encargos	231	222	219	222	232	244
Provisão Para 13º Salário e Encargos	87	98	112	125	135	151
Total:	14.009	13.989	14.001	13.939	13.959	14.081

Agropecuária Terras Novas SA Passivo Trabalhista	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Salários e Encargos Sociais	33.055	33.021	33.028	32.927	32.922	33.029
Provisão de Férias e Encargos	401	431	407	433	449	456
Provisão Para 13º Salário e Encargos	129	151	172	191	210	232
Total:	33.585	33.603	33.607	33.551	33.581	33.717

4.1.11. Passivo Tributário

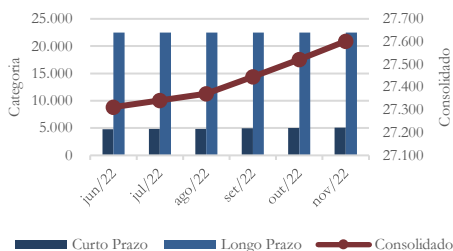


No mês de setembro/2022, o passivo tributário da VOSA apresentou aumento de 0,61%, enquanto nos meses de outubro/2022 e novembro/2022 esse foi de 0,56% e

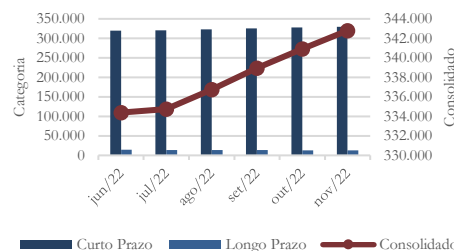


0,18%, respectivamente. Já na ANSC, o passivo tributário registrou aumento no saldo referente aos meses de setembro (0,84%), outubro (0,77%) e novembro (0,74%).

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

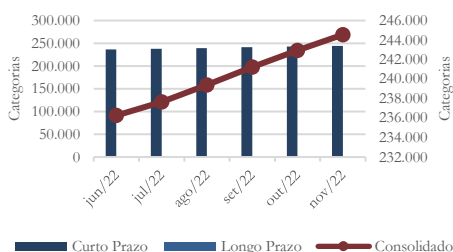


Açucareira Virgolino de Oliveira SA

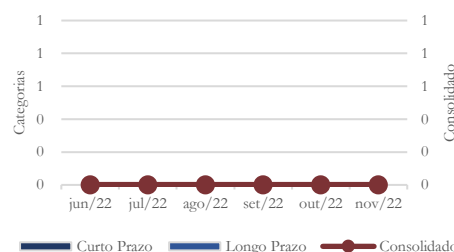


O passivo tributário da VO Empreendimentos Imobiliários apresentou aumento no saldo consolidado referente aos meses de setembro (0,27%), outubro (0,28%) e novembro (0,29%), enquanto na Açucareira esse foi de 0,64% no mês de setembro/2022, de 0,58% em outubro/2022 e de 0,55% em novembro/2022.

Agropecuária Terras Novas SA



Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



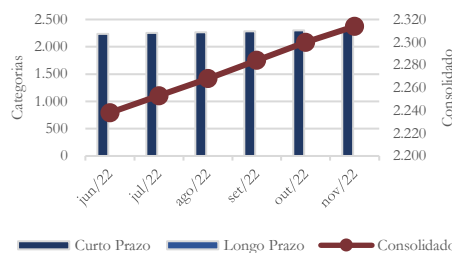
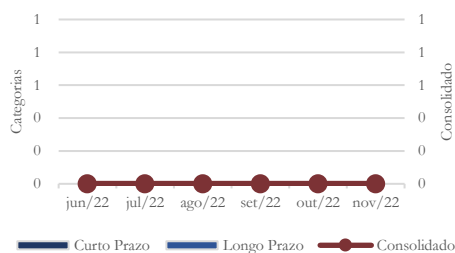
O passivo tributário da Agropecuária Terras Novas registrou aumento de 0,76%, 0,71% e 0,67% nos meses de setembro/2022, outubro/2022 e novembro/2022. A VO Bioenergia não apresenta saldo na conta passivo tributário, conforme o gráfico acima.

Usina Catanduva SA Açúcar e Álcool

RO Serviços Agrícolas SA

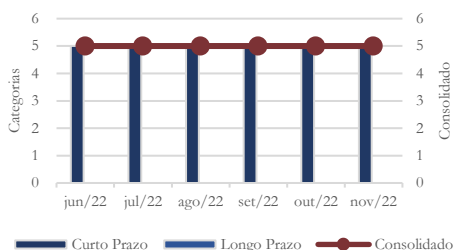


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

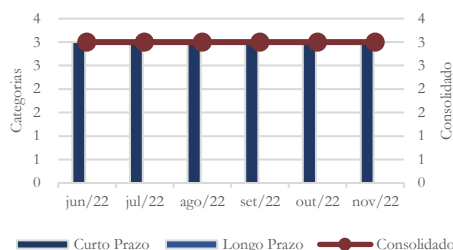


A Usina Catanduva não registra passivo tributário, conforme o gráfico acima, enquanto na RO Serviços Agrícolas houve aumento no saldo consolidado referente aos meses de setembro (0,71%), outubro (0,70%) e novembro (0,61%).

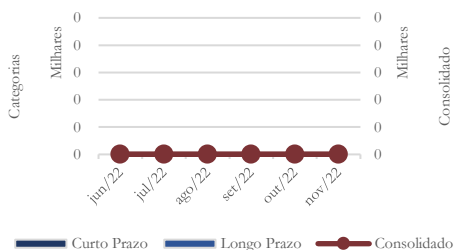
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



No período de junho/2022 a novembro/2022, todos os três produtores rurais não registraram variações nos saldos contabilizados.

Conforme as notas explicativas da recuperanda, a composição do passivo tributário apresenta-se da seguinte forma:



Virgolino de Oliveira Açúcar e Alcool SA Passivo Tributário	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Tributos Estaduais	193.904	195.107	196.310	197.695	198.955	198.344
Tributos Federais	236.714	238.614	240.489	245.519	244.449	246.310
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	24.469	24.382	24.828	25.019	25.205	25.410
Tributos Municipais	1.799	1.806	1.817	1.827	1.846	1.862
Taxas a Associação de Fornecedores de Cana	2.151	2.151	2.151	2.151	2.151	2.151
Taxas Sindicais	316	316	316	316	317	317
Total:	459.353	462.376	465.911	472.527	472.923	474.394

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA Passivo Tributário	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Tributos Estaduais	11.451	10.960	11.023	11.090	11.145	11.198
Tributos Federais	158.086	159.440	161.216	162.704	164.079	165.372
Tributos Municipais	1.263	1.265	1.269	1.274	1.286	1.296
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	54.513	54.541	55.246	55.614	55.964	56.331
Taxas a Associação de Fornecedores de Cana	0	0	0	0	0	0
Taxas Sindicais	1.202	1.202	1.203	1.204	1.205	1.205
Total:	226.515	227.408	229.957	231.886	233.679	235.402

Açucareira Virgolino de Oliveira SA Passivo Tributário	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Tributos Estaduais	163.816	163.975	165.000	166.182	167.256	168.280
Tributos Federais	133.945	134.935	136.153	137.005	138.012	138.977
Tributos Municipais	656	658	660	663	669	675
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	20.266	20.274	20.274	20.640	20.765	20.886
Taxas a Associação de Fornecedores de Cana	456	457	457	457	457	457
Taxas Sindicais	696	695	697	698	699	700
Total:	319.835	320.994	323.241	325.645	327.858	329.975

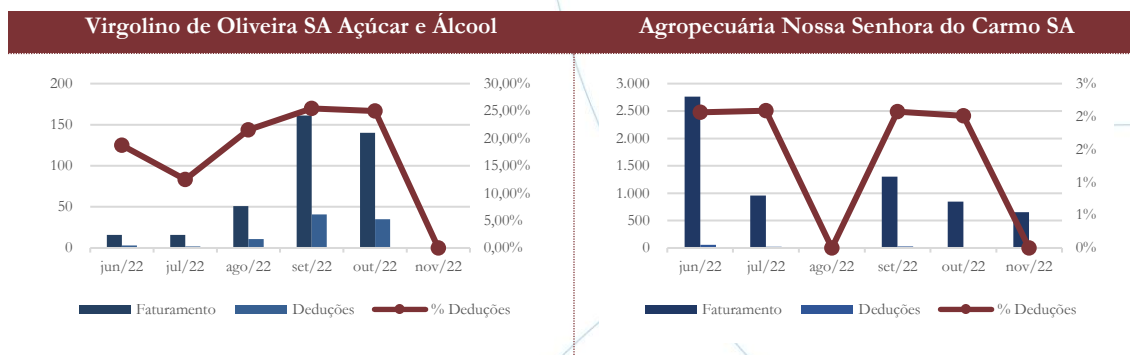
Agropecuária Terras Novas SA Passivo Tributário	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Tributos Estaduais	36.091	36.342	36.601	36.897	37.162	37.420
Tributos Federais	147.445	148.518	149.609	150.819	151.965	153.033
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.865	1.869	1.877	1.884	1.904	1.922
Taxas a Associação de Fornecedores de Cana	49.153	49.220	49.605	49.911	50.190	50.473
Taxas Sindicais	1.704	1.705	1.705	1.706	1.706	1.707
Total:	236.258	237.654	239.397	241.217	242.927	244.555

4.2. Demonstração do Resultado do Exercício

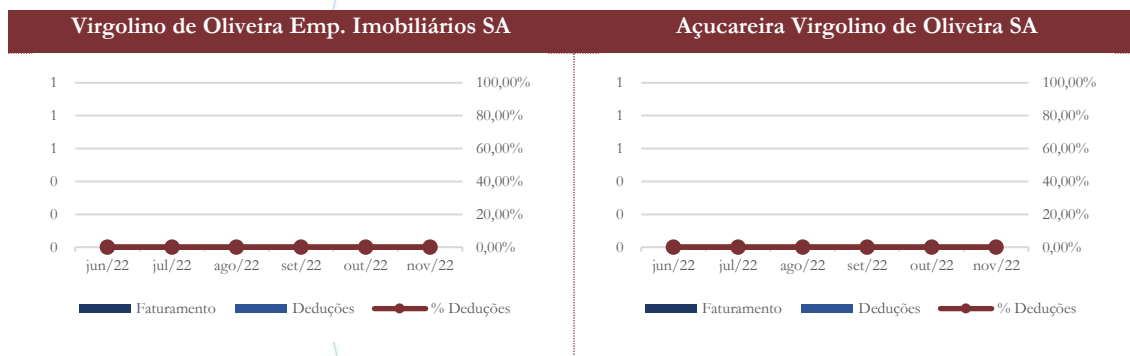
A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das atividades operacionais e não operacionais permitindo visualizar assim se a empresa está gerando lucro ou prejuízo, em um determinado período.



4.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas



Na VOSA, o faturamento passou de R\$ 161 mil no mês de setembro/2022 para R\$ 140 mil em outubro/2022, finalizando em R\$ 1 mil no mês de novembro/2022. Já na ANSC, o faturamento apresentou saldo de R\$ 1,3 milhões no mês de setembro/2022, passando para R\$ 845 mil em outubro/2022 e finalizando em R\$ 651 mil em novembro/2022.

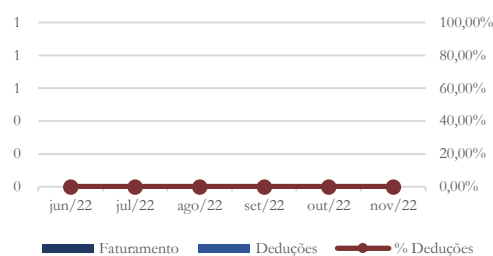
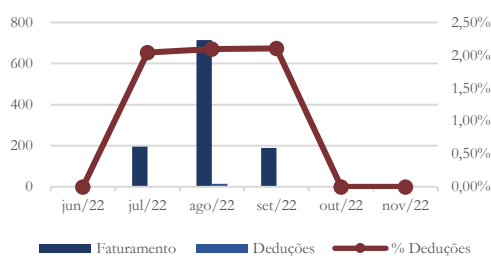


Tanto a VO Empreendimentos Imobiliários, quanto a Açucareira não registraram faturamento nos meses de junho/2022 a novembro/2022, conforme o gráfico acima.



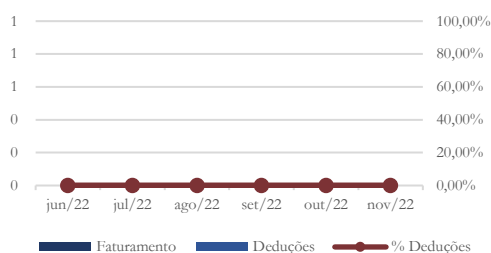


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

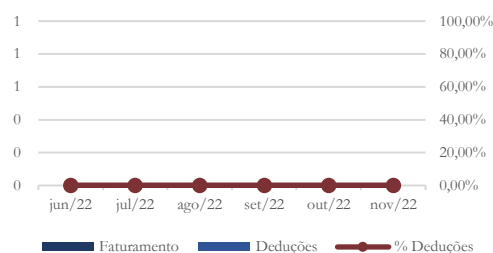


A Agropecuária Terras Novas apresentou faturamento de R\$ 190 mil em setembro/2022 e não registrando saldo nos meses de outubro/2022 e novembro/2022, enquanto a VO Bioenergia não registrou faturamento, conforme o gráfico acima.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

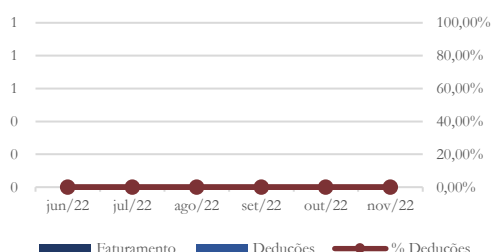


RO Serviços Agrícolas S/A

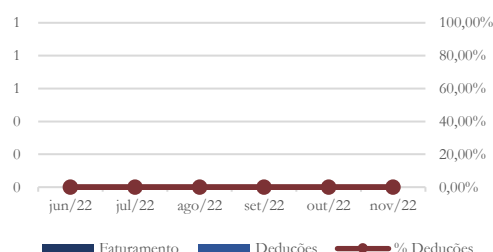


As recuperandas Usina Catanduva e RO Serviços Agrícolas não apresentaram faturamento e deduções de vendas, conforme o gráfico acima.

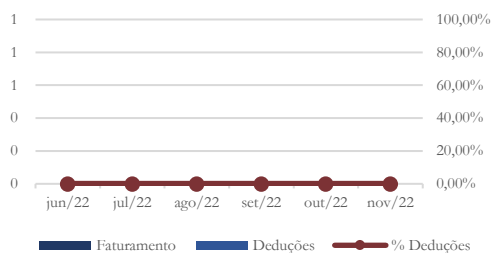
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



Os produtores rurais não registraram receita de vendas nos meses de junho/2022 a novembro/2022.

O detalhamento das vendas por produto se dá conforme as tabelas a seguir:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Cana de Açúcar	1.927.874	955.676	8.410	1.301.031	845.393	0
Revenda Materiais de Almoxarifado	0	0	0	0	0	651.312
Outras lavouras	834.406	2.000	0	0	0	0
Total:	2.762.280	957.676	8.410	1.301.031	845.393	651.312

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Cana de Açúcar	0	0	0	0	0	0
Revenda Materiais de Almoxarifado	4.335	16.131	51.308	161.497	139.648	1.213
Outras Lavouras - Soja e Amendoim	0	0	0	0	0	0
Total:	4.335	16.131	51.308	161.497	139.648	1.213

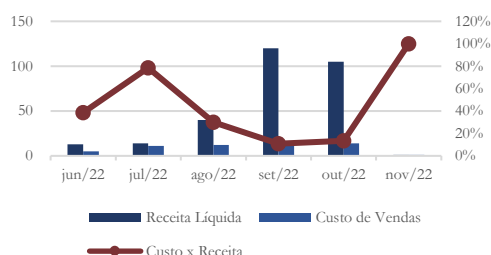
Açucareira Virgolino de Oliveira SA	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Açúcar	0	0	0	0	0	0
Revenda Materiais de Almoxarifado	126	0	130	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total:	126	0	130	0	0	0

Agropecuária Terras Novas SA	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22
Cana de Açúcar	0	178.761	715.398	190.210	0	0
Revenda Materiais de Almoxarifado	64	0	0	0	168	139
Outras Lavouras - Soja e Amendoim	0	17.600	0	0	0	0
Total:	64	196.361	715.398	190.210	168	139

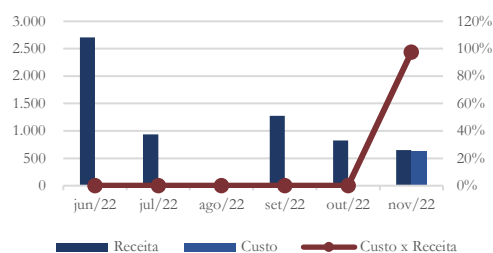
4.2.2. Receita Líquida e Custo de Vendas



Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool

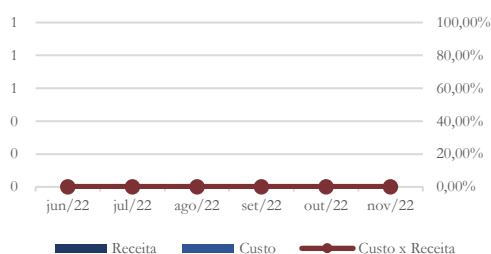


Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

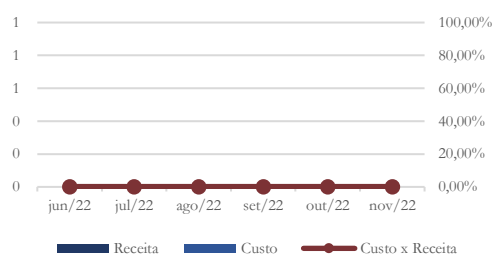


No mês de setembro/2022, a receita líquida da VOSA foi de R\$ 120 mil passando para R\$ 105 mil em outubro/2022 enquanto no mês de novembro/2022 essa foi de R\$ 1 mil. Na conta de custos de vendas, o saldo passou de R\$ 13 mil para R\$ 14 mil e finalizando em R\$ 1 mil em novembro/2022. A ANSC contabilizou saldo no valor de R\$ 1,27 milhão, o qual passou para R\$ 828 mil e finalizou em R\$ 651 mil. Referente a conta custo de venda, a recuperanda apresentou saldo no valor de R\$ 634 mil no mês de novembro/2022.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA



Açucareira Virgolino de Oliveira SA



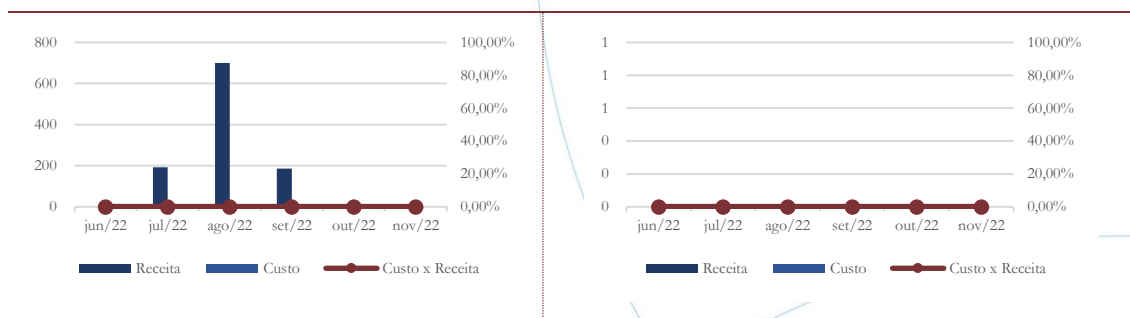
No período de junho/2022 a novembro/2022, tanto a VO Empreendimentos Imobiliários, quanto a Açucareira não registraram receita líquida ou mesmo custo de vendas – conforme gráfico acima.

Agropecuária Terras Novas SA

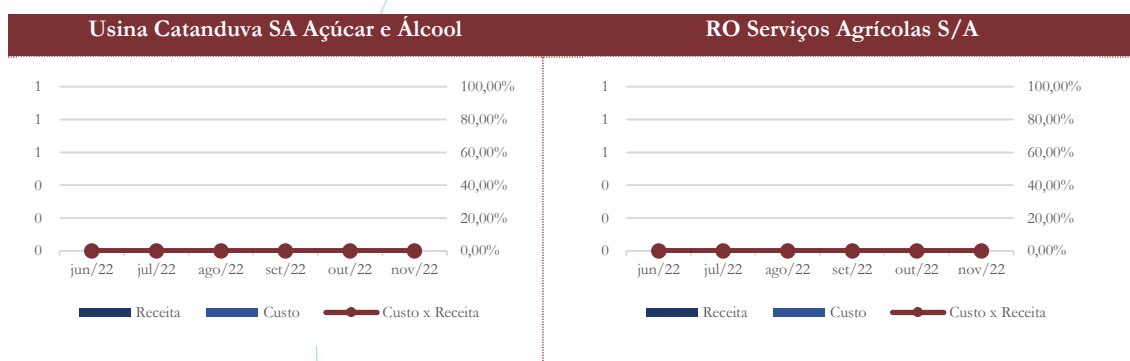
Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



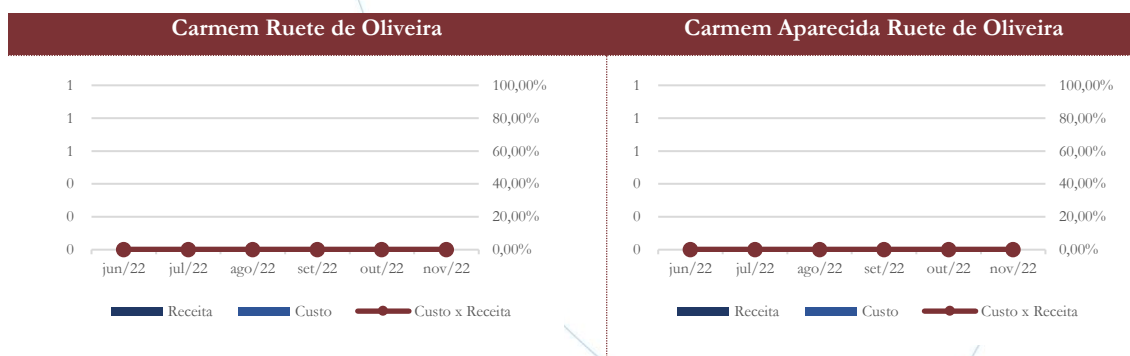
ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

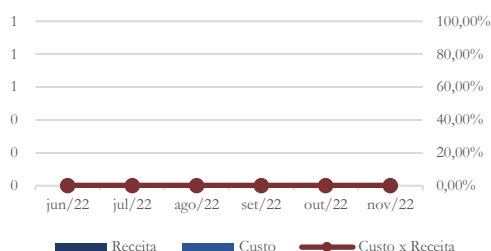


Na Agropecuária Terras Novas, no mês de setembro/2022, a receita líquida foi de R\$ 186 mil, enquanto nos meses de outubro e novembro/2022 a recuperanda não apresentou saldo de receita líquida. A conta custo de vendas registrou saldo zero no período em análise. Já a VO Bioenergia não registra saldo contábil para a receita líquida e custos de vendas, conforme o gráfico acima.



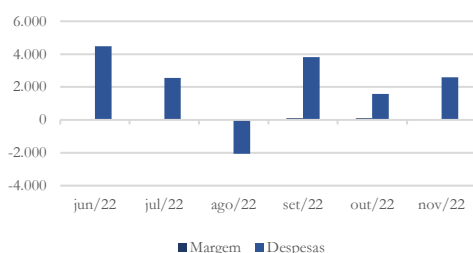
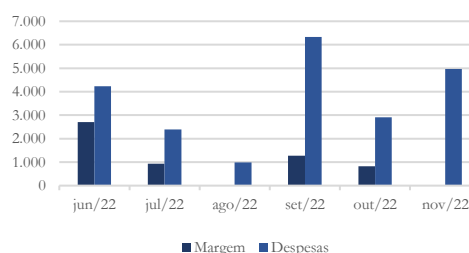
Tanto a Usina Catanduva, quanto a RO não apresentaram saldo nas contas de receita líquida e custo de venda, conforme os gráficos acima.



**Virgolino de Oliveira Filho**

No período de junho/2022 a novembro/2022, os produtores rurais não registraram receita líquida ou custo de vendas – conforme gráfico acima.

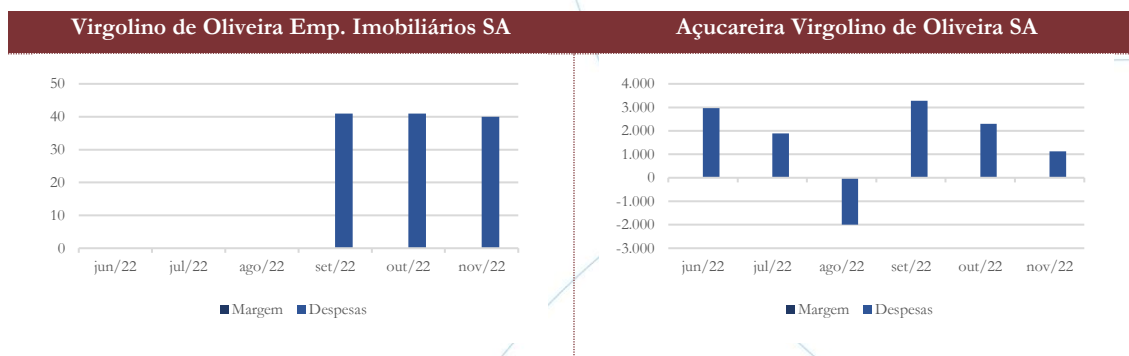
4.2.3. Margem de Contribuição e Despesas Operacionais

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool**Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA**

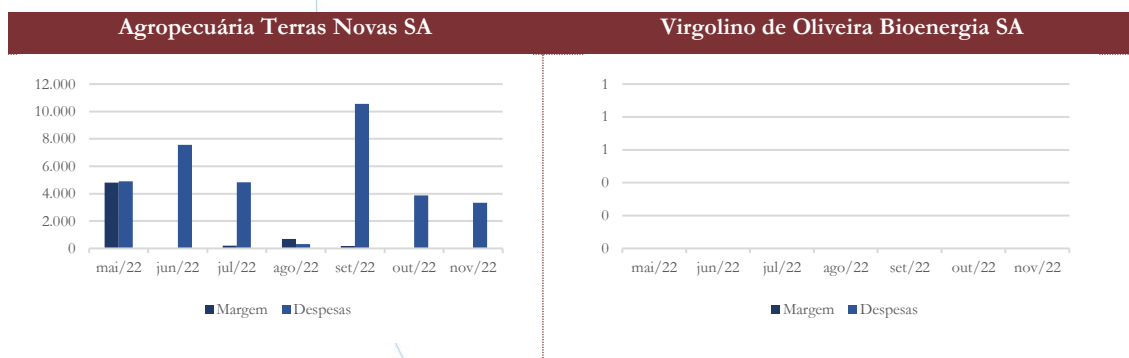
No mês de setembro/2022, a margem de contribuição da VOSA passou de R\$ 107 mil para R\$ 91 mil em outubro/2022 e registrando saldo zero em novembro/2022. As despesas operacionais apresentaram saldo de R\$ 3,8 milhões no mês de setembro/2022, passando para R\$ 1,57 milhão em outubro/2022, enquanto no mês de novembro/2022 essas foram de R\$ 2,59 milhões. Já a ANSC apresentou saldo no valor de R\$ 1,27 milhão em setembro/2022 passando para R\$ 828 mil em outubro/2022 e finalizando com R\$ 17 mil em novembro/2022 e as despesas operacionais contabilizaram saldo de R\$ 6,33 milhões no primeiro período, o qual



passou para R\$ 2,91 milhões no segundo período e finalizou com R\$ 4,96 milhões no último período em análise.



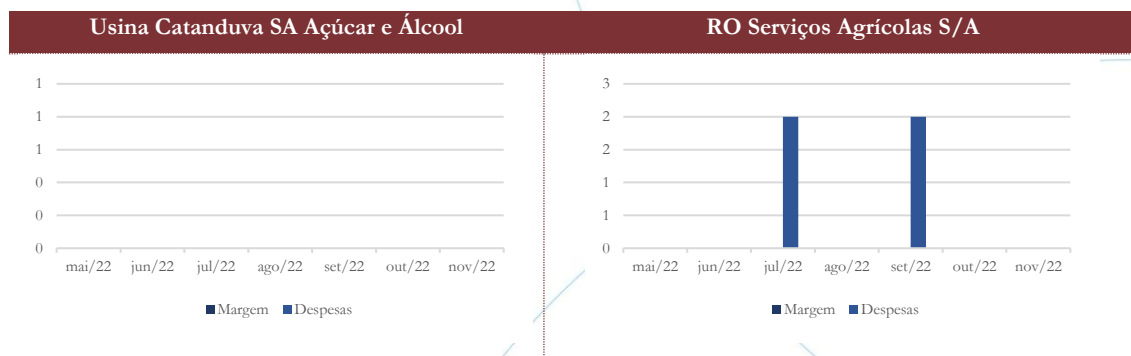
A VO Empreendimentos Imobiliários não contabilizou saldo para a margem de contribuição, enquanto nas despesas operacionais o saldo foi de R\$ 41 mil em setembro/2022, bem como no mês de outubro/2022, finalizando o mês de novembro/2022 com saldo no valor de R\$ 40 mil. A Açucareira não apresentou saldo na margem de contribuição e na conta despesas operacionais o saldo foi de R\$ 3,28 milhões em setembro/2022, enquanto no mês de outubro/2022 apresentou saldo de R\$ 2,3 milhões, finalizando em novembro/2022 com saldo de R\$ 1,12 milhão.



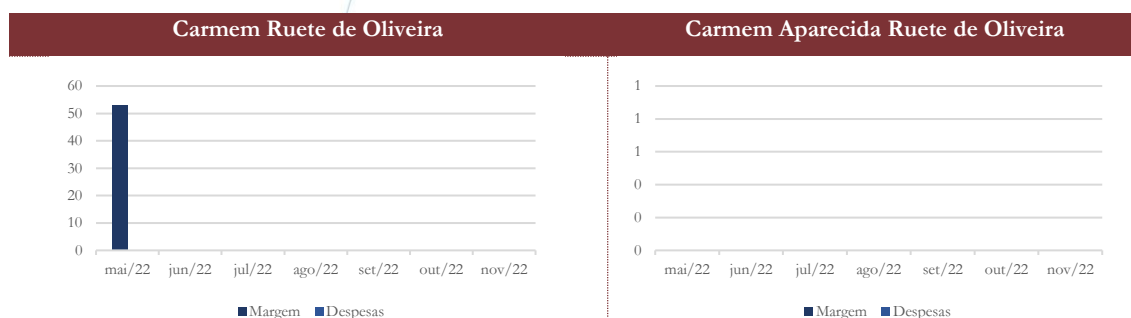
No mês de setembro/2022, a margem de contribuição da Agropecuária Terras Novas foi de R\$ 186 mil passando a registrar saldo zerado em outubro/2022 e novembro/2022, enquanto as despesas operacionais apresentaram saldo de R\$ 10,5 milhões passando para R\$ 3,87 milhões e finalizando com saldo de R\$ 3,33



milhões, no mesmo período em análise. Na VO Bioenergia não há registro de saldo contábil para a margem de contribuição e despesas operacionais.



A Usina Catanduva e não registrou margem de contribuição ou despesas operacionais no período de maio/2022 a novembro/2022. Já a RO registrou R\$ 2 mil de despesas operacionais em setembro/2022, apresentando saldo zerado nos outros meses.

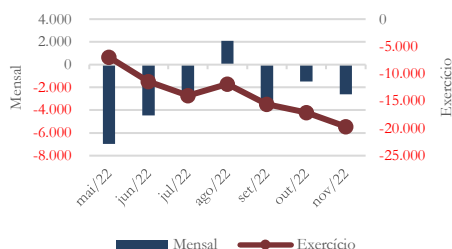


Nos meses de maio/2022 a novembro/2022, os produtores rurais não registraram margem de contribuição ou despesas operacionais.

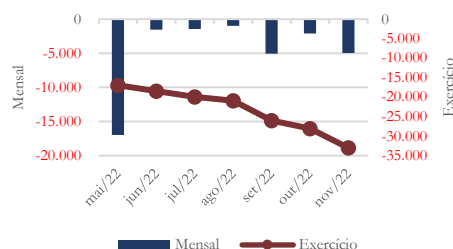


4.2.4. Resultado Operacional

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool

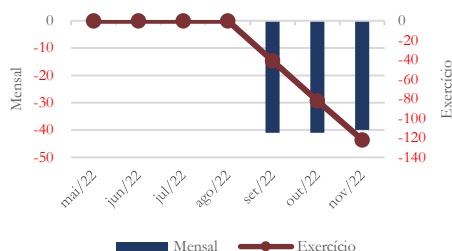


Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

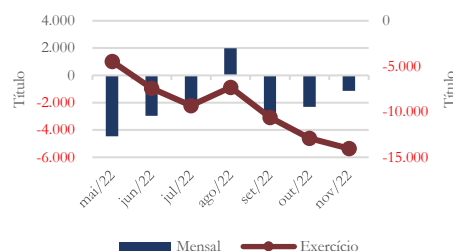


No ano-safra 2022/2023, a VOSA apresentou prejuízo operacional no valor de R\$ 19,7 milhões, enquanto na ANSC este foi de R\$ 33,0 milhões.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA



Açucareira Virgolino de Oliveira SA



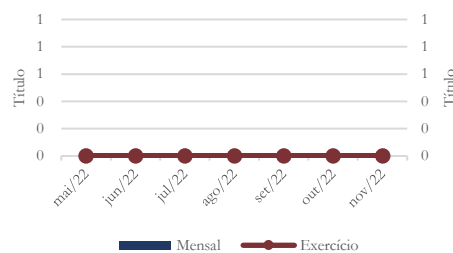
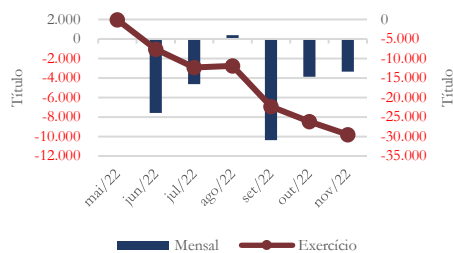
A VO Empreendimentos Imobiliários apresenta prejuízo operacional no ano-safra 2022/2023 de R\$ 122 mil, enquanto a Açucareira este foi de R\$ 14,0 milhões.

Agropecuária Terras Novas SA

Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

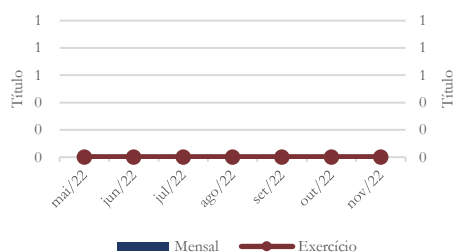


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

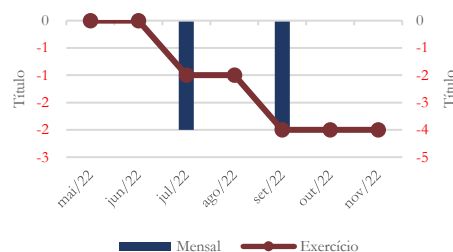


A Agropecuária Terras Novas, no ano-safra 2022/2023, há prejuízo operacional no valor de R\$ 29,5 milhões, enquanto a VO Bioenergia não registra resultado nesta categoria.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

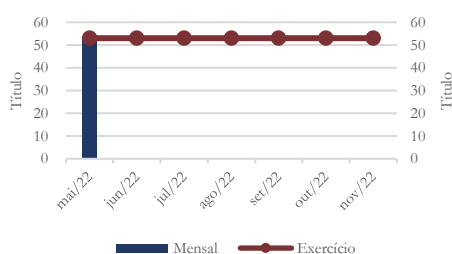


RO Serviços Agrícolas S/A

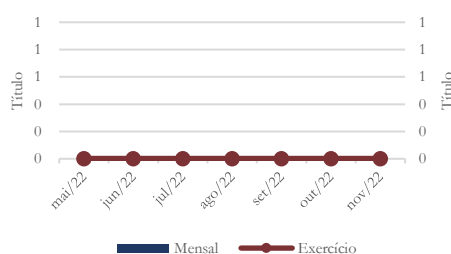


A Usina Catanduva não registra resultado operacional, enquanto a RO Serviços Agrícolas esse foi de R\$ 4 mil no ano-safra 2022/2023.

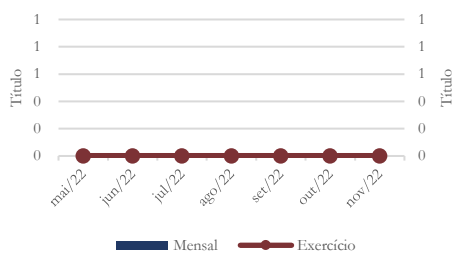
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



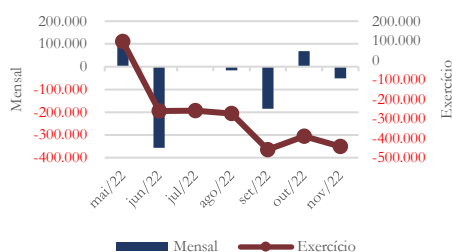
Virgolino de Oliveira Filho



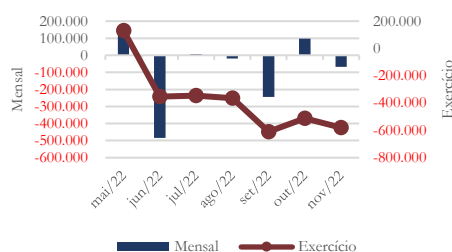
Enquanto a Sra. Carmen Ruete de Oliveira registra lucro operacional de R\$ 53 mil no ano-safra 2022/2023, enquanto os demais produtores rurais não demonstram resultado operacional.

4.2.5. Equivalência Patrimonial¹⁰

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool



Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA



A VOSA apresentou no ano-safra 2022/2023 saldo negativo no valor de R\$ 442,8 milhões provenientes de equivalência patrimonial, enquanto na ANSC esse foi de R\$ 579,0 milhões.

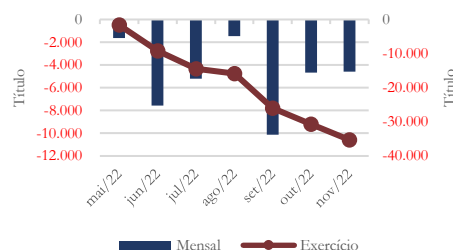
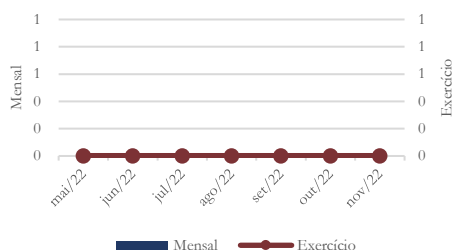
Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

Açucareira Virgolino de Oliveira SA

¹⁰ Após a reclassificação realizada pelo Grupo no mês de janeiro/2022, passaremos a analisar separadamente a equivalência patrimonial.

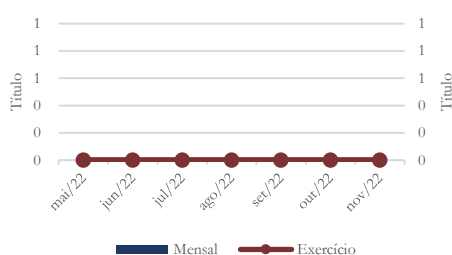


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

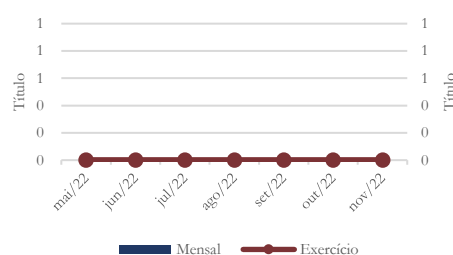


A VO Empreendimentos Imobiliários não registra resultado de equivalência patrimonial, enquanto a Açucareira registrou saldo negativo de R\$ 35,2 milhões no ano-safra 2022/2023.

Agropecuária Terras Novas SA

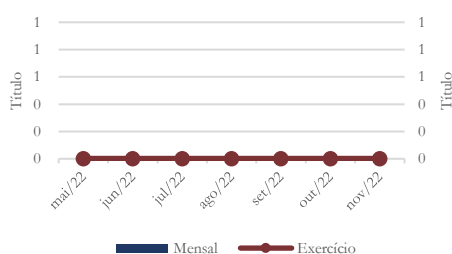


Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

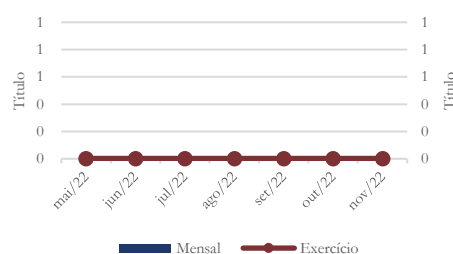


Tanto a Agropecuária Terras Novas, quanto a VO Bioenergia não registram equivalência patrimonial em suas demonstrações contábeis no ano-safra 2022/2023.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

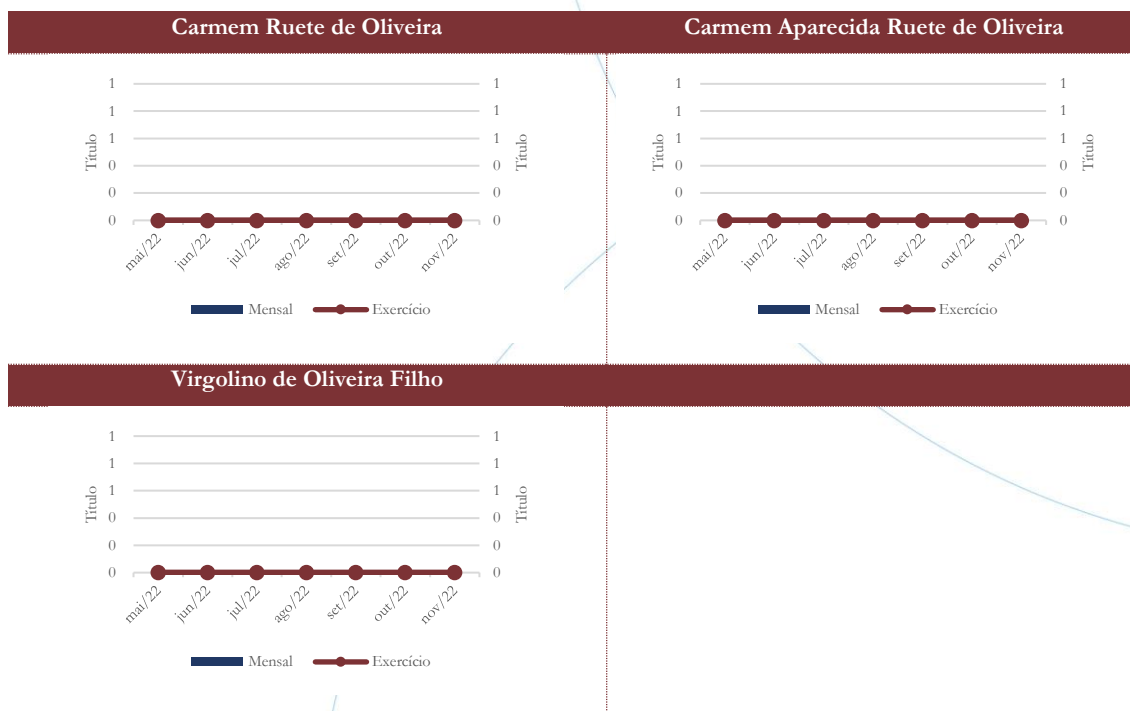


RO Serviços Agrícolas S/A



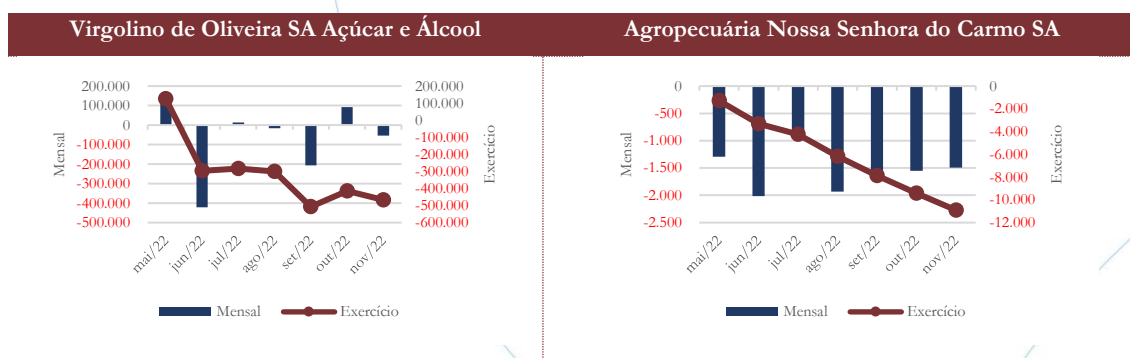


A Usina Catanduva e a RO Serviços Agrícolas também não registram equivalência patrimonial em suas demonstrações contábeis no mesmo período analisado.



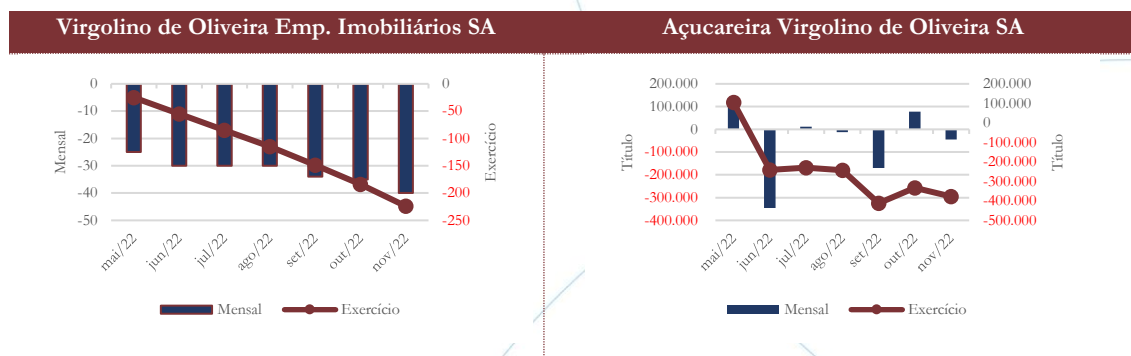
No ano-safra 2022/2023, os produtores rurais também não apresentaram equivalência patrimonial.

4.2.6. Resultado Financeiro

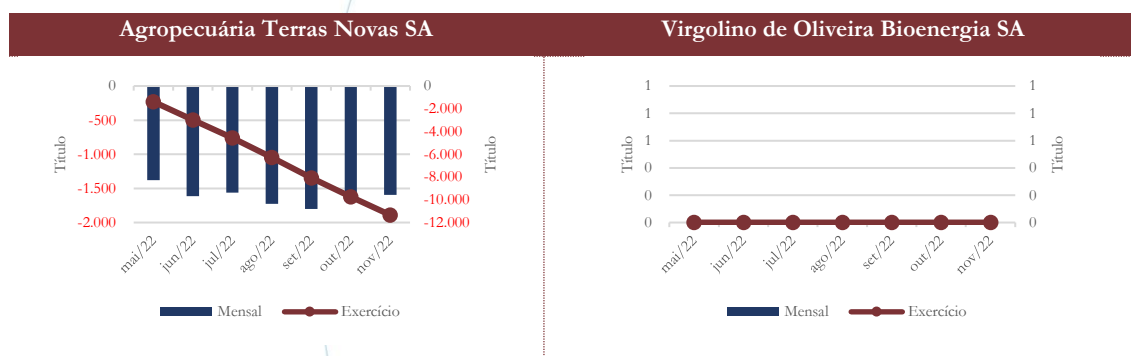




A VOSA, no ano-safra 2022/2023, acumula despesas financeiras no valor de R\$ 468,1 milhões, enquanto na ANSC essas são de R\$ 10,9 milhões.

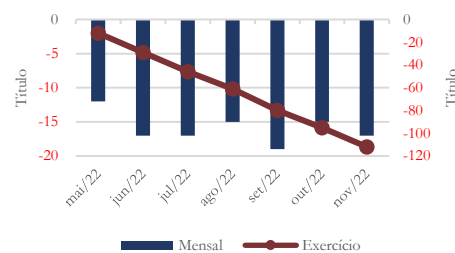
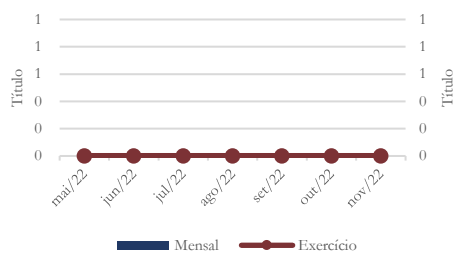


A VO Empreendimentos Imobiliários, no exercício 2022/2023, acumula despesas financeiras no valor de R\$ 224 mil, enquanto a Açucareira essas são de R\$ 377,7 milhões.



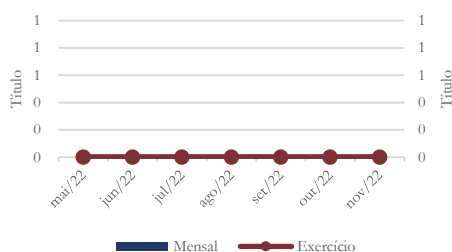
A Agropecuária Terras Novas registra despesas financeiras no valor de R\$ 11,3 milhões no ano-safra 2022/2023, enquanto a VO Bioenergia não registra resultado nesta categoria.



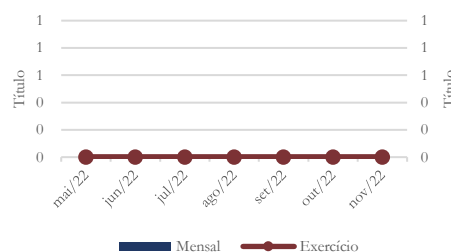


A Usina Catanduva também não registra saldo no resultado financeiro, enquanto a RO Serviços Agrícolas demonstrou despesas financeiras no valor de R\$ 112 mil no ano-safra 2022/2023.

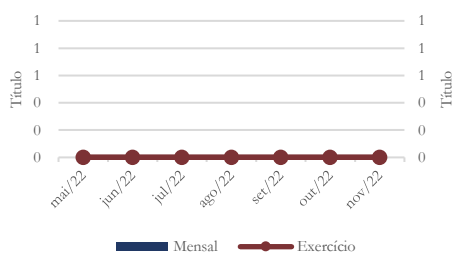
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



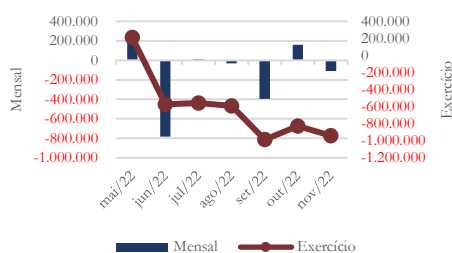
Nos meses de junho/2022 e novembro/2022, os três produtores rurais apresentaram saldo zero no resultado financeiro.

4.2.7. Resultado Líquido

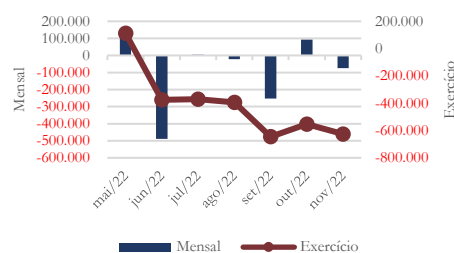


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Álcool

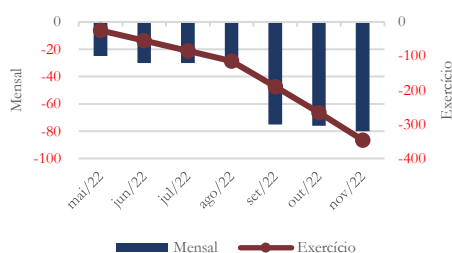


Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

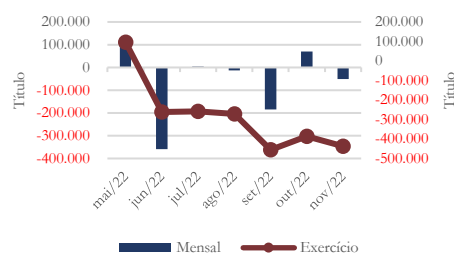


Enquanto a VOSA acumula prejuízo líquido no valor de R\$ 938,5 milhões no ano-safra 2022/2023, na ANSC esse foi de R\$ 626,3 milhões.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

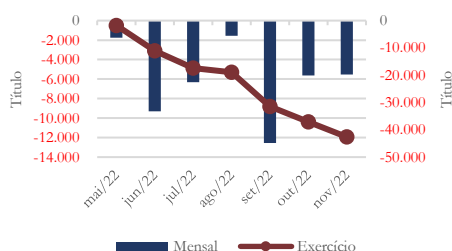


Açucareira Virgolino de Oliveira SA

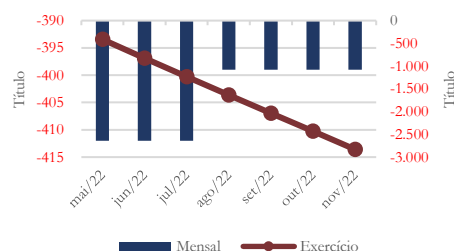


No ano-safra 2022/2023, a VO Empreendimentos Imobiliários acumula prejuízo líquido no valor de R\$ 346 mil, enquanto na Açucareira este foi de R\$ 436,8 milhões.

Agropecuária Terras Novas SA



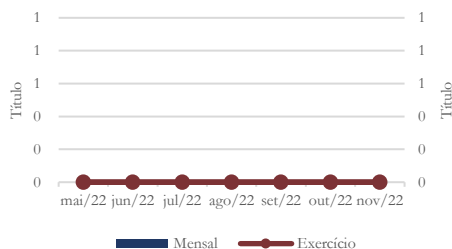
Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



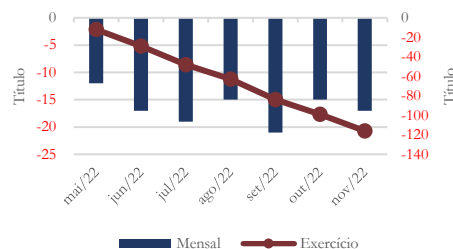
No ano-safra 2022/2023, a Agropecuária Terras Novas acumula prejuízo líquido no valor de R\$ 42,6 milhões, enquanto a VO Bioenergia o saldo foi de R\$ 2,83 milhões.



Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

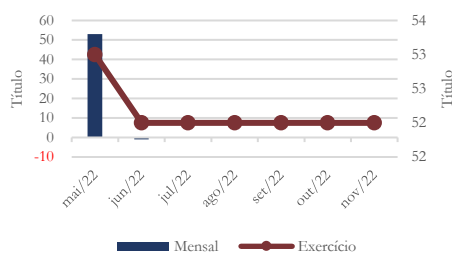


RO Serviços Agrícolas S/A

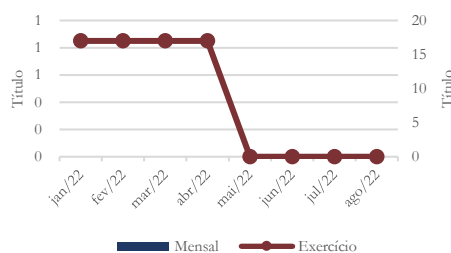


A Usina Catanduva não registra resultado líquido, enquanto a RO Serviços Agrícolas há prejuízo líquido no valor de R\$ 116 mil no ano-safra 2022/2023.

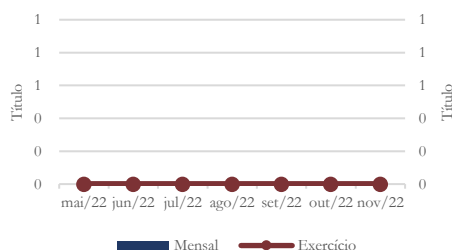
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



No ano-safra 2022/2023, a Sra. Carmen Ruete de Oliveira, produtora rural, registra lucro líquido no valor de R\$ 52 mil, enquanto os demais demonstram saldo zero.

4.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade da empresa de gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos. Nesse sentido e, segundo Sérgio Adriano¹¹:

A DFC informa as entradas em dinheiro e as saídas em dinheiro de uma empresa em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil, que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente de caixa resulta no saldo final de caixa mais o equivalente de caixa.

A DFC compreende os fluxos de caixa nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

4.3.1. Atividades Operacionais

Decorrente da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas pela empresa são suficientes para amortizar empréstimos, manter sua capacidade operacional, pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio, bem como realizar novos investimentos a partir do saldo contabilizado nesse caixa.

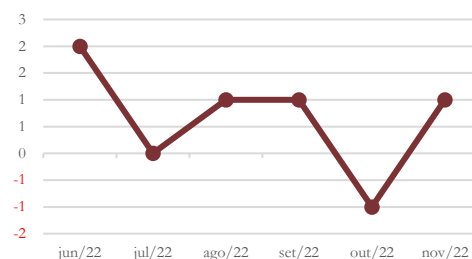
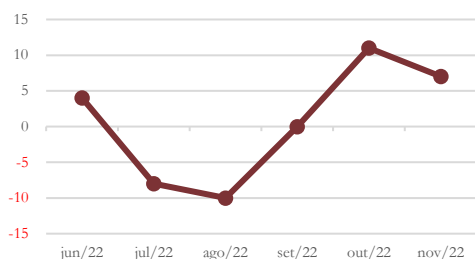
Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

¹¹ Adriano, Sérgio. *Manual dos pronunciamentos contábeis comentados*, 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018:217.

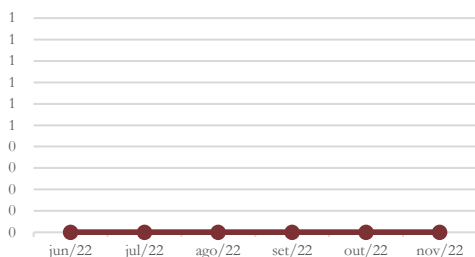


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

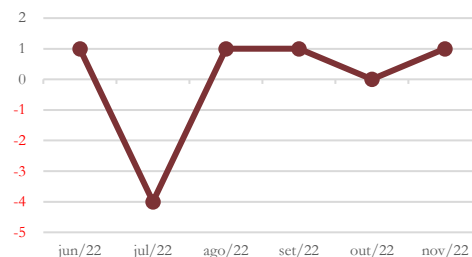


No mês de novembro/2022, a VOSA gerou saldo no valor de R\$ 7 mil com suas atividades operacionais, enquanto a ANSC gerou R\$ 1 mil.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

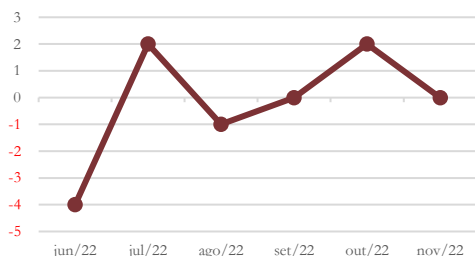


Açucareira Virgolino de Oliveira SA



A VO Empreendimentos Imobiliários não gerou nem consumiu recursos em suas atividades operacionais, enquanto a Açucareira gerou R\$ 1 mil no mês de novembro/2022.

Agropecuária Terras Novas SA



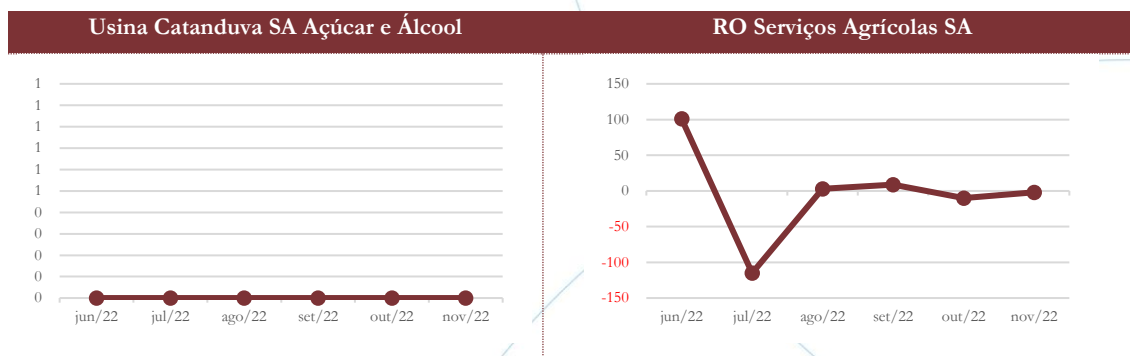
Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



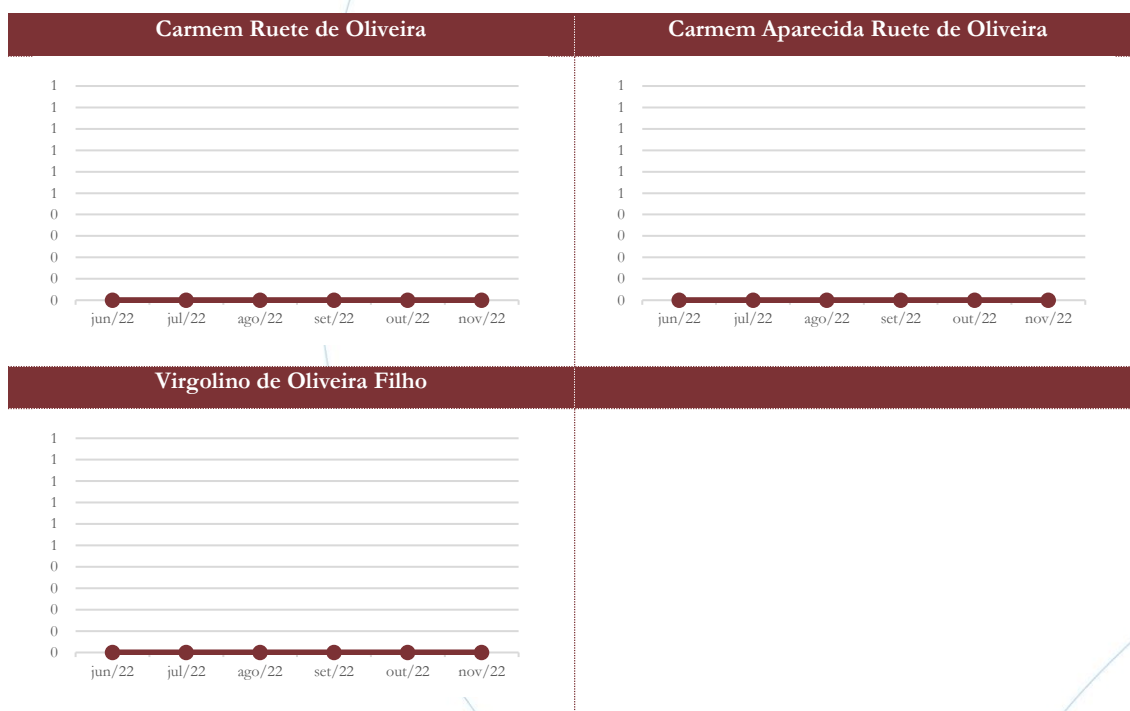


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Tanto a Agropecuária Terras Novas quanto a VO Bioenergia não consumiu nem gerou recursos no mês de Novembro/2022.



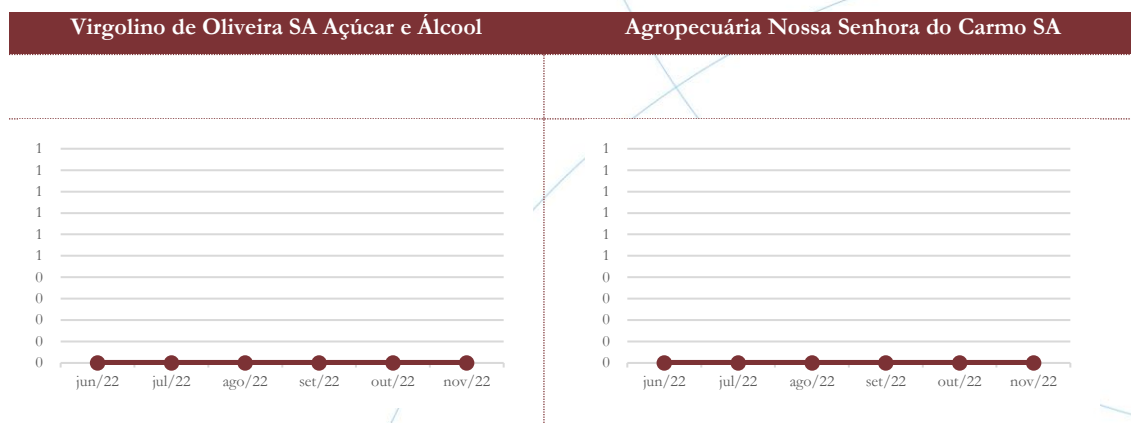
A Usina Catanduva não demonstra consumir ou gerar recursos durante o período em análise, enquanto a RO Serviços Agrícolas consumiu R\$ 2 mil no mês de novembro/2022.



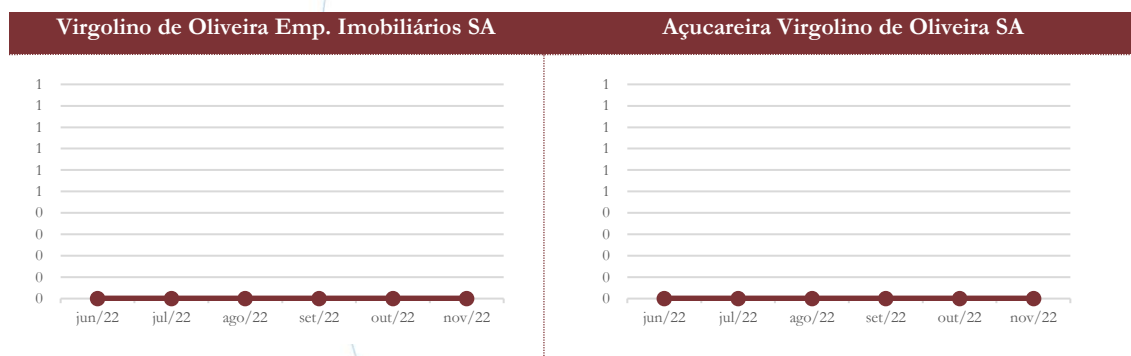
Conforme os gráficos acima, os produtores rurais não apresentaram o DFC.

4.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessa atividade representa os gastos com despesas de capital ou não efetuados visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

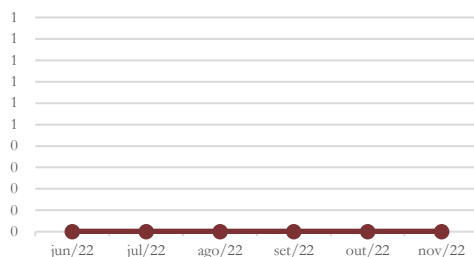
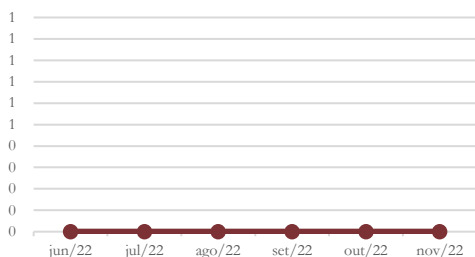


Tanto a VOSA, quanto a ANSC não demonstram consumir ou gerar recursos através das atividades de investimentos no mês de novembro/2022.



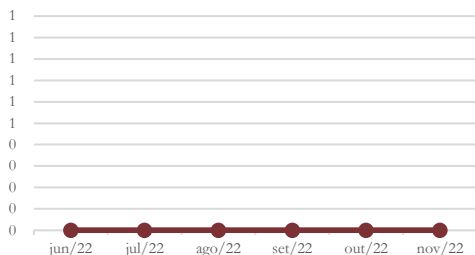
A VO Empreendimentos Imobiliários e a Açucareira não demonstraram consumir ou gerar recursos no mês novembro/2022 nas atividades de investimentos.



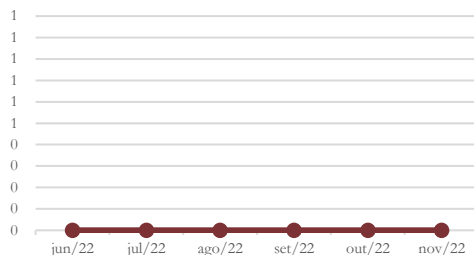


A Agropecuária Terras Novas e a VO Bioenergia não demonstrar consumir ou gerar recursos nas atividades de investimentos.

Usina Catanduva SA Açúcar e Álcool

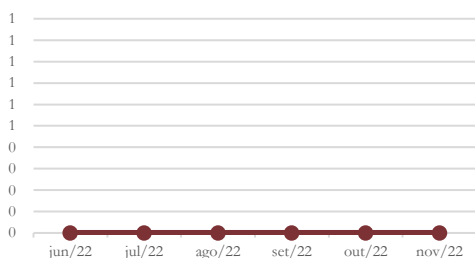


RO Serviços Agrícolas SA

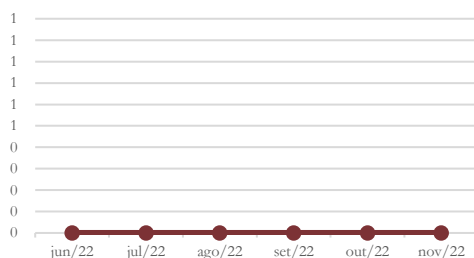


A Usina Catanduva, assim como a RO Serviços Agrícolas permanecem sem demonstrar movimentação no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

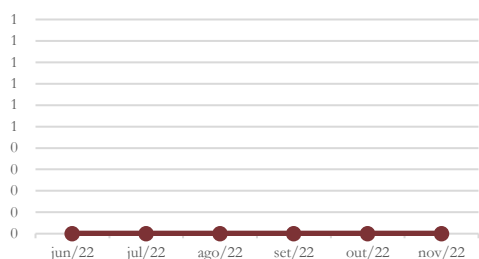
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho

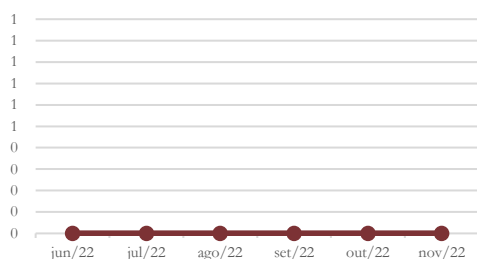


Os produtores rurais não apresentaram o DFC.

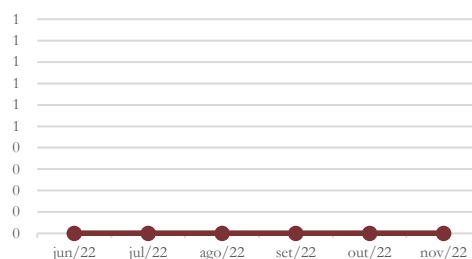
4.3.3. Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa as entradas com empréstimos e financiamentos de curto prazo, assim como saídas com pagamento destas dívidas e pagamento de proventos aos acionistas.

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool



Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA



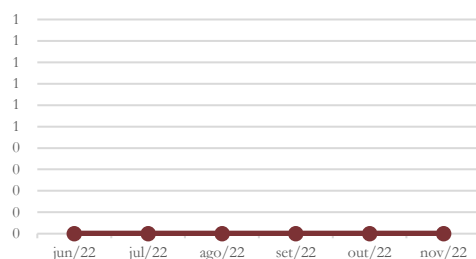
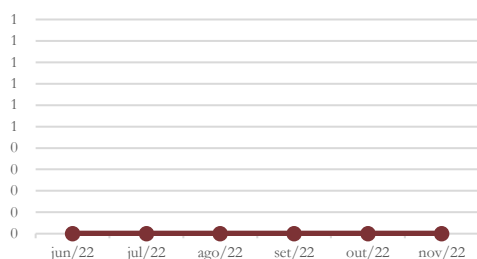
Tanto a VOSA, quanto a ANSC não registraram movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

Açucareira Virgolino de Oliveira SA



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL



No mês de novembro/2022, a VO Empreendimentos Imobiliários e a Açucareira também não registraram movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

Agropecuária Terras Novas SA



Virgolino de Oliveira Bioenergia SA



A Agropecuária Terras Novas e a VO Bioenergia também não registram movimentação nesta categoria.

Usina Catanduva SA Açúcar e Alcool

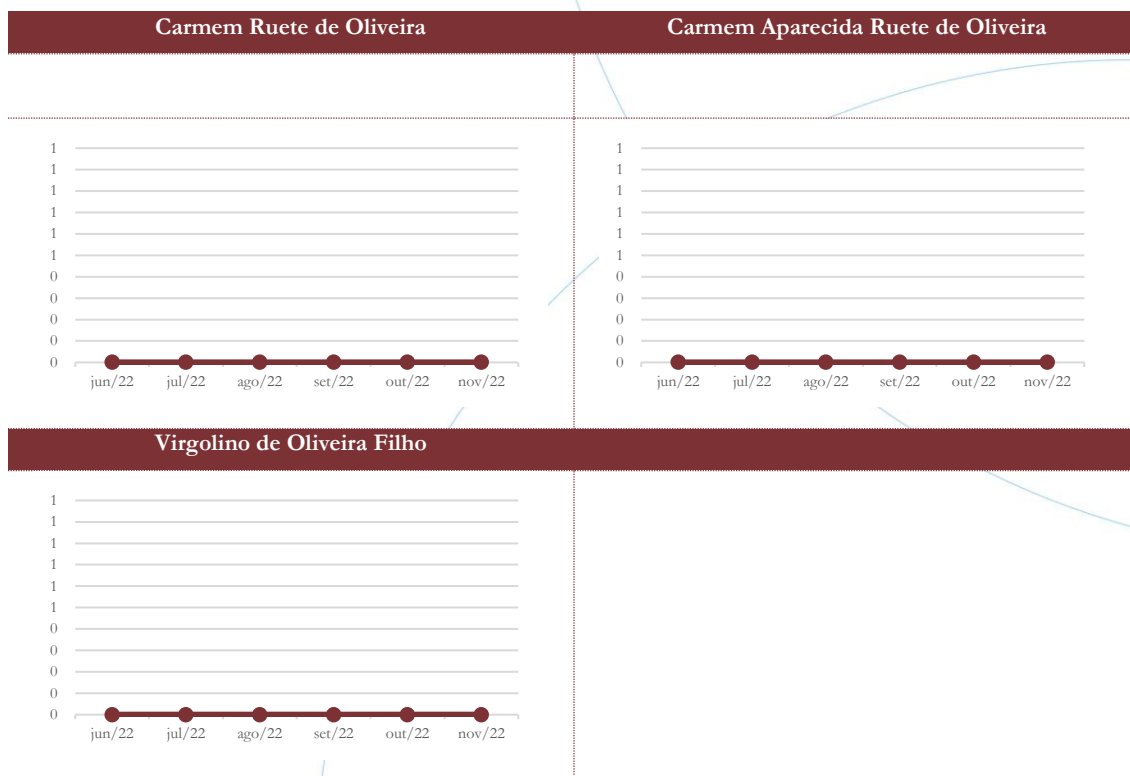


RO Serviços Agrícolas SA



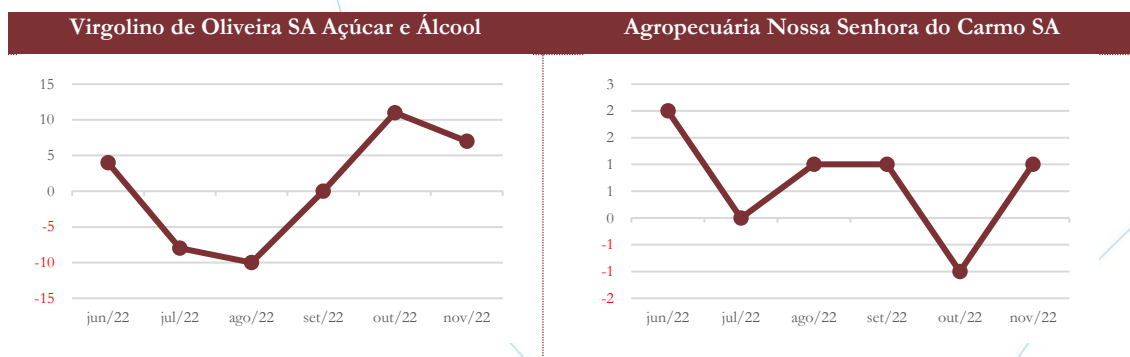


Mantendo o padrão, a Usina Catanduva e a RO Serviços Agrícolas não registraram movimentação nas atividades de financiamentos.



Os produtores rurais não apresentaram o DFC.

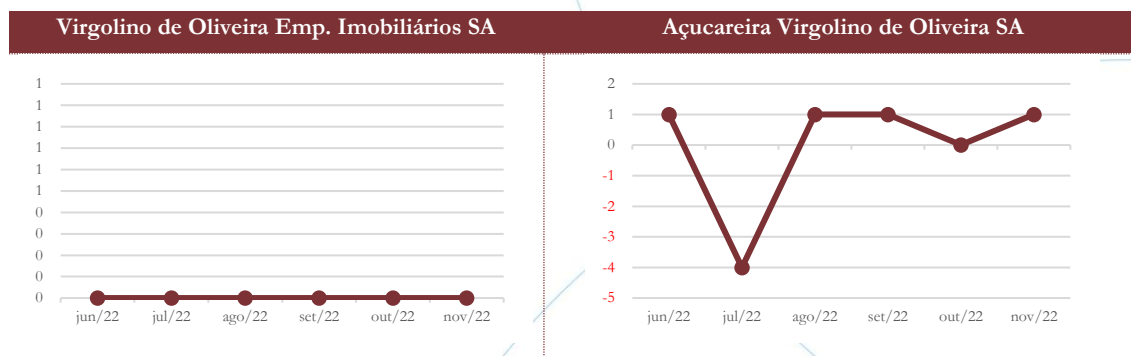
4.3.4. Fluxo de Caixa Consolidado



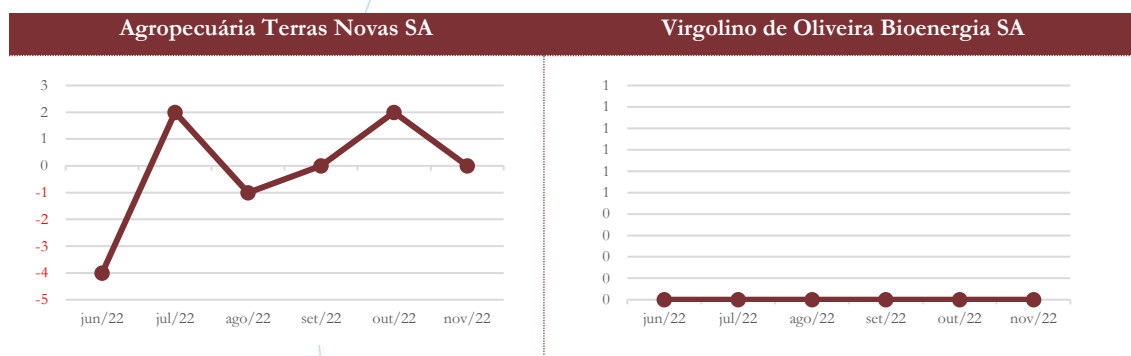


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Em novembro/2022, a VOSA gerou recursos na ordem de R\$ 7 mil, enquanto a ANSC gerou R\$ 1 mil.



No mês de novembro/2022 a VO Empreendimentos Imobiliários não consumiu nem gerou recursos, enquanto a Açucareira gerou R\$ 1 mil.

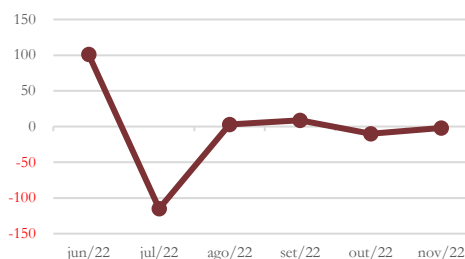
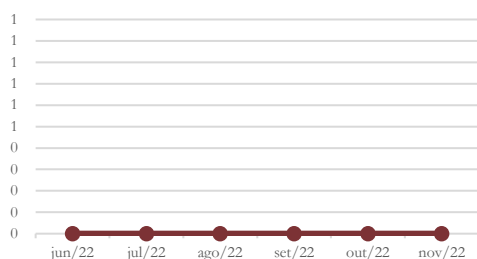


A Agropecuária Terras Novas, no mês de novembro/2022, não consumiu recursos e nem gerou, quanto a VO Bioenergia também não consumiu nem gerou recursos.



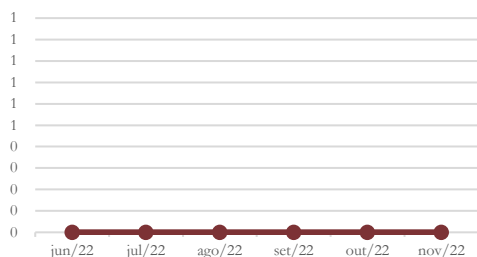


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

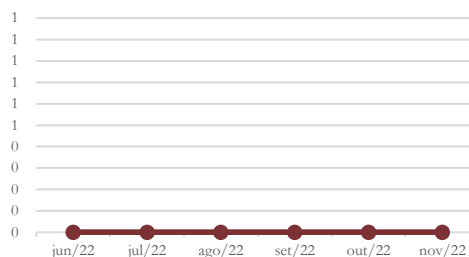


No mês novembro/2022, a Usina Catanduba não consumiu nem gerou recursos, enquanto a RO Serviços Agrícolas consumiu recursos na ordem de R\$ 2 mil.

Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



Os produtores rurais não apresentaram o DFC.

4.4. Índices e Indicadores

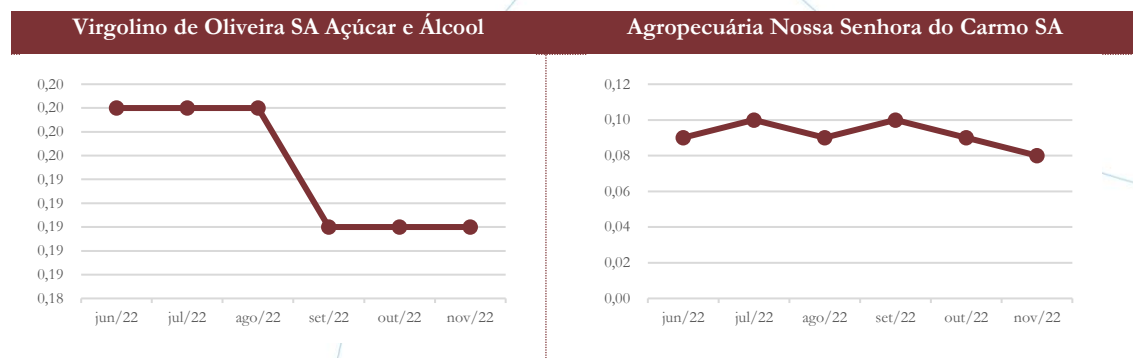
Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil da empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas



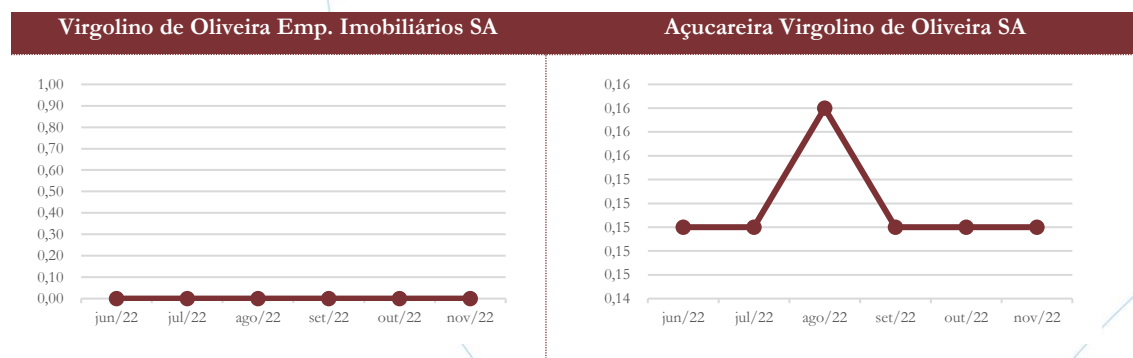
possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações financeiras.

4.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente¹² – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa está cumprindo com as obrigações imediatas, ou seja, àquelas de curto prazo.



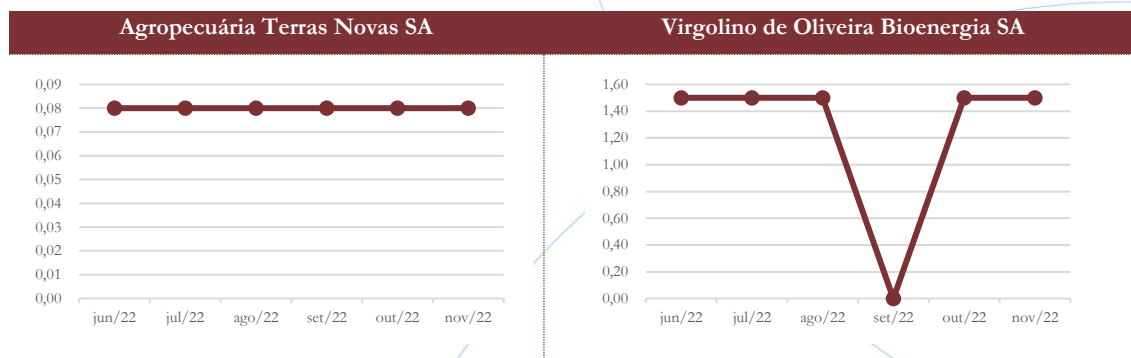
Ao final do mês de novembro/2022, a VOSA demonstrou possuir R\$ 0,19 para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida a curto prazo, enquanto a ANSC registrou R\$ 0,08 quando realizada a mesma análise.



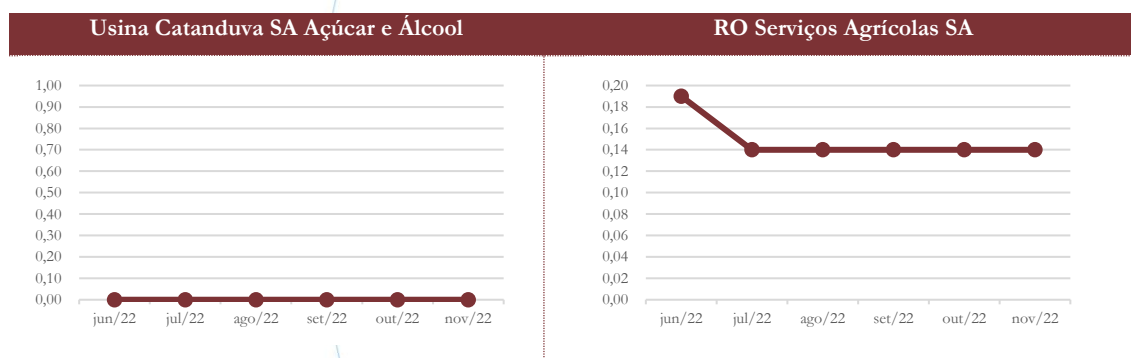
¹² Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.



A VO Empreendimentos Imobiliários não registra liquidez corrente, enquanto a Açucareira demonstrou possuir R\$ 0,15 para cada R\$ 1,00 devido a curto prazo, no mês de novembro/2022.

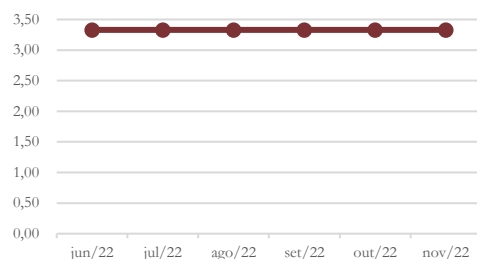
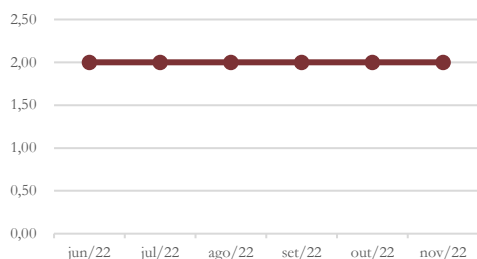


No mês de novembro/2022, a Agropecuária Terras Novas registrou R\$ 0,08 para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, enquanto a VO Bioenergia registrou R\$ 1,50, na mesma análise.

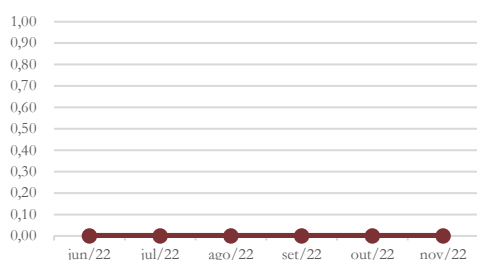


A Usina Catanduva não registra liquidez a curto prazo, enquanto no mês de novembro/2022, a RO Serviços Agrícolas demonstrou possuir R\$ 0,14 para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Carmem Ruete de Oliveira	Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho



A Sra. Carmem Ruete de Oliveira registrou R\$ 2,00 para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida a curto prazo, enquanto a Sra. Carmem Aparecida Ruete de Oliveira registrou R\$ 3,33 e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho R\$ 0,00 no mês de novembro/2022.

4.4.2. Liquidez Geral

Objetiva comparar a capacidade da empresa a curto e a longo prazo¹³. Neste sentido, quando o resultado deste for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, conseqüentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

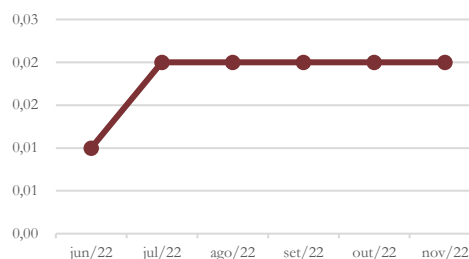
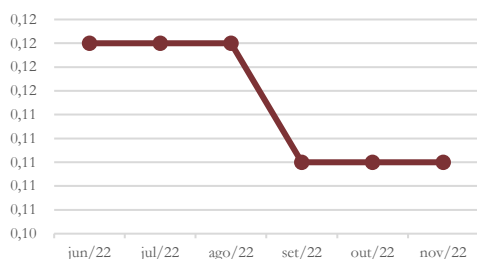
Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

¹³ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

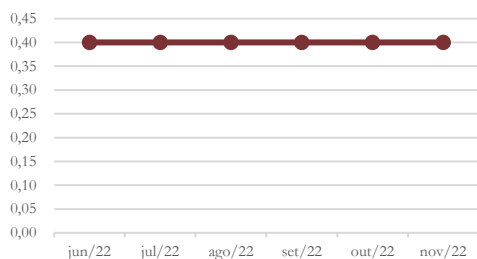


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

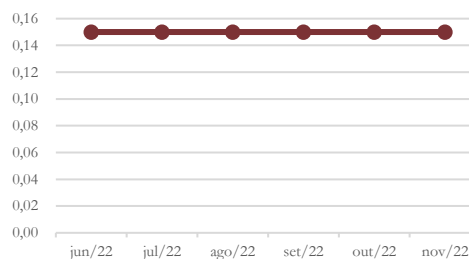


Considerando os direitos e obrigações a curto e a longo prazo, a VOSA demonstrou possuir, no final do mês de novembro/2022, R\$ 0,11 para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida, enquanto a ANSC registrou R\$ 0,02, quando realizada a mesma análise.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

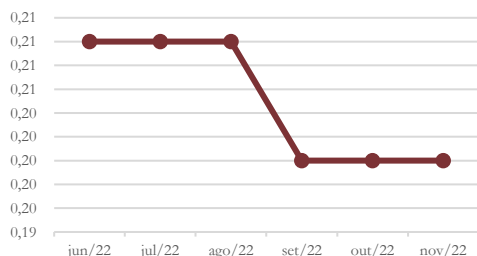


Açucareira Virgolino de Oliveira SA

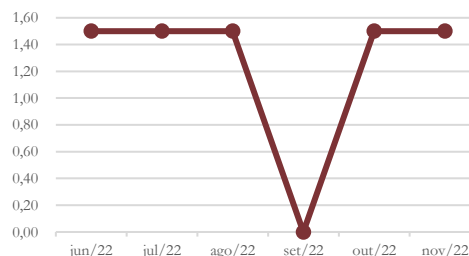


No mês de novembro/2022, a VO Empreendimentos Imobiliários demonstrou possuir R\$ 0,40 para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida a curto prazo, enquanto a Açucareira demonstrou possuir R\$ 0,15 para cada R\$ 1,00 devido a curto prazo.

Agropecuária Terras Novas SA

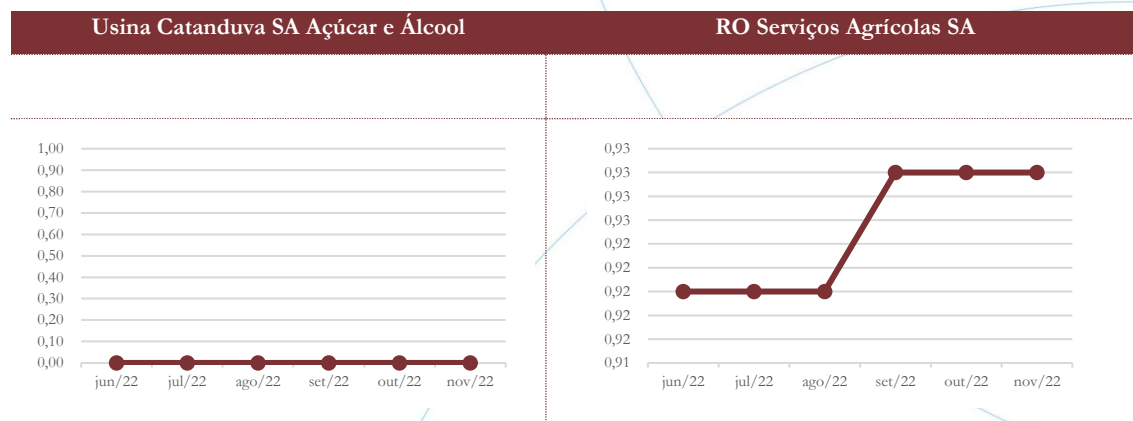


Virgolino de Oliveira Bioenergia SA

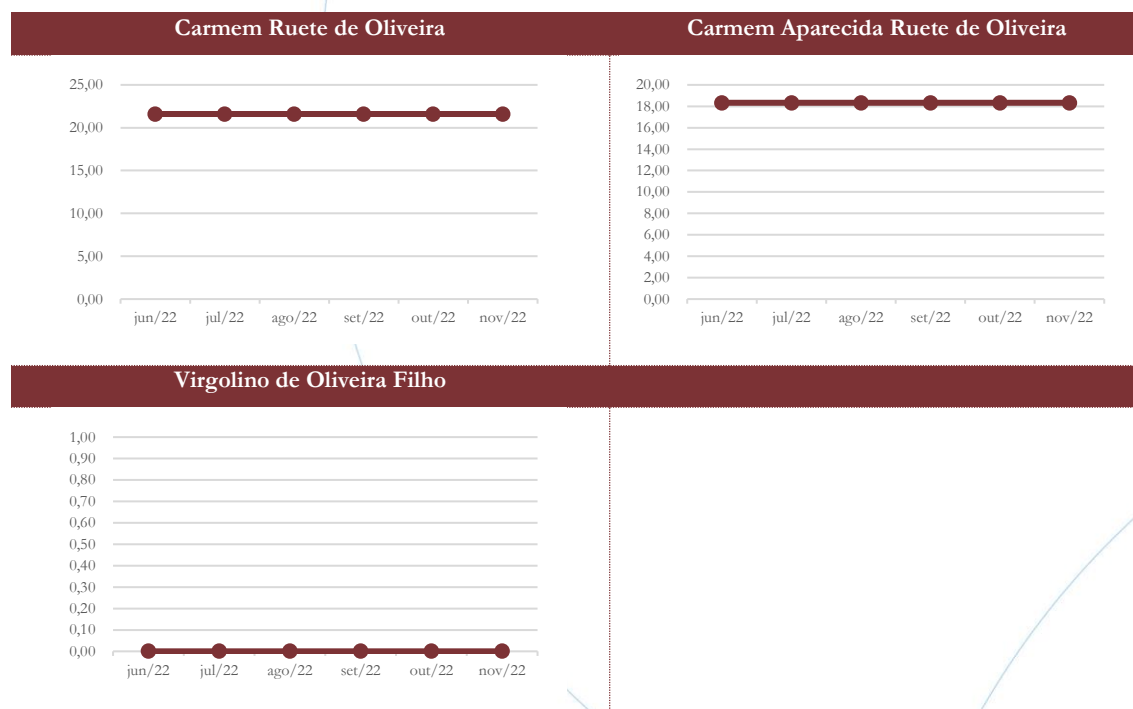




A Agropecuária Terras Novas, ao final de novembro/2022, demonstrou possuir R\$ 0,20 para cada R\$ 1,00 de dívida a curto e a longo prazo, enquanto a VO Bioenergia registrou R\$ 1,50, na mesma análise.



A Usina Catanduva não registra liquidez a longo prazo, enquanto a RO Serviços Agrícolas demonstrou possuir R\$ 0,93, ao final de novembro/2022, para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida a longo prazo.



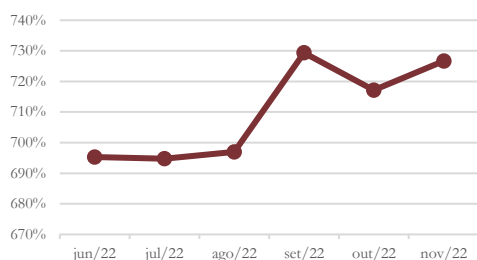


No mês de novembro/2022, a Sra. Carmem Ruete de Oliveira registrou R\$ 21,60 para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida a longo prazo, enquanto a Sra. Carmem Aparecida Ruete de Oliveira registrou R\$ 18,33 e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho R\$ 0,00

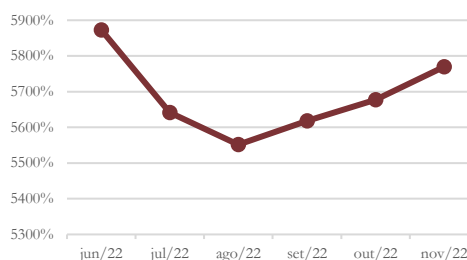
4.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que a empresa utiliza naquele período em análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool

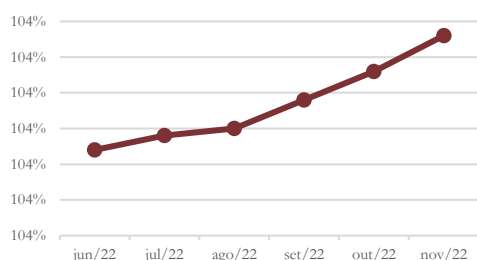


Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

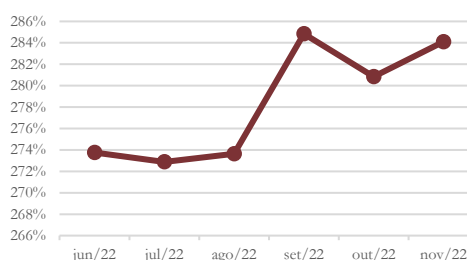


No que diz respeito ao nível de endividamento, a VOSA registrou índice de 726,70% e a ANSC 5.769,88% ao final do mês de novembro/2022 – demonstrando possuir alta dependência de capital de terceiros.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

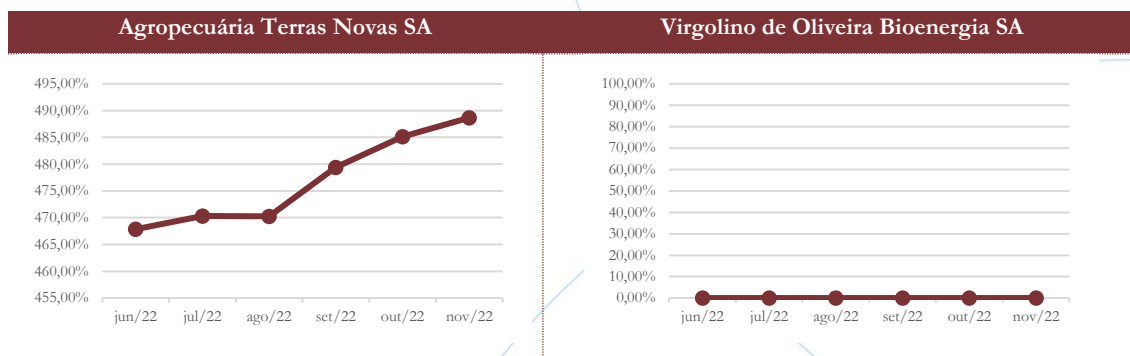


Açucareira Virgolino de Oliveira SA

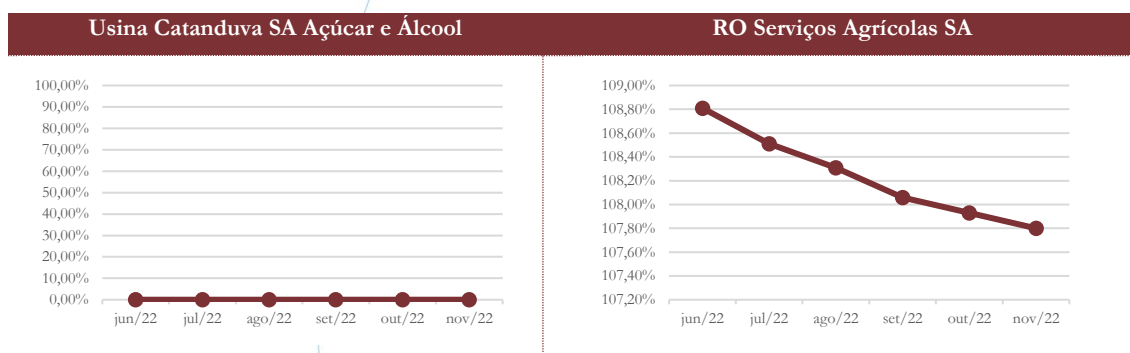




No mês de novembro/2022, a VO Empreendimentos Imobiliários registrou índice de 104,38% e a Açucareira de 284,10%.

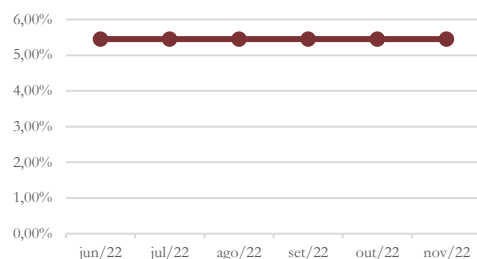
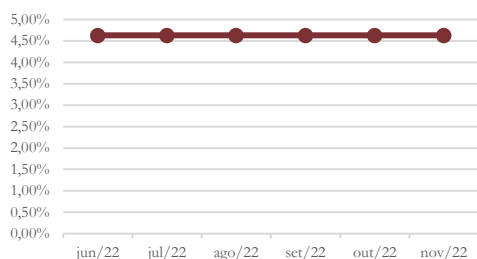


A Agropecuária Terras Novas, por sua vez, registrou índice de 488,67%, enquanto a VO Bioenergia não registra endividamento, no mês de novembro/2022.

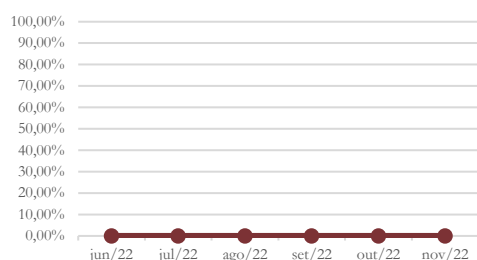


No mês de novembro/2022, a Usina Catanduva registrou índice de 0,00%, enquanto a RO Serviços Agrícolas o índice foi de 107,80%.





Virgolino de Oliveira Filho

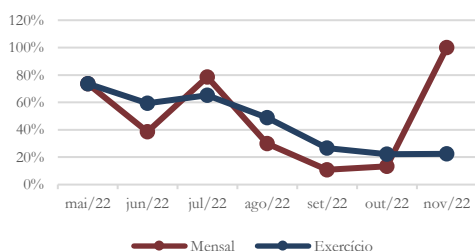


No mês de novembro/2022, quanto aos produtores rurais, a Sra. Carmem Ruete de Oliveira registrou índice de 4,63%, a Sra. Carmem Aparecida Ruete de Oliveira de 5,45% e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho de 0,00%.

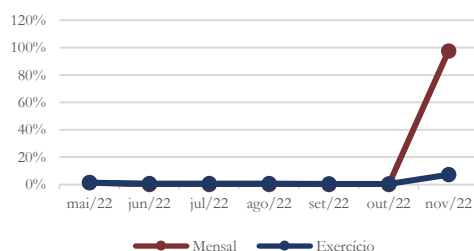
4.4.4. Participação do Custo de Vendas

Mostra a participação do custo de vendas na receita líquida auferida em cada período.

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool

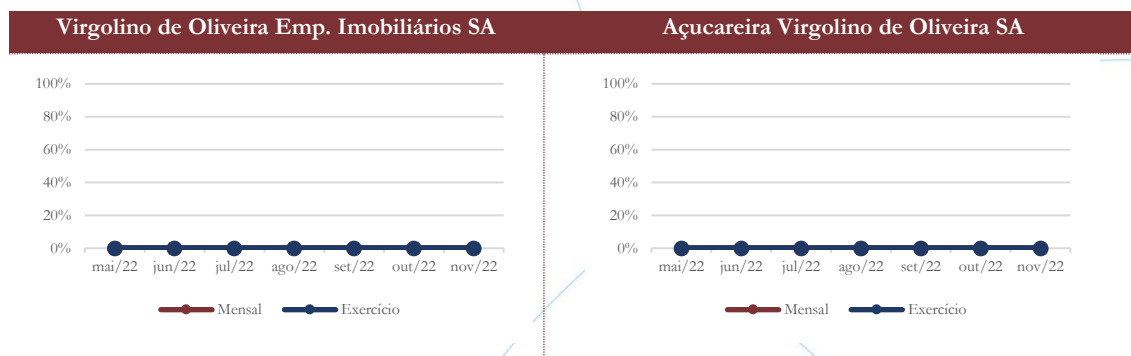


Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA

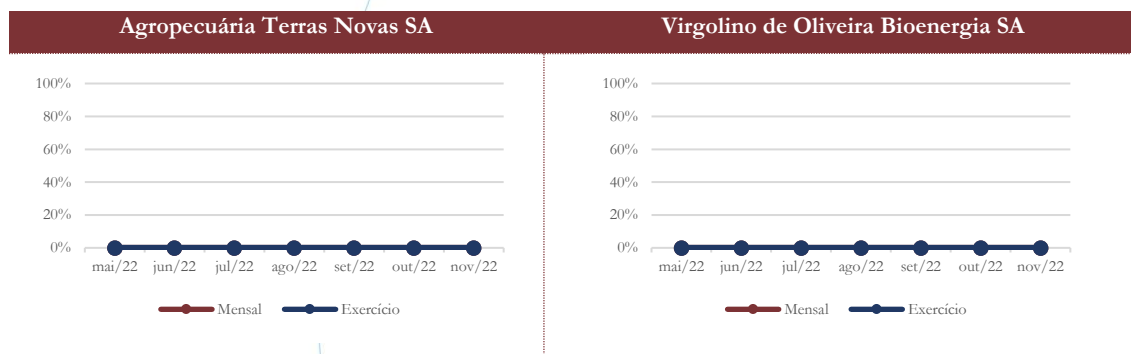




A relação acumulada entre o custo de vendas e a receita líquida da VOSA no exercício 2022/2023 é de 22,44%, enquanto na ANSC é registrado 7,18%.

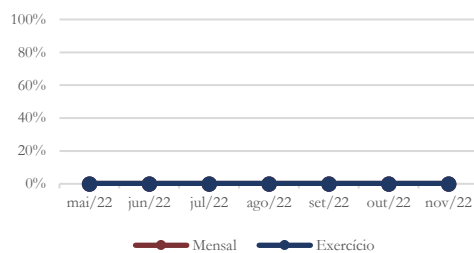
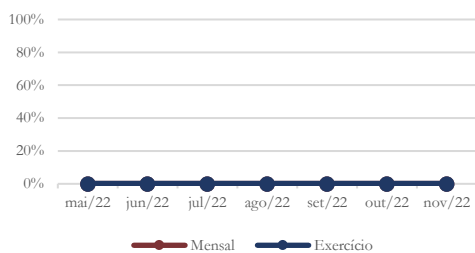


No mês de novembro/2022, a análise deste indicador se mostra prejudicada para ambas as empresas devido à ausência do custo de vendas.



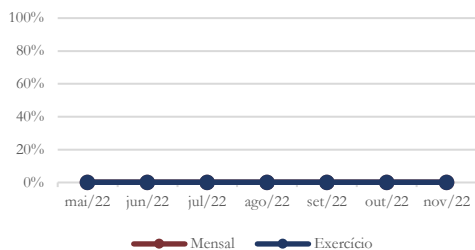
No mês de novembro/2022, a análise deste indicador se mostra prejudicada para ambas as empresas devido à ausência do custo de vendas.



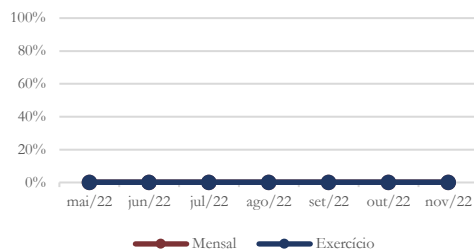


Tanto a Usina Catanduva, quanto a RO Serviços Agrícolas não possuem dados suficientes para tal análise.

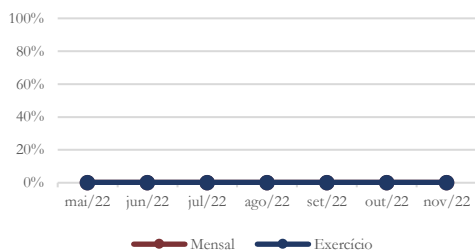
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho

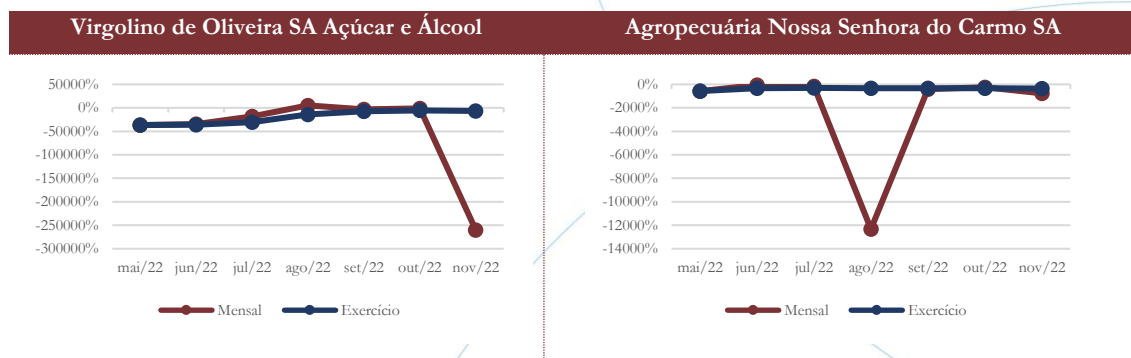


Por não haver contabilização do custo de vendas, a análise dos produtores rurais foi prejudicada.

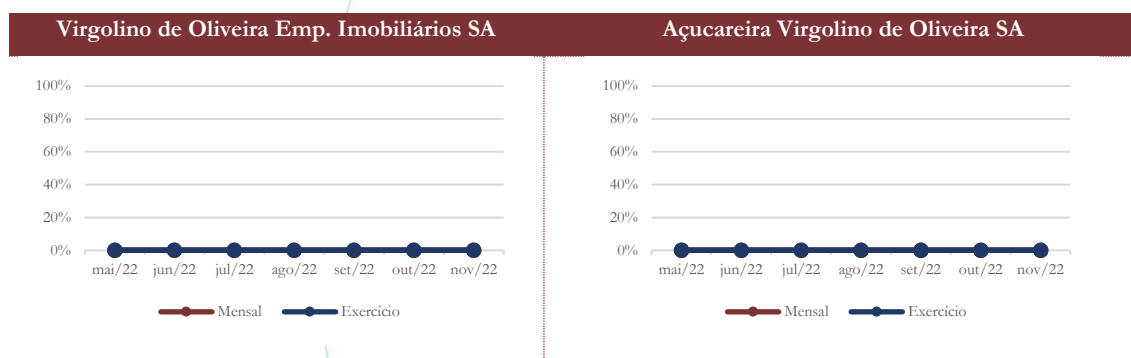
4.4.5. Margem EBTIDA



O EBITDA (*Earnings before interests, taxes, depreciation and amortizations*) – resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações – que mede o resultado da operação. Neste sentido, este nos mostra quanto dinheiro é gerado pelos ativos operacionais.



No exercício 2022/2023, a VOSA acumula perdas operacionais de 6310,26%, enquanto a ANSC registra prejuízo de 352,10%.

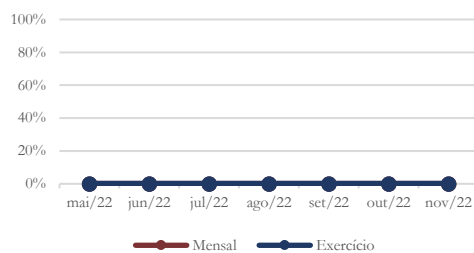
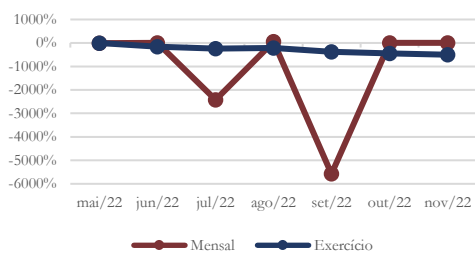


A ausência da receita líquida prejudica a análise deste indicador para ambas as recuperandas.



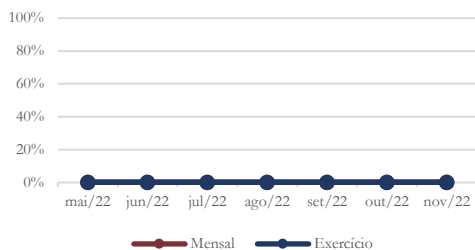


ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

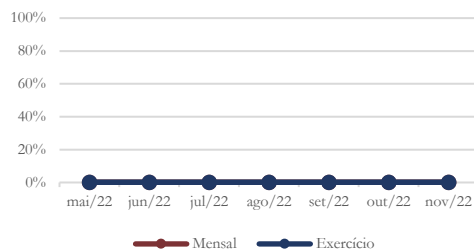


No mês de novembro/2022, Agropecuária Terras novas registrou índice de 500,83% negativo, enquanto a VO Bioenergia apresentou índice de 0% no mesmo período.

Usina Catanduva SA Açúcar e Álcool

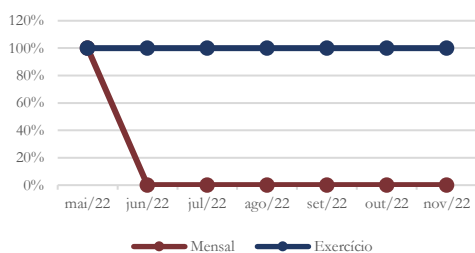


RO Serviços Agrícolas SA

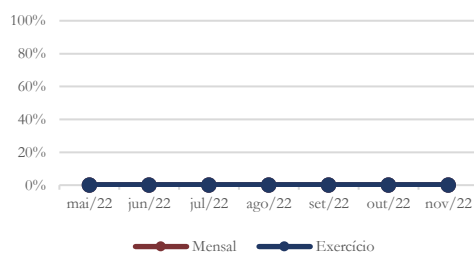


No mês de novembro/2022, a ausência da receita líquida prejudica a análise deste indicador para ambas as recuperandas.

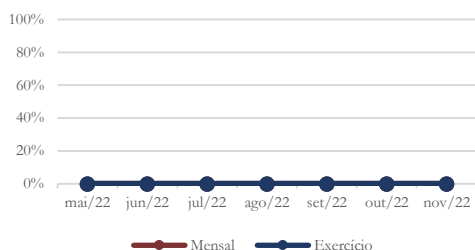
Carmem Ruete de Oliveira



Carmem Aparecida Ruete de Oliveira



Virgolino de Oliveira Filho

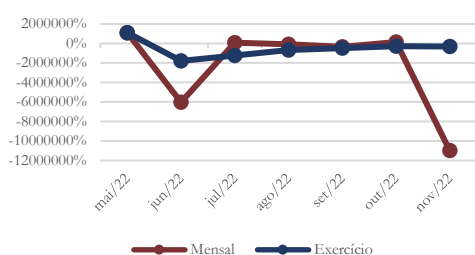


No mês de novembro/2022, a sra. Carmen Ruete de Oliveira registrou 100% de retorno na margem EBTIDA, enquanto os demais tem o indicador prejudicado.

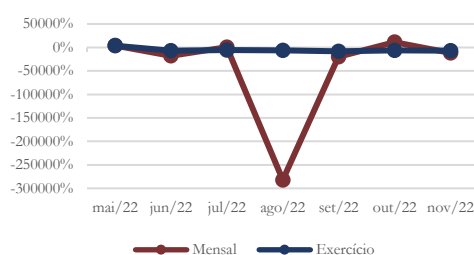
4.4.6. Margem NOPAT

O resultado líquido desconsidera todos os fatores que influenciam o resultado de uma operação, ou seja, depreciação, amortizações, juros pagos e recebidos, receitas e despesas não operacionais, impostos sobre lucro, entre outros – isto é, apresenta o lucro que o ativo realmente oferece à empresa.

Virgolino de Oliveira SA Açúcar e Alcool



Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA



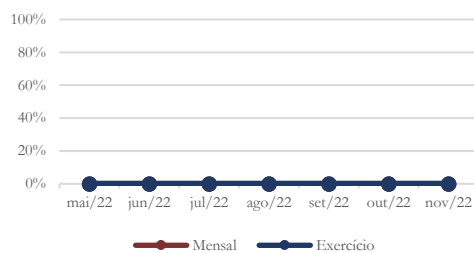
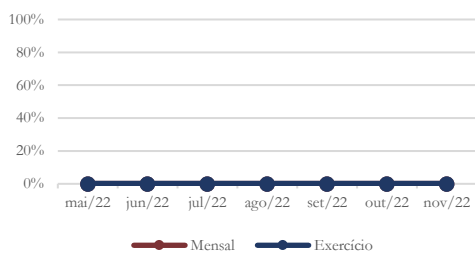
No mês de novembro/2022 o índice acumulado da VOSA representou 300.818%, enquanto na ANSC esse foi de 6.680%.

Virgolino de Oliveira Emp. Imobiliários SA

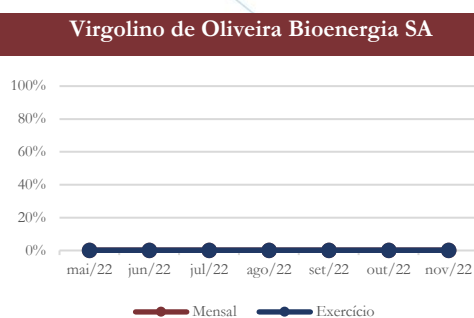
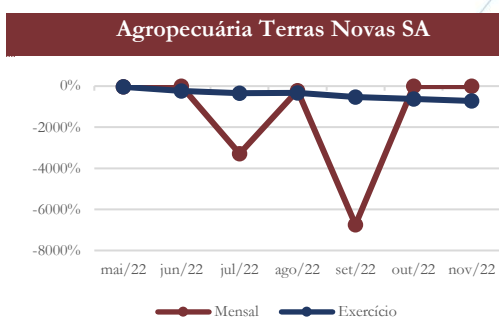
Açucareira Virgolino de Oliveira SA



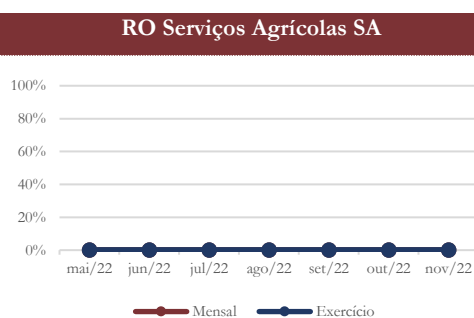
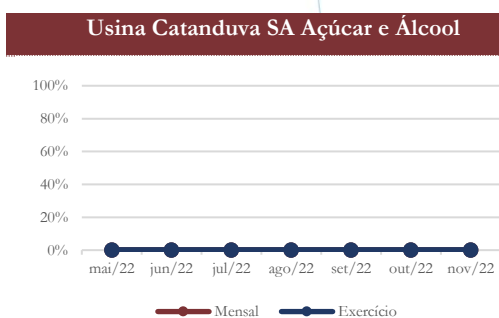
ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL



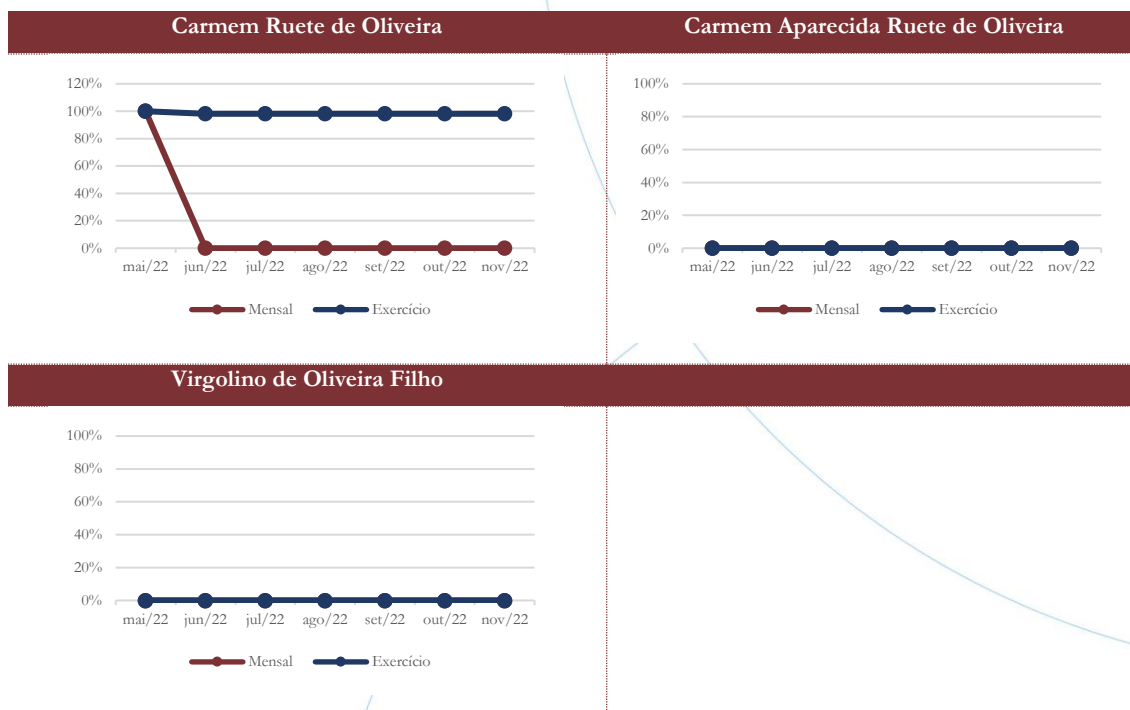
No mês de novembro/2022, a ausência da receita líquida prejudica a análise deste indicador para ambas as recuperandas.



O índice acumulado da Agropecuária Terras Novas encontra-se negativo em 723,11%, enquanto da VO Bioenergia esse foi de 0%.



A ausência da receita líquida prejudica a análise deste indicador para ambas as recuperandas.



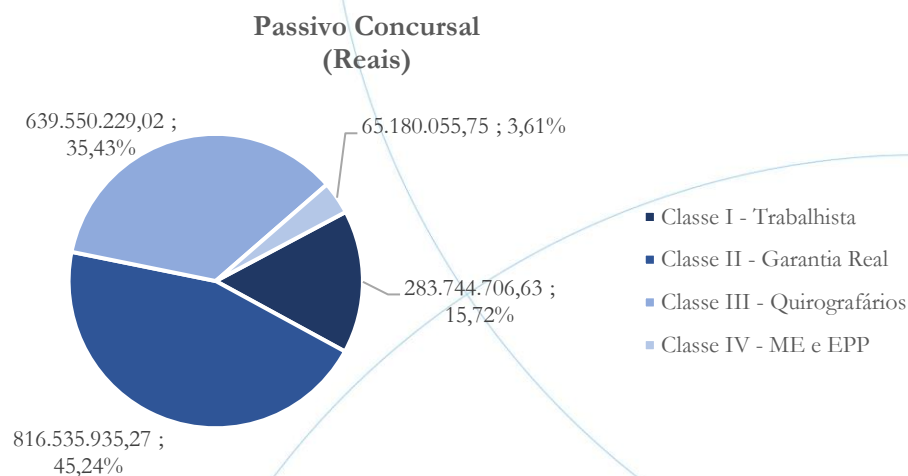
No mês de novembro/2022, a sra. Carmen Ruete de Oliveira registrou 98,11% de retorno na margem EBTIDA, enquanto os demais tem o indicador prejudicado.

5. Passivo concursal

A recuperanda possui o seguinte passivo concursal¹⁴:

¹⁴ Atualizado em novembro/2021.

Gráfico 1

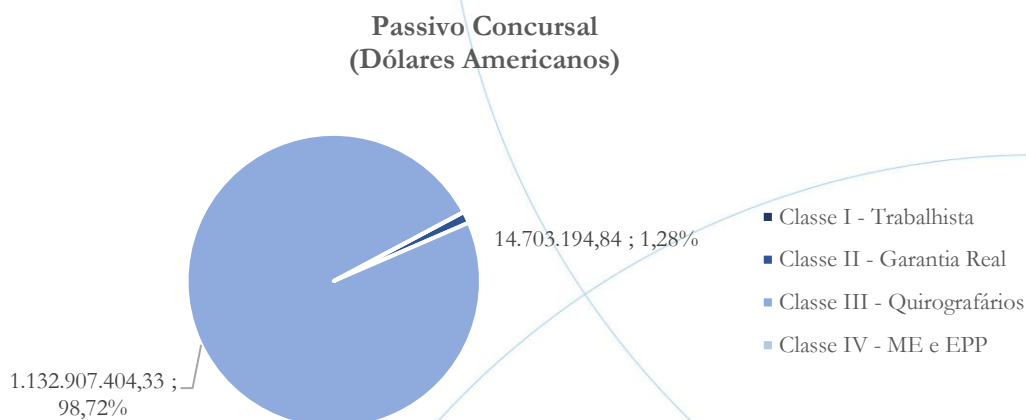


O passivo concursal (em R\$), conforme a lista do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, totaliza R\$ 1,8 bilhão, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em R\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	283.744.706,63	15,72%
Classe II - Garantia Real	816.535.935,27	45,24%
Classe III - Quirografários	639.550.229,02	35,43%
Classe IV - ME e EPP	65.180.055,75	3,61%
Total	1.805.010.926,67	100,00%

A Classe I, trabalhista, representa 15,72% do crédito sujeito a recuperação judicial, enquanto a Classe II, credores que possuem garantia real, 45,24%. A Classe III, quirografários, representa 35,43% e a Classe IV, 3,61% do valor total do crédito.

Gráfico 2



O GVO possui passivo concursal em dólares americanos no valor de US\$ 1,16 bilhão, conforme tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em US\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	0,00	0,00%
Classe II - Garantia Real	14.703.194,84	1,28%
Classe III - Quirografários	1.132.907.404,33	98,72%
Classe IV - ME e EPP	0,00	0,00%
Total:	1.147.610.599,17	100,00%

Em 31/01/2022, o passivo concursal convertido pela Ptax do Banco Central (R\$ 5,3574/USD) totalizava R\$6.148.209.023,99 perfazendo um passivo concursal no valor de R\$7,953 bilhões.

Possui ainda passivo extraconcursal no valor de R\$ 1,16 bilhão.

6. Análise e considerações finais



No exercício-safra 2022/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira contabilizou faturamento no valor de R\$ 16 milhões até o mês de novembro/2022 proveniente da venda de cana-de-açúcar, soja e materiais de almoxarifado, não tendo efetuado moagem no corrente exercício. Observando a composição do faturamento realizado no período verifica-se que a venda da cana-de-açúcar representou 67%, seguido de outros produtos – soja, amendoim e bagaço – representando 26%, enquanto a revenda de materiais de almoxarifado representou 7% da renda auferida.

Conforme o Plano de Recuperação Judicial homologado em 08/12/2022, este destinou a quase totalidade das terras ao arrendamento, passando o Grupo a não mais apresentar ativo biológico, bem como registrando diminuição do seu faturamento.

Neste momento, importante se faz o acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial.

7. Acompanhamento processual

Recuperação Judicial

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.





Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

8. Anexos

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 25 de outubro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial
Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2022	Passivo	Nota	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		5	Fornecedores	10	50.873
Contas a receber	3	8.254	Empréstimos e financiamentos	11	50.621
Estoques	4	1.256	Salários a pagar e encargos sociais	12	13.939
Impostos a recuperar	5	24.801	Contas a pagar - Cooperativa	13	22.922
Adiantamentos a fornecedores	6	51.617	Impostos e contribuições a recolher	14	325.645
Outros créditos		<u>4</u>	Outras contas a pagar	15	<u>91.661</u>
Total do ativo circulante		<u>85.937</u>	Total do passivo circulante		<u>555.661</u>
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		6.555	Empréstimos e financiamentos	11	1.397
Partes relacionadas	7	<u>598.909</u>	Contas a pagar - Cooperativa	13	2.792
Total do realizável a longo prazo		<u>605.464</u>	Provisão para contingências	16	36.969
Investimentos	8	787.351	Passivo fiscal diferido		13.291
Imobilizado	9		Partes relacionadas	7	3.730.799
. Custo		508.447	Provisão para perdas em investimentos	8	<u>422.498</u>
. Depreciação		<u>(314.875)</u>	Total do passivo não circulante		<u>4.207.745</u>
		<u>980.922</u>	Patrimônio líquido	17	
Total do ativo não circulante		<u>1.586.386</u>	Capital social		455.000
			Ajuste de avaliação patrimonial		46.744
Total do ativo		<u><u>1.672.323</u></u>	Prejuízos acumulados		<u>(3.592.827)</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>(3.091.083)</u>
			Total do passivo		<u>4.763.406</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.672.323</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Nota	30/09/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		-	0
Impostos sobre vendas		-	(0)
Receita líquida de vendas		-	0
Custo dos produtos vendidos		-	(0)
Lucro (prejuízo) bruto		-	(0)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(243)	(1.383)
Outros resultados operacionais, líquidos		(3.037)	(9.223)
Total das despesas operacionais		(3.280)	(10.607)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(3.280)	(10.607)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(10.143)	(26.008)
Depreciações e amortizações		(1.599)	(8.087)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(15.022)	(44.702)
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		0	1.855
Despesas financeiras		(20.261)	(96.390)
Variações cambiais, líquidas		(149.251)	(317.583)
Resultado financeiro líquido		(169.511)	(412.117)
IR/CS Diferidos		233	1.091
Lucro (Prejuízo) do período		(184.300)	(455.728)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(184.300)	(455.728)
Resultado abrangente total	(184.300)	(455.728)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	455.000	48.923	(3.139.278)	(2.635.355)
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		(2.179)	2.179	-
Prejuízo do exercício			(455.728)	(455.728)
Em 30 de setembro de 2022	<u>455.000</u>	<u>46.744</u>	<u>(3.592.827)</u>	<u>(3.091.083)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de caixa período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(184.300)	(455.728)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.599	8.087
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.143	26.008
Impostos diferidos	(233)	(1.091)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	890	2.855
	(171.901)	(419.869)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	1
Estoques	(9)	6
Adiantamentos a fornecedores	(1)	14
Outros créditos	(12)	(2.881)
Fornecedores	(39)	136
Salários e encargos sociais	(62)	(545)
Impostos e contribuições a recolher	2.403	10.001
Outras contas a pagar	3.012	9.323
Partes relacionadas	166.610	403.814
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	5	5
No início do período	5	5
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, e, tem como objetivo principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes. A companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo. Nesse exercício essa companhia não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da

unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são

utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,54%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,47%
Máquinas e implementos agrícolas	13,98%
Veículos e equipamentos de transportes	13,69%
Outras imobilizações	12,26%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das

ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida, conforme Nota explicativa 22.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

	<u>30/09/2022</u>
Clientes no mercado interno	10.982
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.728)</u>
	<u>8.254</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada em despesas comerciais no resultado do exercício de sua constituição.

Os títulos integrantes da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando não se tem mais expectativa de sua recuperação ou recebimento, são baixados da provisão e registrados definitivamente como perdas no resultado do exercício.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

5 Impostos a recuperar

	<u>30/09/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.352
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.621
Outros	<u>828</u>
	<u>24.801</u>

6 Adiantamentos a fornecedores

	<u>30/09/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	47.068
Fornecedores de materiais	<u>4.549</u>
	<u>51.617</u>

Os adiantamentos a fornecedores representam valores adiantados a fornecedores de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, e a fornecedores de materiais e serviços.

Os saldos estão apresentados líquidos de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos.

7 Partes relacionadas

Referem-se às operações com companhias relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes, e os saldos são assim apresentados:

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/09/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	458.118	1.096
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	52.275	52.293
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	55.302	48.686
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobiliarios S.A. - Em recuperação judicial	-	28.468
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	33.213	22.325
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	1	-
Virgolino de Oliveira Finance S.A.	-	3.554.121
Pessoas físicas	-	23.810
	598.909	3.730.799

8 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/09/2022
Virgolino de Oliveira Bioenergia S/A - Em recuperação judicial	23.435
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3.754
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial - Agio	760.162
	787.351

A Provisão para perdas é apresentada no Passivo não circulante, e representa o valor da participação acionária detida nas investidas Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial (controlada) e Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. Em recuperação judicial, que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), conforme abaixo:

	30/09/2022
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	420.759
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S/A - Em recuperação judicial	1.739
	422.498

A seguir, apresentamos um sumário das informações financeiras nas companhias investidas

Informações relevantes sobre as controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período	Resultado de equivalência patrimonial	Participação no capital social - %
Virgolino de Oliveira Empreend. Imob. S.A.	114.401	(7.789)	(188)	(42)	22,33%
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	(520.697)	(18.913)	(24.827)	78,91%
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda	26.380	41.816	(2.034)	(1.139)	56,04%
				(26.008)	

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

9 Imobilizado

Descrição	30/09/2022			31/08/2022
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	61.725	(20.670)	41.055	41.200
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	395.900	(255.426)	140.474	141.923
Móveis e utensílios	2.764	(2.581)	183	188
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Veículos e equipamentos de transportes	36.159	(36.159)	-	-
Outras imobilizações	40	(40)	-	-
	508.446	(314.876)	193.570	195.169

A movimentação mensal das contas é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2022				30/09/2022
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	41.200	-	(145)	-	41.055
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	141.923	-	(1.449)	-	140.474
Móveis e utensílios	188	-	(5)	-	183
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Veículos e equipamentos de transportes	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
	195.169	-	(1.599)	-	193.570

10 Fornecedores

	30/09/2022
Fornecedores de matéria prima cana-de-açúcar	28.299
Fornecedores de materiais e serviços	22.574
	50.873

11 Empréstimos e financiamentos

	<u>30/09/2022</u>
Modalidades e encargos:	
CCB - Tx CDI + juros medios 1,73% a.a.	13.417
BNDES-FINAME - tx TJLP + 3,11% a.a.	<u>38.601</u>
	<u>52.018</u>
 No passivo circulante	 50.621
No passivo não circulante	<u>1.397</u>
	<u>52.018</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por aval dos acionistas e propriedades rurais.

12 Salários a pagar e encargos sociais

O saldo é assim apresentado:

	<u>30/09/2022</u>
Salários e encargos a pagar	13.592
Provisão de férias e encargos	222
Provisão para 13 salário e encargos	<u>125</u>
	<u>13.939</u>

13 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>30/09/2022</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	22.006
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	916
Parcelamentos tributários	1.440
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	3.275
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(1.924)</u>
Total	<u>25.713</u>

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	<u>30/09/2022</u>
No passivo circulante	22.922
No passivo não circulante	<u>2.792</u>
	<u>25.713</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic prevista em 13,15% a.a.

14 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/09/2022</u>
Tributos Estaduais	166.182
Tributos Federais	137.005
Tributos Municipais	663
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	20.640
Taxas a Associação de fornecedores de cana	457
Tributos Sindicais	<u>698</u>
	<u>325.645</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento de seu passivo tributário.

15 Outras contas a pagar

O saldo é assim apresentado:

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	<u>30/09/2022</u>
Adiantamentos de clientes	24.463
Encargos financeiros complementares	36.278
Produto faturado a entregar	8.277
Demais contas a pagar	<u>22.643</u>
	<u>91.661</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 36.969, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outras (despesas) e receitas operacionais líquidas no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 16.767.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 455.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

18 Despesas operacionais por natureza

	<u>30/09/2022</u>
Despesas com pessoal	1.093
Serviços de terceiros	69
Insumos e materiais	143
Diversos	<u>78</u>
Total de despesas gerais e administrativas	<u>1.383</u>

19 Resultado financeiro

	<u>30/09/2022</u>
Receita Financeiras	
Ajustes a valor presente de dividas de longo prazo	1.854
Outras operações	<u>1</u>
	1.855
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(82.405)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(9.408)
Outras despesas financeiras	<u>(4.576)</u>
	(96.389)
Variações cambiais liquidadas	<u>(317.583)</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(412.117)</u>


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
– Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

**Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em
Recuperação Judicial**
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de outubro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2022	PASSIVO	Nota	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		0	Fornecedores	11	84.099
Contas a receber		4.392	Passivo de arrendamentos		82
Estoque		2.781	Empréstimos e financiamentos	12	3.588
Ativo biológico	8	328	Salários a pagar e encargos sociais	13	53.095
Impostos a recuperar	5	25.176	Impostos e contribuições a recolher	14	231.430
Adiantamentos a fornecedores	6	1.403	Outras contas a pagar	15	14.717
Outros créditos		3.294			
			Total do passivo circulante		387.010
Total do ativo circulante		37.373			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		8.211	Empréstimos e financiamentos	12	279
Partes relacionadas	7	47.327	Fornecedores	11	-
Impostos a recuperar		-	Passivo de arrendamentos		120
Outros créditos		-	Provisão para contingências		109.437
			Partes relacionadas	7	624.997
Total do realizável a longo prazo		55.538	Impostos e contribuições a recolher	14	457
			Provisão para perdas em investimentos	9	4.673.207
Imobilizado	10		Total do passivo não circulante		5.408.496
. Custo		146.943			
. Depreciação acumulada		(136.900)	Patrimônio líquido	17	
Direito de uso		202	Capital social		30.527
		10.245	Reserva de capital		5.020
Total do ativo não circulante		65.783	Ajuste de avaliação patrimonial		142.402
			Prejuízos acumulados		(5.870.299)
Total do ativo		103.156	Total do patrimônio líquido		(5.692.350)
			Total do passivo e patrimônio líquido		103.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	30/09/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de vendas	18	1.301	8.062
Impostos sobre vendas		(27)	(164)
Receita líquida de vendas		1.274	7.898
Custo dos produtos vendidos		-	(39)
Prejuízo bruto		1.274	7.859
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(757)	(4.545)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas		(5.582)	(28.993)
Total das despesas operacionais		(6.339)	(33.538)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(5.065)	(25.679)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(244.728)	(609.583)
Depreciações e amortizações		(225)	(2.453)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(250.018)	(637.714)
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		0	7
Despesas financeiras		(1.678)	(7.867)
Resultado financeiro líquido		(1.678)	(7.860)
Lucro (Prejuízo) do período		(251.695)	(645.574)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(251.695)	(645.574)
Resultado abrangente total	(251.695)	(645.574)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Exercícios societários de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	30.527	5.020	142.402	(5.224.724)	(5.046.775)
Prejuízo do período	-	-	-	(645.574)	(645.574)
Em 30 de setembro de 2022	<u>30.527</u>	<u>5.020</u>	<u>142.402</u>	<u>(5.870.299)</u>	<u>(5.692.350)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(251.695)	(645.574)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	225	2.453
Resultado de equivalência patrimonial	244.728	609.583
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	7	34
	(6.736)	(33.248)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.491)	(2.544)
Estoques	0	145
Adiantamentos a fornecedores	(4)	(16)
Outros créditos	100	293
Fornecedores	11	(20)
Salários e encargos sociais	(169)	(1.108)
Impostos e contribuições a recolher	1.930	8.252
Outras contas a pagar	7.688	30.812
Partes relacionadas	(1.329)	(2.567)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1)	(0)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de tratos culturais de cana-de-açúcar	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1)	(0)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	0	0
No início do período	1	0
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1)	(0)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. A companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, com adoção de um modelo específico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.

O direito de uso dos ativos de arrendamentos é apresentado no ativo não circulante e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

2.7 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.8 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam estoques de insumos agrícolas e materiais de almoxarifado.

5 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são assim apresentados:

	<u>30/09/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	24.792
Outros	<u>384</u>
	<u>25.176</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

6 Adiantamentos a fornecedores

Os saldos estão apresentados líquidos de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos, e representam valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços.

7 Partes relacionadas

Referem-se a saldos mantidos com companhias e pessoas relacionadas, conforme abaixo:

	30/09/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	22.395	127.255
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	1.096	458.118
Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	926	8.058
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobiliários S.A. - Em recuperação judicial	5	1.589
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	22.905	16.349
Pessoas físicas	-	13.628
	47.327	624.997

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem o cultivo e o plantio de cana-de-açúcar para o abastecimento de matéria-prima no processo de produção de açúcar e etanol.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação da lavoura, dos tratamentos culturais e da variação do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo.

A Companhia revisou as estimativas e premissas adotadas como parâmetros de avaliação dos ativos biológicos, tais como a manutenção, colheita e o transporte, que tiveram aumento substancial na composição desses custos em virtude de alta expressiva nos preços de insumos (substancialmente importados, como adubos e fertilizantes), além de combustíveis. Na atual avaliação, o valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, apresentou valoração negativa, isto é, os custos operacionais superaram as receitas estimadas, e por essa razão, as avaliações positivas até então existentes, foram estornadas e os ativos biológicos nessa data estão sendo apresentados ao custo, pelos montantes apropriados como tratamentos culturais das lavouras.

A movimentação do período é assim demonstrada:

	30/09/2022
Saldo no início do período	794
Redução decorrente de colheita (tratamentos culturais)	(466)
Saldo no final do período	328

A Companhia está exposta a uma série de riscos às suas plantações, sendo os principais a seguir mencionados:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Companhia realiza análises regulares da tendência do mercado como forma de garantir os volumes necessários para o seu cliente, para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução e mitigação desses riscos, incluindo inspeções regulares da situação e análises de doenças e pragas das plantações.

Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período entre março a novembro de cana ano. Essa situação pode gerar variações nos níveis de estoques da Companhia, nos diversos meses do exercício e poderão ter ou causar efeitos adversos sobre os resultados operacionais, em determinado período e ainda na sua geração de caixa da Companhia.

9 Investimentos – Provisão para perdas em Investimentos

A Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 4.673.207 é apresentada no Passivo não circulante e representa a participação acionária detida pela Companhia na controlada direta Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, equivalente a 61,7762% do seu capital, que nesta data, apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 7.564.736. O resultado de equivalência patrimonial apurado nesse investimento representou despesa no resultado do período no montante de R\$ 609.583.

10 Imobilizado

O imobilizado tem a seguinte composição:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/09/2022		31/08/2022	
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(80.411)	5.503	5.589
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.594)	1.607	1.621
Máquinas e implementos agrícolas	23.414	(21.835)	1.579	1.665
Veículos e equipamentos de transportes	17.545	(17.332)	213	232
Outras imobilizações	9.868	(8.729)	1.139	1.142
	<u>146.942</u>	<u>(136.901)</u>	<u>10.041</u>	<u>10.249</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Lavouras de cana-de-açúcar	5.589	-	(86)	-	5.503
Edifícios e benfeitorias	1.621	-	(14)	-	1.607
Máquinas e implementos agrícolas	1.665	-	(86)	-	1.579
Veículos e equipamentos de transportes	232	-	(19)	-	213
Outras imobilizações	1.142	-	(3)	-	1.139
	<u>10.249</u>	<u>-</u>	<u>(208)</u>	<u>-</u>	<u>10.041</u>

11 Fornecedores

Os saldos a pagar a fornecedores possuem a seguinte composição:

	30/09/2022
Fornecedores de materiais e serviços	64.542
Contas a pagar de arrendamentos	<u>19.557</u>
	<u>84.099</u>

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tem a seguinte composição:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/09/2022
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINAME/MODERFROTA - Tx da TJLP + 3,11%a.a.	2.549
CCB - Tx CDI + juros medios 1,5% a.a.	1.317
Total	3.866
Passivo circulante	3.588
Passivo não circulante	279
	3.866

13 Salários a pagar e encargos sociais

	30/09/2022
Salários e honorários e encargos a pagar	51.296
Provisão de férias e encargos	1.276
Provisão para 13 salário e encargos	523
	53.095

14 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2022
Tributos Estaduais	11.090
Tributos Federais	162.704
Tributos Municipais	1.274
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	55.614
Tributos Sindicais	1.204
	231.886
Passivo circulante	231.430
Passivo não circulante	457
	231.886

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

15 Outras contas a pagar

	<u>30/09/2022</u>
Adiantamentos de clientes	9.419
Encargos financeiros complementares	4.771
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	407
Demais contas a pagar	<u>120</u>
	<u>14.717</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 109.437, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda, considerada pelos consultores jurídicos, é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e foram estimadas em R\$ 24.288.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 5.358.361 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

18 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	30/09/2022
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	5.632
Outras vendas	2.430
Receita Bruta das vendas	8.062
(-) Impostos sobre vendas	(164)
Receita líquida das vendas	7.898

19 Despesas e custos operacionais por natureza

	30/09/2022
Despesas com pessoal	4.341
Serviços de terceiros	31
Diversos	212
	4.584

A reconciliação de despesas e custos operacionais é assim apresentada:

Custos dos produtos vendidos	39
Despesas gerais e administrativas	4.545
	4.584

20 Resultado financeiro

O resultado financeiro é assim apresentado:

	30/09/2022
Receitas financeiras	
Outras operações	7
	7
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(7.833)
Outras despesas financeiras	(28)
	(7.867)
Resultado financeiro líquido	(7.860)


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e suas Notas explicativas da Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 25 de outubro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2022	PASSIVO	Nota	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		-	Fornecedores	9	109.145
Contas a receber		1.995	Passivo de arrendamentos		80
Estoques	3	2.223	Empréstimos e financiamentos	10	22.273
Ativo biológico	7	121	Salários a pagar e encargos sociais	11	33.551
Impostos a recuperar	4	28.675	Impostos e contribuições a recolher	12	241.217
Adiantamentos a fornecedores	5	2.259	Outras contas a pagar	13	26.249
Outros créditos		1			
Total do ativo circulante		35.273	Total do passivo circulante		432.514
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		2.851	Empréstimos e financiamentos	10	1.313
Partes relacionadas	6	99.063	Provisão para contingências	14	91.062
Total do realizável a longo prazo		101.914	Partes relacionadas	6	148.900
			Total do passivo não circulante		241.275
Imobilizado	8		Patrimônio líquido	15	
. Custo		144.532	Capital social		813.334
. Depreciação acumulada		(141.257)	Reserva de capital		1.470
Direito de uso		80	Ajuste de avaliação patrimonial		14
		3.355	Prejuízos acumulados		(1.348.065)
Total do ativo não circulante		105.268	Total do patrimônio líquido		(533.247)
			Total do passivo		673.789
Total do ativo		140.542	Total do passivo e patrimônio líquido		140.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	30/09/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		190	6.019
Impostos indícendos sobre vendas		(4)	(123)
Receita líquida de vendas	16	186	5.895
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7	-	-
Custo dos produtos vendidos	17	-	(0)
Lucro (prejuízo) bruto		186	5.895
Despesas receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(218)	(970)
Outras despesas operacionais, líquidas		(10.341)	(27.237)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(10.373)	(22.311)
Depreciações e amortizações		(374)	(1.067)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(10.747)	(23.378)
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		0	4
Despesas financeiras		(1.803)	(8.088)
Resultado financeiro líquido		(1.803)	(8.084)
Prejuízo do período/exercício		(12.550)	(31.463)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(12.550)	(31.463)
Resultado abrangente	(12.550)	(31.463)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Resultado do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	813.334	1.470	14	(1.316.602)	(501.784)
Prejuízo do exercício				(31.463)	(31.463)
Em 30 de setembro de 2022	<u>813.334</u>	<u>1.470</u>	<u>14</u>	<u>(1.348.065)</u>	<u>(533.247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração Fluxo de Caixa período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(12.550)	(31.463)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	374	1.067
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	71	389
	(12.105)	(30.006)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	298	(1.955)
Estoques	0	43
Adiantamentos a fornecedores	0	(84)
Outros créditos	50	176
Fornecedores	15	(72)
Salários e encargos sociais	(56)	(186)
Impostos e contribuições a recolher	1.820	7.888
Outras contas a pagar	10.304	27.199
Partes relacionadas	(326)	(3.007)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	(3)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de tratos culturais da cana-de-açúcar	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	(3)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	-	-
No início do período	(0)	2
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	(3)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, (pertencente ao mesmo Grupo), que exerce a atividade industrial. A companhia possui uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método

linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Máquinas e implementos agrícolas	12,22%
Veículos e equipamentos de transportes	12,93%
Outras imobilizações	11,84%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de

manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,28% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, com adoção de um modelo específico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.

O direito de uso dos ativos de arrendamentos é apresentado no ativo não circulante e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

2.7 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.8 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização. O saldo apresentado refere-se a itens de almoxarifado.

4 Impostos a recuperar

O saldo é assim apresentado:

	<u>30/09/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	28.501
Outros	<u>174</u>
	<u>28.675</u>

5 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços representam valores adiantados, para a entrega de materiais e serviços.

O saldo é apresentado líquido de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos, conforme a seguir:

	<u>30/09/2022</u>
Fornecedores de materiais	<u>2.259</u>
	<u>2.259</u>

6 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com coligadas e pessoas físicas relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes. Estão apresentados nos ativos e passivos não circulante, conforme a seguir:

	<u>30/09/2022</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	8.058	926
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	15.302	22.928
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	48.685	55.303
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	-	38.029
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	27.018	4.715
Pessoas físicas	<u>-</u>	<u>26.999</u>
	<u>99.063</u>	<u>148.900</u>

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem o cultivo e o plantio de cana-de-açúcar para o abastecimento de matéria-prima no processo de produção de açúcar e etanol.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação da lavoura, dos tratos culturais e da variação do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo.

A Companhia revisou as estimativas e premissas adotadas como parâmetros de avaliação dos ativos biológicos, tais como a manutenção, colheita e o transporte, que tiveram aumento substancial na composição desses custos em virtude de alta expressiva nos preços de insumos (substancialmente importados, como adubos e fertilizantes), além de combustíveis. Na atual avaliação, o valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, apresentou valoração negativa, isto é, os custos operacionais superaram as receitas estimadas, e por essa razão os ativos biológicos nessa data estão sendo apresentados ao custo, pelos montantes apropriados como tratos culturais das lavouras.

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

A movimentação do período é assim demonstrada:

	<u>30/09/2022</u>
Saldo inicial	200
Redução decorrente de colheita da lavoura (baixa de tratos culturais)	<u>(79)</u>
Saldo final	<u>121</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos às suas plantações, como a seguir destacado:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução e mitigação desses riscos, incluindo inspeções regulares da situação e análises de doenças e pragas industriadas lavouras.

Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de abril a novembro de cana ano. Essa situação pode gerar variações nos níveis de estoques da Companhia, ocasionalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas nos períodos de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e na geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais da Companhia e ainda na sua geração de caixa.

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é assim apresentada:

	30/09/2022			31/08/2022
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(66.399)	1.600	1.814
Edifícios e benfeitorias	13.257	(13.257)	-	-
Máquinas e implementos agrícolas	33.396	(32.552)	844	922
Obras em andamento	95	-	95	95
Veículos e equipamentos de transportes	20.647	(20.401)	246	264
Outras imobilizações	9.138	(8.648)	490	494
	<u>144.532</u>	<u>(141.257)</u>	<u>3.275</u>	<u>3.589</u>

A movimentação mensal é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	30/09/2022
Lavouras de cana-de-açúcar	1.814	-	(214)	-	1.600
Máquinas e implementos agrícolas	922	-	(78)	-	844
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Veículos e equipamentos de transportes	264	-	(18)	-	246
Outras imobilizações	494	-	(4)	-	490
	<u>3.589</u>	<u>-</u>	<u>(314)</u>	<u>-</u>	<u>3.275</u>

9 Fornecedores

O saldo tem a seguinte composição:

	30/09/2022
Fornecedores de materiais e serviços	97.966
Contas a pagar de arrendamentos	<u>11.179</u>
	<u>109.145</u>

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

10 Empréstimos e financiamentos

	<u>30/09/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINEM e FINAME - Tx da TJLP + 3,11% a 3,49%a.a.	12.924
CCB - Tx CDI + juros medios 1,73% a.a.	<u>10.661</u>
Total	<u>23.585</u>
Passivo circulante	22.273
Passivo não circulante	<u>1.313</u>
Total	<u>23.585</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por avais dos acionistas e propriedades rurais.

11 Salários a pagar e encargos sociais

	<u>30/09/2022</u>
Salários e encargos a pagar	32.927
Provisão de férias e encargos	433
Provisão para 13 salário e encargos	<u>191</u>
	<u>33.551</u>

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/09/2022</u>
Tributos Estaduais	36.897
Tributos Federais	150.819
Tributos Municipais	1.884
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	49.911
Tributos Sindicais	<u>1.706</u>
	<u>241.217</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

13 Outras contas a pagar

	<u>30/09/2022</u>
Adiantamentos de clientes	3.630
Encargos financeiros complementares	21.856
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	523
Demais contas a pagar	<u>240</u>
	<u>26.249</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 91.062, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outros resultados operacionais líquidos.

Adicionalmente, existem outras demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 35.284.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 813.334.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e tem a seguinte apresentação:

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	<u>30/09/2022</u>
Receita bruta das vendas	6.018
(-) Impostos sobre vendas	<u>(123)</u>
Receita líquida das vendas	<u>5.895</u>

17 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>30/09/2022</u>
Despesas com pessoal	872
Serviços de terceiros	10
Insumos e materiais	47
Diversos	<u>41</u>
Total de despesas gerais e administrativas	<u>970</u>

18 Resultado financeiro

	<u>30/09/2022</u>
Receitas Financeiras	
Outras receitas financeiras	<u>4</u>
	4
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(195)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(7.699)
Outras despesas financeiras	<u>(194)</u>
Despesas financeiras	<u>(8.088)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.084)</u>


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira
Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em
Recuperação Judicial
Relatório das demonstrações financeiras**

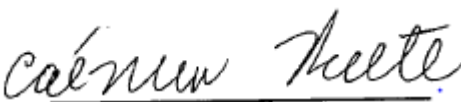
Aos Quotistas da

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, Demonstração dos resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido e dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial, relativo ao período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Itapira (SP), 25 de outubro de 2022.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	30/09/2022	PASSIVO	30/09/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Contas a Pagar	0
Contas a receber	0	Impostos e Contribuições a recolher	3
Total do Ativo circulante	10	Total do passivo circulante	3
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	45	Capital Social	10
Total do ativo não circulante	45	Lucros acumulados	42
		Total do patrimônio líquido	52
Total do ativo	55	Total do passivo	55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado do período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita Operacional líquida	-	-
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas Operacionais	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido	(0)	(0)
Imposto de renda e contribuição social	(0)	(0)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(0)</u>	<u>0</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(0)</u></u>	<u><u>0</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	42	52
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-
Em 30 de setembro de 2022	<u>10</u>	<u>42</u>	<u>52</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	(0)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	(0)
Partes relacionadas	-	0
Impostos e contribuições a recolher	0	(0)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

3 Partes relacionadas

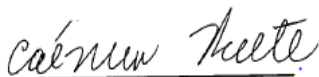
O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

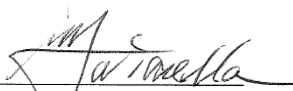
	30/09/2022
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	17
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	28
	<u>45</u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todas pertencentes à Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


 MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial

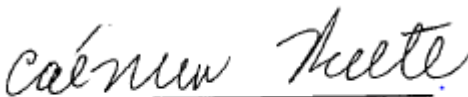
Relatório das demonstrações financeiras

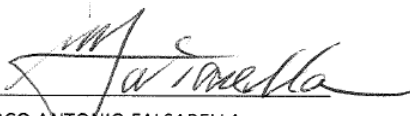
Aos Quotistas da
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, Demonstração de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial, relativo ao período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Itapira (SP), 25 de outubro de 2022.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	30/09/2022	PASSIVO	30/09/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Contas a Pagar	0
Contas a receber	-	Impostos e Contribuições a recolher	5
Total do Ativo circulante	10	Total do passivo circulante	6
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	98	Capital Social	10
Total do ativo não circulante	98	Lucros acumulados	92
		Total do patrimônio líquido	102
Total do ativo	108	Total do passivo	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	55
Impostos sobre vendas	-	(1)
Receita líquida de vendas	-	53
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(1)
Resultado financeiro líquido	(0)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51
Resultado abrangente total	(0)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	41	51
Lucro líquido (prejuízo) do período		51	51
Em 30 de setembro de 2022	10	92	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do fluxo de caixa do período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	43
Contas a pagar	-	0
Partes relacionadas	-	(98)
Impostos e contribuições a recolher	0	3
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

3 Partes relacionadas

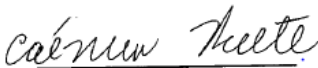
O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	30/09/2022
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	77
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	21
	<u>98</u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todo pertencente ao espólio da Sra. Carmen Ruete de Oliveira.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório das demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 25 de outubro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2022	PASSIVO	Nota	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		12	Fornecedores		13
Estoques		1	Impostos e contribuições a recolher	4	2.284
Impostos a recuperar		20	Outras contas a pagar		30
Adiantamentos a fornecedores		140			
Outros créditos		158	Total do passivo circulante		2.327
Total do ativo circulante		330			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos Judiciais		225	Provisão para contingências		767
Partes relacionadas	3	110.205	Partes relacionadas	3	116.239
			Outras contas a pagar		358
Total do realizável a longo prazo		110.430	Total do passivo não circulante		117.364
Total do ativo não circulante		110.430	Patrimônio líquido	5	
			Capital social		50
			Prejuízos acumulados		(8.981)
			Total do patrimônio líquido		(8.931)
			Total do passivo		119.691
Total do ativo		110.760	Total do passivo e patrimônio líquido		110.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas	30/09/2022	
		Mensal	Acumulado
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		-	(0)
Outros resultados operacionais		(2)	(4)
Total das despesas operacionais		(2)	(4)
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras		0	1
Despesas Financeiras		(19)	(80)
Resultado financeiro líquido	6	(19)	(79)
Lucro (prejuízo) do período		(21)	(84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

*(Em milhares de Reais)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (prejuízo) do período	(21)	(84)
Resultado abrangente total	(21)	(84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	50	(8.897)	(8.847)
Resultado do exercício		<u>(84)</u>	<u>(84)</u>
Em 30 de setembro de 2022	<u>50</u>	<u>(8.981)</u>	<u>(8.931)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

*(Em milhares de Reais)***DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(21)	(84)
Varição nos ativos e passivos		
Outros créditos	0	(1)
Depositos Judiciais	(0)	(44)
Impostos e contribuições a recolher	17	(313)
Outras contas a pagar	3	390
Partes relacionadas	10	58
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9	6
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	12	12
No início do período	3	6
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	9	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas. A companhia está com suas atividades operacionais paralisadas.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Provisões para contingências

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

3 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/09/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	16.351	22.905
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	66.804	33.103
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	22.325	33.213
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	4.716	27.018
Virgolino de Oliveira Empr. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	9	-
	<u>110.205</u>	<u>116.239</u>

4 Impostos e contribuições a recolher

Os saldos de Impostos e contribuições a recolher referem-se substancialmente a tributos federais, para os quais a administração está em tratativas para o seu parcelamento.

5 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 50, está dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

6 Despesas financeiras

Referem-se substancialmente a encargos provisionados sobre impostos e contribuições a recolher.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Aos Acionistas da
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de outubro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	30/09/2022	PASSIVO	30/09/2022
Não circulante		Circulante	
Investimentos	0	Contribuição previdenciária a recolher	3
		Outras Contas a Pagar	(0)
	0	Total do passivo circulante	3
Total do ativo não circulante	0	Não circulante	
		Partes relacionadas	47
		Total do passivo não circulante	47
		Patrimônio líquido	
		Capital social	2.256
		Prejuízos acumulados	(2.305)
		Total do patrimônio líquido	(50)
		Total do passivo	50
Total do ativo	0	Total do passivo e patrimônio líquido	-

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/09/2022
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	-
Total das despesas operacionais	-
Lucro (prejuízo) do período	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultados abrangentes

Periodo societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

30/09/2022

Prejuízo do período/exercício

-

Resultado abrangente total

-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	2.256	(2.306)	(50)
Resultado do período	<u> </u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 30 de setembro de 2022	<u>2.256</u>	<u>(2.306)</u>	<u>(50)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa periodo societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	30/09/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do periodo	(0)
	(0)
Variação nos ativos e passivos	
Impostos e contribuições a recolher	0
Partes relacionadas	0
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	
No final do periodo	-
No inicio do periodo	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas já a longa data.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras correspondem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4 Investimentos

Os investimentos são remanescentes desde a época operacional da Companhia e apresentados ao valor de custo. Apesar de estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada um, sendo baixas as expectativas de adequada mensuração e na recuperação desses ativos, e por conseguinte, é mantida “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (estão sendo aqui apresentados em Reais) conforme segue:

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de reais

Conta	Descrição do investimento ao custo	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisão para Perdas
13130011	FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(2.324,07)
13131011	FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia - IPC-90	893,86	
13140002	Cooperativa dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
13140003	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus	94.240,86	(94.522,71)
13141003	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus - IPC 90	281,85	
13140004	Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA	230,00	(230,00)
13140006	Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(52,36)
13141006	Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba - IPC 90	26,24	
13140007	Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	86,80	(174,01)
13141007	Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas - IPC 90	87,21	
		<u>97.619,31</u>	<u>(97.619,31)</u>

5 Partes relacionadas

Os saldos com Partes relacionadas são apresentados ao custo no Passivo Não Circulante, conforme abaixo:

Partes relacionadas (passivo não circulante)

	<u>30/09/2022</u>
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	<u>1</u>
	<u>47</u>

6 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 2.256, está dividido em 19.842 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira
Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial **Relatório da administração**

Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e suas Notas explicativas da Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de outubro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2022	PASSIVO	Nota	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		3	Partes relacionadas		2
Total do ativo circulante		3	Total do passivo circulante		2
Não circulante			Patrimônio líquido	5	
Imobilizado	4		Capital social		26.380
. Custo		127.416	Ajuste de avaliação patrimonial		31.922
. Depreciação acumulada		(85.600)	Prejuízos acumulados		(16.486)
		41.816	Total do patrimônio líquido		41.816
Total do ativo não circulante		41.816			
Total do ativo		41.818	Total do passivo e patrimônio líquido		41.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	30/09/2022	
		Mensal	Acumulado
(Despesas) receitas operacionais	6		
Gerais e administrativas		-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-
Total das despesas operacionais		-	-
Depreciações e amortizações		(399)	(2.034)
Prejuízo do período/exercício		(399)	(2.034)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado abrangente do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	<u>Mensal</u>	<u>Acumulado</u>
Prejuízo do período/exercício	<u>(399)</u>	<u>(2.034)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(399)</u></u>	<u><u>(2.034)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de abril de 2022	<u>26.380</u>	<u>31.922</u>	<u>(14.452)</u>	<u>43.850</u>
Prejuízo do período	<u> </u>	<u> </u>	<u>(2.034)</u>	<u>(2.034)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u><u>26.380</u></u>	<u><u>31.922</u></u>	<u><u>(16.486)</u></u>	<u><u>41.816</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(399)	(2.034)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização e outras	399	2.034
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	-
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	3	3
No início do período	3	3
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo e uma filial em Jose Bonifácio, também no Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a atividade de geração e comércio de energia elétrica e vapor, a partir da queima de bagaço da cana de açúcar e/ou outras matérias combustíveis vegetais, podendo participar em outras sociedades.

A Companhia não entrou em operação, e aguarda autorização pelos órgãos e agências oficiais. O resultado apresentado é substancialmente relacionado à depreciação dos equipamentos da Companhia.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses, findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3a(iii) - Imobilizado (vida útil).**

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção acrescido do custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada conforme práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	2,77%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	7,25%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4 Imobilizado

	30/09/2022			31/08/2022
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	2.323	(1.063)	1.260	1.266
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	125.093	(84.537)	40.556	40.949
	<u>127.416</u>	<u>(85.600)</u>	<u>41.816</u>	<u>42.215</u>

A movimentação mensal é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Edifícios e benfeitorias	1.266	-	(6)	-	1.260
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	40.949	-	(393)	-	40.556
	<u>42.215</u>	<u>-</u>	<u>(399)</u>	<u>-</u>	<u>41.816</u>

5 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado está dividido em 26.380.323 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada.

6 Resultado do Exercício

Como mencionado na Nota 1, a Companhia não entrou em operação; o resultado apurado, é substancialmente relacionado à depreciação dos equipamentos.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira
Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em
Recuperação Judicial.
Relatório da administração**

Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial.
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de outubro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/09/2022	Passivo	Notas	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Impostos a recuperar		16	Fornecedores		84
			Empréstimos e financiamentos	7	31.405
Total do ativo circulante		16	Impostos e contribuições a recolher	8	4.938
			Outras contas a pagar		478
Não circulante			Total do passivo circulante		36.906
Depósitos judiciais		266			
Partes relacionadas	3	74.724	Não circulante		
		74.990	Passivo fiscal diferido		22.508
			Partes relacionadas	3	129.770
			Total do passivo não circulante		152.278
Investimentos	4	8.996			
Imobilizado	5		Patrimônio líquido	9	
. Custo		92.618	Capital social		114.401
. Depreciação acumulada		(64)	Reserva de capital		1.780
Propriedades para investimentos	6	4.840	Ajuste de avaliação patrimonial		43.694
		106.389	Prejuízos acumulados		(167.664)
Total do ativo não circulante		181.379	Total do patrimônio líquido		(7.789)
			Total do passivo		189.184
Total do ativo		181.395	Total do passivo e patrimônio líquido		181.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita líquida de vendas	-	-
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(41)	(41)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-
Total das despesas operacionais	(41)	(41)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações	(41)	(41)
Depreciações e amortizações	-	(0)
Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	0	1
Despesas Financeiras líquidas	(34)	(147)
Resultado financeiro líquido	(34)	(148)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(75)	(188)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	30/09/2022	
	<u>Mensal</u>	<u>Acumulado</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	(75)	(188)
Resultado abrangente total	<u>(75)</u>	<u>(188)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 30 de abril de 2022	114.401	1.780	43.694	(167.476)	(7.601)
Resultado do período/exercício				(188)	(188)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>114.401</u>	<u>1.780</u>	<u>43.694</u>	<u>(167.664)</u>	<u>(7.789)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período/exercício	(75)	(188)
Varição nos ativos e passivos		
Impostos e contribuições a recolher	75	188
Outras contas a pagar	-	(1)
Partes relacionadas	-	1
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	-	-
No início do período	-	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante operações imobiliárias de compra e venda de imóveis, implantação de loteamentos e demais atividades imobiliárias relacionadas, o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador e ainda o cultivo e a comercialização da cana-de-açúcar em áreas próprias em regime de parceria rural com a companhia do grupo Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., sendo a produção comercializada com a unidade industrial Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, também empresa do grupo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	5,57%

2.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa)

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou da unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.6 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

2.7 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.8 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

	30/09/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuária Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	1.588	5
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	6.642	123
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	28.468	-
Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	38.026	-
R.O. serviços Agrícolas S.A. Em recuperação judicial	-	9
Pessoas físicas	-	129.633
	<u>74.724</u>	<u>129.770</u>

4 Investimentos

Representa o saldo de investimento mantido em controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda., destinado a futuro loteamento (que ainda não entrou em operação):

Investida	Localidade	Área (ha)	% Participação	Valor R\$ Mil
Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda.	Palmares Paulista/SP	6,23	99,9970%	8.996
				<u>8.996</u>

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

5 Imobilizado

Descrição	30/09/2022			31/08/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	92.553	-	92.553	92.553
Edifícios e benfeitorias	64	(64)	-	-
	92.617	(64)	92.553	92.553

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Terrenos e propriedades	92.553	-	-	-	92.553
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
	92.553	-	-	-	92.553

6 Propriedade para investimentos

Representa propriedade localizada no Estado de São Paulo, em área próxima à centro urbano e possui perfil imobiliário para futuro loteamento. É avaliado ao valor justo dessa propriedade, determinado com base em método comparativo direto de dados de mercado, em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, qualidade e dimensões dos imóveis, entre outros aspectos) observados no mercado.

7 Empréstimos e financiamentos

O saldo refere-se a contas a pagar a determinado Fundo de investimentos em direitos creditórios, que assumiu recebíveis contra a Companhia, junto a certas instituições financeiras, e teve como vencimento a data de 11 de outubro de 2020.

8 Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher, referem-se a tributos federais, para os quais a administração está em tratativas para o seu parcelamento.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 85.122.850 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

10 Despesas financeiras líquidas

O saldo é substancialmente representado por juros e atualizações sobre impostos e contribuições a recolher.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de outubro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool - Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2022	PASSIVO	Nota	30/09/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		21	Fornecedores	11	58.021
Contas a receber	3	2.686	Empréstimos e financiamentos	12	398.648
Estoques	4	1.420	Salários a pagar e encargos sociais	13	24.266
Impostos a recuperar	5	12.788	Contas a pagar - Cooperativa	14	27.351
Adiantamentos a fornecedores	6	34.889	Impostos e contribuições a recolher	15	469.527
Outros créditos	8	166.145	Outras contas a pagar	16	141.351
Total do ativo circulante		217.949	Total do passivo circulante		1.119.165
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		272.502	Empréstimos e financiamentos	12	16.479
Outros créditos	8	239.571	Contas a pagar - Cooperativa	14	59.860
Partes relacionadas	7	236.946	Provisão para contingências	17	113.987
Total do realizável a longo prazo		749.019	Passivo fiscal diferido		41.432
Investimentos	9	55.548	Partes relacionadas	7	4.226.243
Imobilizado	10		Provisão para perdas em investimentos	9	3.189.504
. Custo		528.941	Outras contas a pagar	16	68
. Depreciação acumulada		(349.456)	Total do passivo não circulante		7.647.574
		235.034	Patrimônio líquido	18	
Total do ativo não circulante		984.053	Capital social		33.399
			Reserva de capital		6.537
			Ajuste de avaliação patrimonial		209.735
			Prejuízos acumulados		(7.814.408)
			Total do patrimônio líquido		(7.564.736)
			Total do passivo		8.766.739
Total do ativo		1.202.002	Total do passivo e patrimônio líquido		1.202.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	30/09/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		161	268
Impostos sobre vendas		(41)	(61)
Receita líquida de vendas	19	121	207
Custo dos produtos vendidos	20	(13)	(55)
Prejuízo bruto		108	152
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(1.759)	(9.842)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas		(2.057)	(5.917)
Total das despesas operacionais		(3.816)	(15.758)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(3.708)	(15.606)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(184.754)	(458.951)
Depreciações e amortizações		(1.442)	(7.217)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(189.904)	(481.774)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	35	1.161
Despesas financeiras		(29.028)	(130.012)
Variações cambiais, líquidas		(177.796)	(378.329)
Resultado financeiro líquido		(206.789)	(507.180)
IR/CS Diferidos		541	2.194
Prejuízo do período/exercício		(396.153)	(986.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(396.153)	(986.760)
Resultado abrangente total	(396.153)	(986.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	33.399	6.537	214.420	(6.832.333)	(6.577.977)
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos			(4.685)	4.685	
Prejuízo do período				(986.760)	(986.760)
Em 30 de setembro de 2022	33.399	6.537	209.735	(7.814.408)	(7.564.737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Demonstração do fluxo de caixa	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(396.153)	(986.760)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.442	7.217
Impostos diferidos	(541)	(2.194)
Resultado de equivalencia patrimonial	184.754	458.951
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	14.837	38.112
	(195.660)	(484.674)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	(498)	(519)
Estoques	8	80
Adiantamentos a fornecedores	(198)	(1.010)
Outros créditos	(96)	7.979
Fornecedores	(26)	(188)
Salários e encargos sociais	(186)	(709)
Impostos e contribuições a recolher	3.615	15.677
Outras contas a pagar	4.677	9.420
Partes relacionadas	188.365	453.929
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2	(16)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	2	(16)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	21	21
No início do período	20	37
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	2	(16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e da controlada Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. A Companhia é pertencente ao Grupo Virgolino de Oliveira e possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo. No exercício em curso, essa unidade de Itapira não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,64%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,41%
Veículos e equipamentos de transportes	14,54%
Outras imobilizações	11,69%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições

acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

2.13 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando movimentada é registrada em despesas comerciais, na conta de despesas operacionais no resultado do exercício.

O saldo do contas a receber está composto da seguinte forma:

	<u>30/09/2022</u>
Clientes no mercado interno	2.881
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(195)</u>
	<u>2.686</u>

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

5 Impostos a recuperar

A composição é como segue:

	<u>30/09/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.428
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.468
Imposto de Renda	314
Outros	<u>578</u>
	<u>12.788</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

6 Adiantamentos a fornecedores

Representam valores de adiantamentos a fornecedores de matéria prima cana de açúcar e de materiais e serviços, assim apresentados:

	<u>30/09/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	18.873
Fornecedores de materiais	<u>16.016</u>
	<u>34.889</u>

7 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com Partes relacionadas, em operações realizadas conforme condições específicas, definidas entre as partes, estando assim apresentado:

As operações com ativos e passivos correspondem a adiantamentos de recursos, concedidos (ativos) ou recebidos (passivos) em condições específicas definidas entre as partes. Os saldos ativos são apresentados no Ativo não circulante e aqueles do Passivo são apresentados no Passivo não circulante.

A composição dos saldos é a seguinte:

	<u>30/09/2022</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	127.255	22.396
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	53.488	52.274
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	22.929	15.302
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	123	6.642
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	33.103	66.804
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46	-
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em recuperação judicial	2	-
Virgolino de Oliveira Finance S.A.		3.972.645
Pessoas físicas	<u>-</u>	<u>90.180</u>
	<u>236.946</u>	<u>4.226.243</u>

8 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

	<u>30/09/2022</u>
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	398.561
Empréstimos compulsórios	2.473
Demais contas a receber	<u>4.682</u>
	<u>405.716</u>
Ativo circulante	166.145
Ativo não circulante	<u>239.571</u>
	<u>405.716</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que a Companhia possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. A Companhia espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

9 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	<u>30/09/2022</u>
Virgolino de Oliveira Finance S/A	22.139
Virgolino de Oliveira Bioenergia S/A - Em recuperação judicial	18.382
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>15.027</u>
	<u>55.548</u>

Os investimentos nas controladas Virgolino de Oliveira Finance S.A. e Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda – Em recuperação judicial, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial; e o investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado pelo custo ajustado pelo valor justo.

A Provisão para perdas é apresentada no Passivo não circulante, e representa o valor da participação acionária detida nas controladas diretas Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., Agropecuária Terras Novas S.A. e Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A, que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), conforme abaixo:

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

	30/09/2022
Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial	3.071.043
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	112.423
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S/A - Em recuperação judicial	6.038
	3.189.504

A seguir, apresentamos um sumário das informações financeiras nas companhias controladas e coligada

Informações relevantes sobre as controladas em 30 de setembro de 2022

	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período	Resultado de equivalência patrimonial	Participação no capital social - %
Virgolino de Oliveira Empreend. Imob. S.A.	114.401	(7.789)	(188)	(146)	77,52%
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	(3.091.083)	(455.727)	(452.773)	99,35%
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	(533.247)	(31.463)	(6.633)	21,08%
Virgolino de Oliveira Finance S.A.	47.889	22.140	1.496	1.495	100,00%
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda	26.380	41.816	(2.034)	(894)	43,96%
Resultado de Equivalência Patrimonial (despesas)				(458.951)	

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

A Companhia possui outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes desde a época em que recebeu como parte do acervo líquido da incorporação de ativos da Usina Catanduva ocorrido em 30/10/1997. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada uma delas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, em uma adequada avaliação e mensuração são baixas, e por conseguinte, foi constituída “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

Conta	Descrição	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisão para perdas
13130002	BANCO BRADESCO S.A.	285,02	(285,02)
13130004	BANCO FENICIA S/A	2,24	(2,24)
13130007	BANCO NACIONAL S/A	3.344,27	(3.344,27)
13130008	BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - BBC	50.000,00	(50.000,00)
13130011	EMBRAER S/A	13.445,58	(13.445,58)
13130012	CONDECRER S/A	25.176,56	(25.176,56)
13130020	FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
13130022	F I N A N	47.655,88	(47.655,88)
13130024	FUNDO INVEST. SETORIAL FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
13130027	HOSPITAL SAO DOMINGOS S/A	2.491,22	(2.491,22)
13130031	PAGRISA PASTORIL AGRICOLA S/A	1.221,74	(1.221,74)
13130033	F I N O R	3.057,37	(3.057,37)
13140002	C O F O C A T	19.327,69	(19.327,69)
13140008	COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
13140010	COOPERATIVA DE MOCOCA	582,05	(582,05)
13140012	COOP PLANT CANA DO OESTE SP	1.119,45	(1.119,45)
	Total	183.942,81	(183.942,81)

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

10 Imobilizado

A composição é a seguinte:

Descrição	30/09/2022			31/08/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	94.114	(46.614)	47.500	47.728
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	395.152	(279.167)	115.985	117.165
Móveis e utensílios	6.349	(4.904)	1.445	1.455
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Veículos e equipamentos de transportes	18.738	(18.543)	195	219
Outras imobilizações	528	(227)	301	302
	528.941	(349.455)	179.486	180.929

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	47.728	-	(228)	-	47.500
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	117.165	-	(1.180)	-	115.985
Móveis e utensílios	1.455	-	(10)	-	1.445
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Veículos e equipamentos de transportes	219	-	(24)	-	195
Outras imobilizações	302	-	(1)	-	301
	180.929	-	(1.443)	-	179.486

11 Fornecedores

O saldo é assim apresentado:

	30/09/2022
Fornecedores de matéria prima cana-de-açúcar	22.092
Fornecedores de materiais e serviços	35.929
	58.021

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por avais dos acionistas e propriedades rurais, e tem a seguinte composição:

	<u>30/09/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINAME - Tx da TJLP + 3,11%a.a.	1.339
PPE - Tx US\$ + Juros medios 5,18% a 12,5% a.a.	298.627
CCB - Tx CDI + juros medios 5,07% a.a.	<u>115.162</u>
Total	<u>415.128</u>
 No Passivo circulante	 398.648
No Passivo não circulante	<u>16.479</u>
	<u>415.128</u>

13 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>30/09/2022</u>
Salários e encargos a pagar	22.387
Provisão de férias e encargos	1.331
Provisão para 13 salário e encargos	<u>548</u>
	<u>24.266</u>

14 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>30/09/2022</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	34.799
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	32.822
Parcelamentos tributários	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	28.382
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(13.028)</u>
Total	<u>87.210</u>
 No passivo circulante	 27.351
No passivo não circulante	<u>59.860</u>
	<u>87.210</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,15% % a.a.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2022
Tributos Estaduais	197.695
Tributos Federais	242.519
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	25.019
Tributos Municipais	1.827
Taxas a Associação de fornecedores de cana	2.151
Tributos Sindicais	316
	469.527

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

16 Outras contas a pagar

Os saldos têm a seguinte composição:

	30/09/2022
Adiantamentos de clientes	34.777
Produtos faturados a entregar	3.095
Encargos financeiros complementares	13.990
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	65.626
Demais contas a pagar	23.932
	141.420
Passivo circulante	141.351
Passivo não circulante	68
	141.420

17 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 113.987 o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de Despesas Administrativas e gerais no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, tendo sido estimadas em R\$ 12.456.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 59.441.219 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

19 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas com vendas e os impostos sobre vendas no período são assim demonstradas:

	<u>30/09/2022</u>
Receita de vendas de almoxarifados	268
(-) Impostos sobre vendas	<u>(61)</u>
Receita líquida das vendas	<u>207</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais

20 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>30/09/2022</u>
Despesas com pessoal	5.489
Serviços de terceiros	3.354
Diversos	<u>1.054</u>
	<u>9.897</u>
A reconciliação de despesas e custos operacionais é assim apresentada:	
Custo dos produtos vendidos	55
Despesas Gerais e administrativas	<u>9.842</u>
	<u>9.897</u>

21 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido é assim apresentado:

	<u>30/09/2022</u>
Receita Financeiras	
Outras operações	174
Ajustes a valor presente de dividas de longo prazo	<u>987</u>
	1.161
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(108.542)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(13.830)
Outras despesas financeiras	<u>(7.640)</u>
	(130.012)
Variações cambiais liquidas	<u>(378.329)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(507.180)</u>


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2022

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial

Relatório das demonstrações financeiras

Aos Quotistas da
Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, a Demonstração de resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial, relativos ao período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Itapira (SP), 25 de outubro de 2022.



VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
CPF: 848.781.778-53



MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	<u>30/09/2022</u>	PASSIVO	<u>30/09/2022</u>
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Outras Contas a Pagar	0
Contas a receber	<u>0</u>	Impostos e Contribuições a Recolher	<u>0</u>
Total do ativo circulante	<u>10</u>		<u>(0)</u>
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	<u>8</u>	Capital Social	10
		Lucros acumulados	<u>8</u>
Total do ativo não circulante	<u>8</u>	Total do patrimônio líquido	<u>18</u>
Total do ativo	<u><u>18</u></u>	Total do passivo	<u><u>18</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	0
Receita líquida de vendas	-	0
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido	(0)	(0)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0
Resultado abrangente total	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	8	18
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u> </u>	<u>(0)</u>	<u>(0)</u>
Em 30 de setembro de 2022	<u>10</u>	<u>8</u>	<u>18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/09/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(0)	0
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	0
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	8
Partes relacionadas	-	(8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	(0)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

3 Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	<u>30/09/2022</u>
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	<u>8</u>
	<u><u>8</u></u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todo pertencente ao Sr. Virgolino de Oliveira Filho.


VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
 CPF: 848.781.778-53


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 25 de novembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/10/2022	Passivo	Nota	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		5	Fornecedores	10	50.891
Contas a receber	3	8.254	Empréstimos e financiamentos	11	51.165
Estoques	4	1.238	Salários a pagar e encargos sociais	12	13.959
Impostos a recuperar	5	24.814	Contas a pagar - Cooperativa	13	22.922
Adiantamentos a fornecedores	6	51.623	Impostos e contribuições a recolher	14	327.858
Outros créditos		<u>4</u>	Outras contas a pagar	15	<u>91.661</u>
Total do ativo circulante		<u>85.938</u>	Total do passivo circulante		<u>558.456</u>
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		6.555	Empréstimos e financiamentos	11	1.241
Partes relacionadas	7	<u>598.914</u>	Contas a pagar - Cooperativa	13	2.818
Total do realizável a longo prazo		<u>605.469</u>	Provisão para contingências	16	38.986
Investimentos	8	787.127	Passivo fiscal diferido		13.058
Imobilizado	9		Partes relacionadas	7	3.650.092
. Custo		508.447	Provisão para perdas em investimentos	8	<u>426.958</u>
. Depreciação		<u>(316.474)</u>	Total do passivo não circulante		<u>4.133.153</u>
		<u>979.099</u>	Patrimônio líquido	17	
Total do ativo não circulante		<u>1.584.568</u>	Capital social		455.000
			Ajuste de avaliação patrimonial		46.309
Total do ativo		<u><u>1.670.506</u></u>	Prejuízos acumulados		<u>(3.522.411)</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>(3.021.102)</u>
			Total do passivo		<u>4.691.608</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.670.506</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Nota	31/10/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		-	0
Impostos sobre vendas		-	(0)
Receita líquida de vendas		-	0
Custo dos produtos vendidos		-	(0)
Lucro (prejuízo) bruto		-	(0)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(236)	(1.619)
Outros resultados operacionais, líquidos		(2.068)	(11.291)
Total das despesas operacionais		(2.304)	(12.911)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(2.304)	(12.911)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(4.684)	(30.692)
Depreciações e amortizações		(1.599)	(9.686)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(8.587)	(53.289)
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		0	1.856
Despesas financeiras		(20.256)	(116.646)
Variações cambiais, líquidas		98.591	(218.992)
Resultado financeiro líquido		78.335	(333.783)
IR/CS Diferidos		233	1.324
Lucro (Prejuízo) do período		69.981	(385.747)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	69.981	(385.747)
Resultado abrangente total	69.981	(385.747)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	455.000	48.923	(3.139.278)	(2.635.355)
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		(2.615)	2.615	-
Prejuízo do exercício			(385.747)	(385.747)
Em 31 de outubro de 2022	<u>455.000</u>	<u>46.308</u>	<u>(3.522.410)</u>	<u>(3.021.102)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de caixa período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	69.981	(385.747)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.599	9.686
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.684	30.692
Impostos diferidos	(233)	(1.324)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	388	3.243
	76.419	(343.450)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	1
Estoques	17	23
Adiantamentos a fornecedores	(6)	8
Outros créditos	(13)	(2.894)
Fornecedores	18	155
Salários e encargos sociais	20	(525)
Impostos e contribuições a recolher	2.213	12.215
Outras contas a pagar	2.044	11.366
Partes relacionadas	(80.712)	323.102
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	0
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(0)	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	5	5
No início do período	5	5
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, e, tem como objetivo principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes. A companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo. Nesse exercício essa companhia não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da

unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são

utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,54%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,47%
Máquinas e implementos agrícolas	13,98%
Veículos e equipamentos de transportes	13,69%
Outras imobilizações	12,26%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abri, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das

ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida, conforme Nota explicativa 22.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

	<u>31/10/2022</u>
Clientes no mercado interno	10.982
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.728)</u>
	<u>8.254</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada em despesas comerciais no resultado do exercício de sua constituição.

Os títulos integrantes da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando não se tem mais expectativa de sua recuperação ou recebimento, são baixados da provisão e registrados definitivamente como perdas no resultado do exercício.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

5 Impostos a recuperar

	<u>31/10/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.352
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.634
Outros	<u>828</u>
	<u>24.814</u>

6 Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/10/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	47.068
Fornecedores de materiais	<u>4.555</u>
	<u>51.623</u>

Os adiantamentos a fornecedores representam valores adiantados a fornecedores de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, e a fornecedores de materiais e serviços.

Os saldos estão apresentados líquidos de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos.

7 Partes relacionadas

Referem-se às operações com companhias relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes, e os saldos são assim apresentados:

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	31/10/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	458.118	1.096
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	52.275	52.306
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	55.307	48.686
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobiliarios S.A. - Em recuperação judicial	-	28.468
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	33.213	22.490
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	1	-
Virgolino de Oliveira Finance S.A.	-	3.473.236
Pessoas físicas	-	23.810
	598.914	3.650.092

8 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/10/2022
Virgolino de Oliveira Bioenergia S/A - Em recuperação judicial	23.211
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3.754
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial - Agio	760.162
	787.127

A Provisão para perdas é apresentada no Passivo não circulante, e representa o valor da participação acionária detida nas investidas Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial (controlada) e Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. Em recuperação judicial, que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), conforme abaixo:

	31/10/2022
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	425.202
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S/A - Em recuperação judicial	1.756
	426.958

A seguir, apresentamos um sumário das informações financeiras nas companhias investidas

Informações relevantes sobre as controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período	Resultado de equivalência patrimonial	Participação no capital social - %
Virgolino de Oliveira Empreend. Imob. S.A.	114.401	(7.865)	(264)	(59)	22,33%
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	(538.879)	(37.095)	(29.270)	78,91%
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda	26.380	41.417	(2.433)	(1.363)	56,04%
			(30.692)		

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

9 Imobilizado

Descrição	30/09/2022			31/08/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	61.725	(20.670)	41.055	41.200
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	395.900	(255.426)	140.474	141.923
Móveis e utensílios	2.764	(2.581)	183	188
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Veículos e equipamentos de transportes	36.159	(36.159)	-	-
Outras imobilizações	40	(40)	-	-
	508.446	(314.876)	193.570	195.169

A movimentação mensal das contas é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	41.200	-	(145)	-	41.055
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	141.923	-	(1.449)	-	140.474
Móveis e utensílios	188	-	(5)	-	183
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Veículos e equipamentos de transportes	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
	195.169	-	(1.599)	-	193.570

10 Fornecedores

	31/10/2022
Fornecedores de matéria prima cana-de-açúcar	28.617
Fornecedores de materiais e serviços	22.274
	50.891

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

11 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/10/2022</u>
Modalidades e encargos:	
CCB - Tx CDI + juros medios 1,73% a.a.	13.449
BNDES-FINAME - tx TJLP + 3,11% a.a.	<u>38.957</u>
	<u>52.406</u>
 No passivo circulante	 51.165
No passivo não circulante	<u>1.241</u>
	<u>52.406</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por aval dos acionistas e propriedades rurais.

12 Salários a pagar e encargos sociais

O saldo é assim apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Salários e encargos a pagar	13.592
Provisão de férias e encargos	232
Provisão para 13 salário e encargos	<u>135</u>
	<u>13.959</u>

13 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>31/10/2022</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	22.006
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	916
Parcelamentos tributários	1.440
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	3.275
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(1.897)</u>
Total	<u>25.740</u>

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	<u>31/10/2022</u>
No passivo circulante	22.922
No passivo não circulante	<u>2.818</u>
	<u>25.740</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic prevista em 13,15% a.a.

14 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/10/2022</u>
Tributos Estaduais	167.256
Tributos Federais	138.012
Tributos Municipais	669
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	20.765
Taxas a Associação de fornecedores de cana	457
Tributos Sindicais	<u>699</u>
	<u>327.858</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento de seu passivo tributário.

15 Outras contas a pagar

O saldo é assim apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Adiantamentos de clientes	24.463
Encargos financeiros complementares	36.278
Produto faturado a entregar	8.277
Demais contas a pagar	<u>22.643</u>
	<u>91.661</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 38.986, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outras (despesas) e receitas operacionais líquidas no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 16.567.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 455.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

18 Despesas operacionais por natureza

	<u>31/10/2022</u>
Despesas com pessoal	1.290
Serviços de terceiros	69
Insumos e materiais	179
Diversos	<u>81</u>
Total de despesas gerais e administrativas	<u>1.619</u>

19 Resultado financeiro

	<u>31/10/2022</u>
Receita Financeiras	
Ajustes a valor presente de dividas de longo prazo	1.854
Outras operações	<u>2</u>
	1.856
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(100.115)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(11.546)
Outras despesas financeiras	<u>(4.986)</u>
	(116.647)
Variações cambiais liquidas	<u>(218.992)</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(333.783)</u>


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
– Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

**Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em
Recuperação Judicial**
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de novembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/10/2022	PASSIVO	Nota	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		1	Fornecedores	11	84.099
Contas a receber		860	Passivo de arrendamentos		71
Estoque		2.777	Empréstimos e financiamentos	12	3.624
Ativo biológico	8	251	Salários a pagar e encargos sociais	13	53.161
Impostos a recuperar	5	25.162	Impostos e contribuições a recolher	14	233.232
Adiantamentos a fornecedores	6	1.401	Outras contas a pagar	15	11.778
Outros créditos		3.289			
			Total do passivo circulante		385.964
Total do ativo circulante		33.741			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		8.211	Empréstimos e financiamentos	12	248
Partes relacionadas	7	48.843	Fornecedores	11	-
Impostos a recuperar		-	Passivo de arrendamentos		120
Outros créditos		-	Provisão para contingências		111.546
			Partes relacionadas	7	625.566
Total do realizável a longo prazo		57.054	Impostos e contribuições a recolher	14	447
			Provisão para perdas em investimentos	9	4.575.548
Imobilizado	10		Total do passivo não circulante		5.313.474
. Custo		146.943			
. Depreciação acumulada		(137.544)	Patrimônio líquido	17	
Direito de uso		191	Capital social		30.527
		9.589	Reserva de capital		5.020
Total do ativo não circulante		66.643	Ajuste de avaliação patrimonial		142.402
			Prejuízos acumulados		(5.777.003)
Total do ativo		100.384	Total do patrimônio líquido		(5.599.054)
			Total do passivo e patrimônio líquido		100.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/10/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de vendas	18	845	8.908
Impostos sobre vendas		(17)	(182)
Receita líquida de vendas		828	8.726
Custo dos produtos vendidos		-	(39)
Prejuízo bruto		828	8.687
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(660)	(5.205)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas		(2.257)	(31.250)
Total das despesas operacionais		(2.917)	(36.455)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(2.089)	(27.768)
Resultado de equivalência patrimonial	9	97.659	(511.924)
Depreciações e amortizações		(721)	(3.174)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		94.848	(542.866)
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		0	7
Despesas financeiras		(1.553)	(9.420)
Resultado financeiro líquido		(1.553)	(9.413)
Lucro (Prejuízo) do período		93.295	(552.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	93.295	(552.279)
Resultado abrangente total	93.295	(552.279)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Exercícios societários de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	30.527	5.020	142.402	(5.224.724)	(5.046.775)
Prejuízo do período	-	-	-	(552.279)	(552.279)
Em 31 de outubro de 2022	<u>30.527</u>	<u>5.020</u>	<u>142.402</u>	<u>(5.777.003)</u>	<u>(5.599.054)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	93.295	(552.279)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	721	3.174
Resultado de equivalência patrimonial	(97.659)	511.924
Juros e variações monetárias e cambiais liquidas	6	40
	(3.636)	(36.884)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	3.532	988
Estoques	4	149
Adiantamentos a fornecedores	2	(14)
Outros créditos	29	322
Fornecedores	(0)	(20)
Salários e encargos sociais	66	(1.041)
Impostos e contribuições a recolher	1.802	10.054
Outras contas a pagar	(852)	29.960
Partes relacionadas	(947)	(3.514)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de tratos culturais de cana-de-açúcar	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	1	1
No início do período	0	0
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. A companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, com adoção de um modelo específico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.

O direito de uso dos ativos de arrendamentos é apresentado no ativo não circulante e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

2.7 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.8 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam estoques de insumos agrícolas e materiais de almoxarifado.

5 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são assim apresentados:

	<u>31/10/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	24.779
Outros	<u>383</u>
	<u>25.162</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

6 Adiantamentos a fornecedores

Os saldos estão apresentados líquidos de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos, e representam valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços.

7 Partes relacionadas

Referem-se a saldos mantidos com companhias e pessoas relacionadas, conforme abaixo:

	31/10/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	22.396	127.279
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	1.096	458.118
Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	926	8.058
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobiliários S.A. - Em recuperação judicial	5	1.589
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	24.420	16.894
Pessoas físicas	-	13.628
	<u>48.843</u>	<u>625.566</u>

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem o cultivo e o plantio de cana-de-açúcar para o abastecimento de matéria-prima no processo de produção de açúcar e etanol.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação da lavoura, dos tratos culturais e da variação do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo.

A Companhia revisou as estimativas e premissas adotadas como parâmetros de avaliação dos ativos biológicos, tais como a manutenção, colheita e o transporte, que tiveram aumento substancial na composição desses custos em virtude de alta expressiva nos preços de insumos (substancialmente importados, como adubos e fertilizantes), além de combustíveis. Na atual avaliação, o valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, apresentou valoração negativa, isto é, os custos operacionais superaram as receitas estimadas, e por essa razão, as avaliações positivas até então existentes, foram estornadas e os ativos biológicos nessa data estão sendo apresentados ao custo, pelos montantes apropriados como tratos culturais das lavouras.

A movimentação do período é assim demonstrada:

	31/10/2022
Saldo no início do período	794
Redução decorrente de colheita (tratos culturais)	<u>(543)</u>
Saldo no final do período	<u>251</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos às suas plantações, sendo os principais a seguir mencionados:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Companhia realiza análises regulares da tendência do mercado como forma de garantir os volumes necessários para o seu cliente, para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução e mitigação desses riscos, incluindo inspeções regulares da situação e análises de doenças e pragas das plantações.

Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período entre março a novembro de cana ano. Essa situação pode gerar variações nos níveis de estoques da Companhia, nos diversos meses do exercício e poderão ter ou causar efeitos adversos sobre os resultados operacionais, em determinado período e ainda na sua geração de caixa da Companhia.

9 Investimentos – Provisão para perdas em Investimentos

A Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 4.575.548 é apresentada no Passivo não circulante e representa a participação acionária detida pela Companhia na controlada direta Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, equivalente a 61,7762% do seu capital, que nesta data, apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 7.406.653. O resultado de equivalência patrimonial apurado nesse investimento representou despesa no resultado do período no montante de R\$ 511.924.

10 Imobilizado

O imobilizado tem a seguinte composição:

Descrição	31/10/2022			30/09/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(80.935)	4.979	5.503
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.608)	1.593	1.607
Máquinas e implementos agrícolas	23.414	(21.920)	1.494	1.579
Veículos e equipamentos de transportes	17.545	(17.350)	195	213
Outras imobilizações	9.868	(8.730)	1.138	1.139
	146.942	(137.543)	9.399	10.041

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2022
Lavouras de cana-de-açúcar	5.503	-	(524)	-	4.979
Edifícios e benfeitorias	1.607	-	(14)	-	1.593
Máquinas e implementos agrícolas	1.579	-	(85)	-	1.494
Veículos e equipamentos de transportes	213	-	(18)	-	195
Outras imobilizações	1.139	-	(1)	-	1.138
	<u>10.041</u>	<u>-</u>	<u>(642)</u>	<u>-</u>	<u>9.399</u>

11 Fornecedores

Os saldos a pagar a fornecedores possuem a seguinte composição:

	31/10/2022
Fornecedores de materiais e serviços	64.542
Contas a pagar de arrendamentos	19.557
	<u>84.099</u>

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tem a seguinte composição:

	31/10/2022
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINAME/MODERFROTA - Tx da TJLP + 3,11%a.a.	2.550
CCB - Tx CDI + juros medios 1,5% a.a.	1.322
Total	<u>3.872</u>
Passivo circulante	3.624
Passivo não circulante	248
	<u>3.872</u>

13 Salários a pagar e encargos sociais

	31/10/2022
Salários e honorários e encargos a pagar	51.320
Provisão de férias e encargos	1.260
Provisão para 13 salário e encargos	581
	<u>53.161</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

14 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/10/2022</u>
Tributos Estaduais	11.145
Tributos Federais	164.079
Tributos Municipais	1.286
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	55.964
Tributos Sindicais	<u>1.205</u>
	<u>233.679</u>
Passivo circulante	233.232
Passivo não circulante	<u>447</u>
	<u>233.679</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

15 Outras contas a pagar

	<u>31/10/2022</u>
Adiantamentos de clientes	6.480
Encargos financeiros complementares	4.771
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	407
Demais contas a pagar	<u>120</u>
	<u>11.778</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 111.546, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda, considerada pelos consultores jurídicos, é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e foram estimadas em R\$ 26.258.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 5.358.361 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

18 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>31/10/2022</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	6.477
Outras vendas	<u>2.430</u>
Receita Bruta das vendas	8.907
(-) Impostos sobre vendas	<u>(181)</u>
Receita líquida das vendas	<u>8.726</u>

19 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>31/10/2022</u>
Despesas com pessoal	4.959
Serviços de terceiros	42
Diversos	<u>243</u>
	<u>5.244</u>
A reconciliação de despesas e custos operacionais é assim apresentada:	
Custos dos produtos vendidos	39
Despesas gerais e administrativas	<u>5.205</u>
	<u>5.244</u>

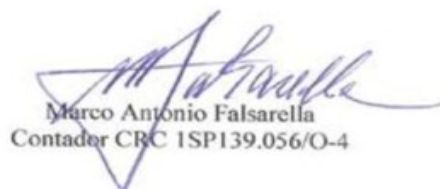
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

20 Resultado financeiro

O resultado financeiro é assim apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Receitas financeiras	
Outras operações	7
	<u>7</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(9.380)
Outras despesas financeiras	(33)
	<u>(9.420)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.413)</u>


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e suas Notas explicativas da Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 25 de novembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/10/2022	PASSIVO	Nota	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		-	Fornecedores	9	109.165
Contas a receber		1.152	Passivo de arrendamentos		53
Estoques	3	2.216	Empréstimos e financiamentos	10	22.483
Ativo biológico	7	121	Salários a pagar e encargos sociais	11	33.581
Impostos a recuperar	4	28.597	Impostos e contribuições a recolher	12	242.927
Adiantamentos a fornecedores	5	2.259	Outras contas a pagar	13	26.372
Outros créditos		0			
Total do ativo circulante		34.345	Total do passivo circulante		434.581
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		2.841	Empréstimos e financiamentos	10	1.168
Partes relacionadas	6	99.500	Provisão para contingências	14	93.941
			Partes relacionadas	6	149.102
Total do realizável a longo prazo		102.341	Total do passivo não circulante		244.211
Imobilizado	8		Patrimônio líquido	15	
. Custo		144.532	Capital social		813.334
. Depreciação acumulada		(141.358)	Reserva de capital		1.470
Direito de uso		53	Ajuste de avaliação patrimonial		14
			Prejuízos acumulados		(1.353.697)
		3.227	Total do patrimônio líquido		(538.879)
Total do ativo não circulante		105.568	Total do passivo		678.791
Total do ativo		139.913	Total do passivo e patrimônio líquido		139.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/10/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		0	6.019
Impostos indícendos sobre vendas		(0)	(123)
Receita líquida de vendas	16	0	5.896
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7	-	-
Custo dos produtos vendidos	17	(0)	(0)
Lucro (prejuízo) bruto		(0)	5.895
Despesas receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(297)	(1.266)
Outras despesas operacionais, líquidas		(3.575)	(30.812)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(3.871)	(26.183)
Depreciações e amortizações		(101)	(1.168)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(3.973)	(27.351)
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		1	5
Despesas financeiras		(1.660)	(9.749)
Resultado financeiro líquido		(1.659)	(9.744)
Prejuízo do período/exercício		(5.632)	(37.095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(5.632)	(37.095)
Resultado abrangente	<u>(5.632)</u>	<u>(37.095)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Resultado do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	813.334	1.470	14	(1.316.602)	(501.784)
Prejuízo do exercício				(37.095)	(37.095)
Em 31 de outubro de 2022	<u>813.334</u>	<u>1.470</u>	<u>14</u>	<u>(1.353.697)</u>	<u>(538.879)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração Fluxo de Caixa período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(5.632)	(37.095)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	101	1.168
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	66	455
	(5.465)	(35.471)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	844	(1.111)
Estoques	7	50
Adiantamentos a fornecedores	(0)	(84)
Outros créditos	115	291
Fornecedores	20	(52)
Salários e encargos sociais	30	(156)
Impostos e contribuições a recolher	1.711	9.599
Outras contas a pagar	2.975	30.174
Partes relacionadas	(235)	(3.242)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	(3)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de tratos culturais da cana-de-açúcar	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	(3)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	-	-
No início do período	-	2
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	(3)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, (pertencente ao mesmo Grupo), que exerce a atividade industrial. A companhia possui uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método

linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Máquinas e implementos agrícolas	12,22%
Veículos e equipamentos de transportes	12,93%
Outras imobilizações	11,84%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de

manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,28% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, com adoção de um modelo específico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.

O direito de uso dos ativos de arrendamentos é apresentado no ativo não circulante e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

2.7 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.8 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização. O saldo apresentado refere-se a itens de almoxarifado.

4 Impostos a recuperar

O saldo é assim apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	28.423
Outros	<u>174</u>
	<u>28.597</u>

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

5 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços representam valores adiantados, para a entrega de materiais e serviços.

O saldo é apresentado líquido de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos, conforme a seguir:

	<u>31/10/2022</u>
Fornecedores de materiais	2.259
	<u>2.259</u>

6 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com coligadas e pessoas físicas relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes. Estão apresentados nos ativos e passivos não circulante, conforme a seguir:

	<u>31/10/2022</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	8.058	926
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	15.302	22.929
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	48.685	55.307
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	-	38.029
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	27.455	4.912
Pessoas físicas	-	26.999
	<u>99.500</u>	<u>149.102</u>

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem o cultivo e o plantio de cana-de-açúcar para o abastecimento de matéria-prima no processo de produção de açúcar e etanol.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação da lavoura, dos tratamentos culturais e da variação do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo.

A Companhia revisou as estimativas e premissas adotadas como parâmetros de avaliação dos ativos biológicos, tais como a manutenção, colheita e o transporte, que tiveram aumento substancial na composição desses custos em virtude de alta expressiva nos preços de insumos (substancialmente importados, como adubos e fertilizantes), além de combustíveis. Na atual avaliação, o valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, apresentou valoração negativa, isto é, os custos operacionais superaram as receitas estimadas, e por essa razão os ativos biológicos nessa data estão sendo apresentados ao custo, pelos montantes apropriados como tratamentos culturais das lavouras.

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

A movimentação do período é assim demonstrada:

	<u>30/09/2022</u>
Saldo inicial	200
Redução decorrente de colheita da lavoura (baixa de tratos culturais)	<u>(79)</u>
Saldo final	<u>121</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos às suas plantações, como a seguir destacado:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução e mitigação desses riscos, incluindo inspeções regulares da situação e análises de doenças e pragas industriadas lavouras.

Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de abril a novembro de cana ano. Essa situação pode gerar variações nos níveis de estoques da Companhia, ocasionalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas nos períodos de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e na geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais da Companhia e ainda na sua geração de caixa.

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é assim apresentada:

	31/10/2022			30/09/2022
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(66.399)	1.600	1.600
Edifícios e benfeitorias	13.257	(13.257)	-	-
Máquinas e implementos agrícolas	33.396	(32.630)	766	844
Obras em andamento	95	-	95	95
Veículos e equipamentos de transportes	20.647	(20.418)	229	246
Outras imobilizações	9.138	(8.655)	483	489
	<u>144.532</u>	<u>(141.359)</u>	<u>3.173</u>	<u>3.274</u>

A movimentação mensal é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	30/09/2022	Adições	Depreciações	Baixas	31/10/2022
Lavouras de cana-de-açúcar	1.600	-	-	-	1.600
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas e implementos agrícolas	844	-	(78)	-	766
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Veículos e equipamentos de transportes	246	-	(17)	-	229
Outras imobilizações	489	-	(6)	-	483
	<u>3.274</u>	<u>-</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>	<u>3.173</u>

9 Fornecedores

O saldo tem a seguinte composição:

	31/10/2022
Fornecedores de materiais e serviços	97.969
Contas a pagar de arrendamentos	<u>11.196</u>
	<u>109.165</u>

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

10 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/10/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINEM e FINAME - Tx da TJLP + 3,11% a 3,49%a.a.	12.960
CCB - Tx CDI + juros medios 1,73% a.a.	<u>10.691</u>
Total	<u>23.651</u>
Passivo circulante	22.483
Passivo não circulante	<u>1.168</u>
Total	<u>23.651</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por avais dos acionistas e propriedades rurais.

11 Salários a pagar e encargos sociais

	<u>31/10/2022</u>
Salários e encargos a pagar	32.922
Provisão de férias e encargos	449
Provisão para 13 salário e encargos	<u>210</u>
	<u>33.581</u>

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/10/2022</u>
Tributos Estaduais	37.162
Tributos Federais	151.965
Tributos Municipais	1.904
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	50.190
Tributos Sindicais	<u>1.706</u>
	<u>242.927</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

13 Outras contas a pagar

	<u>31/10/2022</u>
Adiantamentos de clientes	3.755
Encargos financeiros complementares	21.856
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	522
Demais contas a pagar	<u>239</u>
	<u>26.372</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 93.941, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outros resultados operacionais líquidos.

Adicionalmente, existem outras demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 34.737.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 813.334.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e tem a seguinte apresentação:

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	<u>31/10/2022</u>
Receita bruta das vendas	6.019
(-) Impostos sobre vendas	<u>(123)</u>
Receita líquida das vendas	<u>5.896</u>

17 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>31/10/2022</u>
Despesas com pessoal	1.045
Serviços de terceiros	13
Insumos e materiais	141
Diversos	<u>67</u>
Total de despesas gerais e administrativas	<u>1.266</u>

18 Resultado financeiro

	<u>31/10/2022</u>
Receitas Financeiras	
Outras receitas financeiras	<u>5</u>
	5
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(233)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(9.294)
Outras despesas financeiras	<u>(222)</u>
Despesas financeiras	<u>(9.749)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.744)</u>


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira
Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em
Recuperação Judicial
Relatório das demonstrações financeiras**

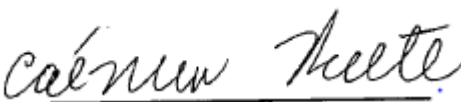
Aos Quotistas da

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, Demonstração dos resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido e dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial, relativo ao período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Itapira (SP), 25 de novembro de 2022.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	31/10/2022	PASSIVO	31/10/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Contas a Pagar	0
Contas a receber	0	Impostos e Contribuições a recolher	3
Total do Ativo circulante	10	Total do passivo circulante	3
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	45	Capital Social	10
Total do ativo não circulante	45	Lucros acumulados	42
		Total do patrimônio líquido	52
Total do ativo	55	Total do passivo	55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado do período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita Operacional líquida	-	-
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas Operacionais	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido	(0)	(0)
Imposto de renda e contribuição social	(0)	(0)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(0)</u>	<u>0</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(0)</u></u>	<u><u>0</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	42	52
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-
Em 31 de outubro de 2022	<u>10</u>	<u>42</u>	<u>52</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	(0)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	(0)
Partes relacionadas	-	0
Impostos e contribuições a recolher	0	(0)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

3 Partes relacionadas

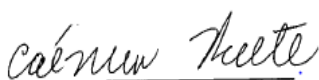
O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

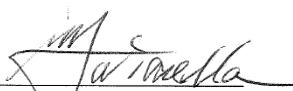
	31/10/2022
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	17
Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Alcool - Em recuperação judicial	28
	<u>45</u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todas pertencentes à Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial

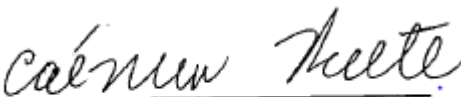
Relatório das demonstrações financeiras

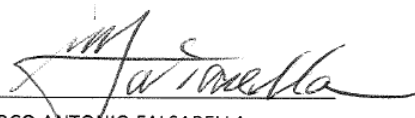
Aos Quotistas da
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, Demonstração de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial, relativo ao período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Itapira (SP), 25 de novembro de 2022.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	31/10/2022	PASSIVO	31/10/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Contas a Pagar	0
Contas a receber	-	Impostos e Contribuições a recolher	5
Total do Ativo circulante	10	Total do passivo circulante	6
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	98	Capital Social	10
Total do ativo não circulante	98	Lucros acumulados	92
Total do ativo	108	Total do patrimônio líquido	102
		Total do passivo	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	55
Impostos sobre vendas	-	(1)
Receita líquida de vendas	-	53
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(1)
Resultado financeiro líquido	(0)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51
Resultado abrangente total	(0)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	41	51
Lucro líquido (prejuízo) do período		51	51
Em 31 de outubro de 2022	10	92	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do fluxo de caixa do período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	43
Contas a pagar	-	0
Partes relacionadas	-	(98)
Impostos e contribuições a recolher	0	3
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

3 Partes relacionadas

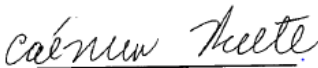
O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	<u>31/10/2022</u>
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	77
Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Alcool - Em recuperação judicial	21
	<u>98</u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todo pertencente ao espólio da Sra. Carmen Ruete de Oliveira.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


 MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 outubro de 2022

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório das demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 25 de novembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/10/2022	PASSIVO	Nota	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		2	Fornecedores		13
Estoques		1	Impostos e contribuições a recolher	4	2.300
Impostos a recuperar		20	Outras contas a pagar		30
Adiantamentos a fornecedores		140			
Outros créditos		158	Total do passivo circulante		2.342
Total do ativo circulante		321			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos Judiciais		225	Provisão para contingências		767
Partes relacionadas	3	112.233	Partes relacionadas	3	118.258
			Outras contas a pagar		358
Total do realizável a longo prazo		112.458	Total do passivo não circulante		119.383
			Patrimônio líquido	5	
Total do ativo não circulante		112.458	Capital social		50
			Prejuízos acumulados		(8.996)
Total do ativo		112.779	Total do patrimônio líquido		(8.946)
			Total do passivo		121.725
			Total do passivo e patrimônio líquido		112.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas	31/10/2022	
		Mensal	Acumulado
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		-	(0)
Outros resultados operacionais		0	(4)
Total das despesas operacionais		0	(4)
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras		0	1
Despesas Financeiras		(15)	(95)
Resultado financeiro líquido	6	(15)	(94)
Lucro (prejuízo) do período		(15)	(98)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

*(Em milhares de Reais)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (prejuízo) do período	(15)	(98)
Resultado abrangente total	(15)	(98)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	50	(8.897)	(8.847)
Resultado do exercício	<u> </u>	<u>(98)</u>	<u>(98)</u>
Em 31 de outubro de 2022	<u>50</u>	<u>(8.996)</u>	<u>(8.946)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(15)	(98)
Varição nos ativos e passivos		
Outros créditos	(1)	(1)
Depositos Judiciais	(0)	(44)
Impostos e contribuições a recolher	15	(298)
Outras contas a pagar	(0)	390
Partes relacionadas	(9)	49
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(9)	(3)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2	2
No início do período	12	6
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(9)	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas. A companhia está com suas atividades operacionais paralisadas.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Provisões para contingências

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

3 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	31/10/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	16.896	24.420
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	67.926	33.171
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	22.490	33.213
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	4.912	27.454
Virgolino de Oliveira Empr. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	9	-
	<u>112.233</u>	<u>118.258</u>

4 Impostos e contribuições a recolher

Os saldos de Impostos e contribuições a recolher referem-se substancialmente a tributos federais, para os quais a administração está em tratativas para o seu parcelamento.

5 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 50, está dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

6 Despesas financeiras

Referem-se substancialmente a encargos provisionados sobre impostos e contribuições a recolher.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Aos Acionistas da
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de novembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/10/2022	PASSIVO	31/10/2022
Não circulante		Circulante	
Investimentos	0	Contribuição previdenciária a recolher	3
		Outras Contas a Pagar	(0)
	<u>0</u>	Total do passivo circulante	<u>3</u>
Total do ativo não circulante	<u>0</u>	Não circulante	
		Partes relacionadas	47
		Total do passivo não circulante	<u>47</u>
		Patrimônio líquido	
		Capital social	2.256
		Prejuízos acumulados	(2.305)
		Total do patrimônio líquido	<u>(50)</u>
		Total do passivo	<u>50</u>
Total do ativo	<u>0</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>0</u>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado periodo societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/10/2022
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	-
Total das despesas operacionais	-
Lucro (prejuízo) do período	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultados abrangentes

Periodo societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

31/10/2022

Prejuízo do período/exercício

-

Resultado abrangente total

-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	2.256	(2.306)	(50)
Resultado do período	<u> </u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de outubro de 2022	<u>2.256</u>	<u>(2.306)</u>	<u>(50)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa periodo societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31/10/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do periodo	(0)
	(0)
Variação nos ativos e passivos	
Impostos e contribuições a recolher	0
Partes relacionadas	0
	0
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	
No final do periodo	-
No inicio do periodo	-
	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas já a longa data.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras correspondem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4 Investimentos

Os investimentos são remanescentes desde a época operacional da Companhia e apresentados ao valor de custo. Apesar de estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada um, sendo baixas as expectativas de adequada mensuração e na recuperação desses ativos, e por conseguinte, é mantida “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (estão sendo aqui apresentados em Reais) conforme segue:

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de reais

Conta	Descrição do investimento ao custo	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisão para Perdas
13130011	FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(2.324,07)
13131011	FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia - IPC-90	893,86	
13140002	Cooperativa dos Fornecedoros de Cana e Agropecuaristas de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
13140003	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus	94.240,86	(94.522,71)
13141003	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus - IPC 90	281,85	
13140004	Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA	230,00	(230,00)
13140006	Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(52,36)
13141006	Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba - IPC 90	26,24	
13140007	Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	86,80	(174,01)
13141007	Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas - IPC 90	87,21	
		<u>97.619,31</u>	<u>(97.619,31)</u>

5 Partes relacionadas

Os saldos com Partes relacionadas são apresentados ao custo no Passivo Não Circulante, conforme abaixo:

	<u>31/10/2022</u>
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	<u>1</u>
	<u>47</u>

6 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 2.256, está dividido em 19.842 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira
Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial **Relatório da administração**

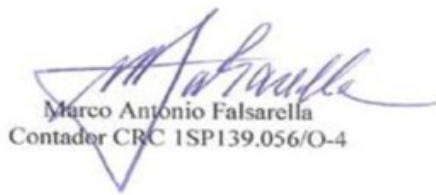
Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e suas Notas explicativas da Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de novembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/10/2022	PASSIVO	Nota	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		3	Partes relacionadas		2
Total do ativo circulante		3	Total do passivo circulante		2
Não circulante			Patrimônio líquido	5	
Imobilizado	4		Capital social		26.380
. Custo		127.416	Ajuste de avaliação patrimonial		31.922
. Depreciação acumulada		(85.999)	Prejuízos acumulados		(16.885)
		41.417	Total do patrimônio líquido		41.417
Total do ativo não circulante		41.417			
Total do ativo		41.420	Total do passivo e patrimônio líquido		41.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/10/2022	
		Mensal	Acumulado
(Despesas) receitas operacionais	6		
Gerais e administrativas		-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-
Total das despesas operacionais		-	-
Depreciações e amortizações		(399)	(2.433)
Prejuízo do período/exercício		(399)	(2.433)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado abrangente do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Prejuízo do período/exercício	(399)	(2.433)
Resultado abrangente total	(399)	(2.433)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de abril de 2022	26.380	31.922	(14.452)	43.850
Prejuízo do período			(2.433)	(2.433)
Saldo em 31 de outubro de 2022	26.380	31.922	(16.885)	41.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(399)	(2.433)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização e outras	399	2.433
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	-
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	3	3
No início do período	3	3
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo e uma filial em Jose Bonifácio, também no Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a atividade de geração e comércio de energia elétrica e vapor, a partir da queima de bagaço da cana de açúcar e/ou outras matérias combustíveis vegetais, podendo participar em outras sociedades.

A Companhia não entrou em operação, e aguarda autorização pelos órgãos e agências oficiais. O resultado apresentado é substancialmente relacionado à depreciação dos equipamentos da Companhia.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses, findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3a(iii) - Imobilizado (vida útil).**

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção acrescido do custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada conforme práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	2,77%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	7,25%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4 Imobilizado

	<u>31/10/2022</u>	<u>30/09/2022</u>
	Depreciação	
Descrição	Custo	Líquido
	Acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	2.323	(1.069)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	125.093	(84.930)
	<u>127.416</u>	<u>(85.999)</u>
		<u>41.417</u>
		<u>41.816</u>

A movimentação mensal é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	30/09/2022	Adições	Depreciações	Baixas	31/10/2022
Edifícios e benfeitorias	1.260	-	(6)	-	1.254
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	40.556	-	(393)	-	40.163
	<u>41.816</u>	<u>-</u>	<u>(399)</u>	<u>-</u>	<u>41.417</u>

5 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado está dividido em 26.380.323 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada.

6 Resultado do Exercício

Como mencionado na Nota 1, a Companhia não entrou em operação; o resultado apurado, é substancialmente relacionado à depreciação dos equipamentos.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira
Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial.

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial.
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de novembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/10/2022	Passivo	Notas	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Impostos a recuperar		16	Fornecedores		84
			Empréstimos e financiamentos	7	31.405
Total do ativo circulante		16	Impostos e contribuições a recolher	8	5.014
			Outras contas a pagar		478
Não circulante			Total do passivo circulante		36.982
Depósitos judiciais		266			
Partes relacionadas	3	74.724	Não circulante		
		74.990	Passivo fiscal diferido		22.508
			Partes relacionadas	3	129.770
			Total do passivo não circulante		152.278
Investimentos	4	8.996			
Imobilizado	5		Patrimônio líquido	9	
. Custo		92.618	Capital social		114.401
. Depreciação acumulada		(64)	Reserva de capital		1.780
Propriedades para investimentos	6	4.840	Ajuste de avaliação patrimonial		43.694
		106.389	Prejuízos acumulados		(167.740)
Total do ativo não circulante		181.379	Total do patrimônio líquido		(7.865)
			Total do passivo		189.260
Total do ativo		181.395	Total do passivo e patrimônio líquido		181.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita líquida de vendas	-	-
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(41)	(82)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-
Total das despesas operacionais	(41)	(82)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações	(41)	(82)
Depreciações e amortizações	-	(0)
Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	0	1
Despesas Financeiras líquidas	(35)	(183)
Resultado financeiro líquido	(35)	(183)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(76)	(264)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/10/2022	
	<u>Mensal</u>	<u>Acumulado</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	(76)	(264)
Resultado abrangente total	<u>(76)</u>	<u>(264)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 30 de abril de 2022	114.401	1.780	43.694	(167.476)	(7.601)
Resultado do período/exercício				(264)	(264)
Saldo em 31 de outubro de 2022	<u>114.401</u>	<u>1.780</u>	<u>43.694</u>	<u>(167.740)</u>	<u>(7.865)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período/exercício	(76)	(264)
Varição nos ativos e passivos		
Impostos e contribuições a recolher	76	264
Outras contas a pagar	-	(1)
Partes relacionadas	-	1
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	-	-
No início do período	-	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante operações imobiliárias de compra e venda de imóveis, implantação de loteamentos e demais atividades imobiliárias relacionadas, o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador e ainda o cultivo e a comercialização da cana-de-açúcar em áreas próprias em regime de parceria rural com a companhia do grupo Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., sendo a produção comercializada com a unidade industrial Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, também empresa do grupo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	5,57%

2.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa)

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou da unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.6 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

2.7 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.8 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

	31/10/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	1.588	5
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	6.642	123
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	28.468	-
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	38.026	-
R.O. serviços Agrícolas S.A. Em recuperação judicial	-	9
Pessoas físicas	-	129.633
	<u>74.724</u>	<u>129.770</u>

4 Investimentos

Representa o saldo de investimento mantido em controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda., destinado a futuro loteamento (que ainda não entrou em operação):

Investida	Localidade	Área (ha)	% Participação	Valor R\$ Mil
Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda.	Palmares Paulista/SP	6,23	99,9970%	8.996
				<u>8.996</u>

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

5 Imobilizado

Descrição	31/10/2022		30/09/2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	92.553	-	92.553	92.553
Edifícios e benfeitorias	64	64	-	-
	<u>92.617</u>	<u>64</u>	<u>92.553</u>	<u>92.553</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2022
Terrenos e propriedades	92.553	-	-	-	92.553
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
	<u>92.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.553</u>

6 Propriedade para investimentos

Representa propriedade localizada no Estado de São Paulo, em área próxima à centro urbano e possui perfil imobiliário para futuro loteamento. É avaliado ao valor justo dessa propriedade, determinado com base em método comparativo direto de dados de mercado, em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, qualidade e dimensões dos imóveis, entre outros aspectos) observados no mercado.

7 Empréstimos e financiamentos

O saldo refere-se a contas a pagar a determinado Fundo de investimentos em direitos creditórios, que assumiu recebíveis contra a Companhia, junto a certas instituições financeiras, e teve como vencimento a data de 11 de outubro de 2020.

8 Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher, referem-se a tributos federais, para os quais a administração está em tratativas para o seu parcelamento.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 85.122.850 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

10 Despesas financeiras líquidas

O saldo é substancialmente representado por juros e atualizações sobre impostos e contribuições a recolher.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Ariranha (SP), 25 de novembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/10/2022	PASSIVO	Nota	31/10/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		33	Fornecedores	11	58.139
Contas a receber	3	2.430	Empréstimos e financiamentos	12	395.572
Estoques	4	1.423	Salários a pagar e encargos sociais	13	24.349
Impostos a recuperar	5	12.761	Contas a pagar - Cooperativa	14	27.351
Adiantamentos a fornecedores	6	34.896	Impostos e contribuições a recolher	15	472.923
Outros créditos	8	166.252	Outras contas a pagar	16	140.388
Total do ativo circulante		217.794	Total do passivo circulante		1.118.721
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		272.504	Empréstimos e financiamentos	12	13.616
Outros créditos	8	239.583	Contas a pagar - Cooperativa	14	60.039
Partes relacionadas	7	237.050	Provisão para contingências	17	113.976
Total do realizável a longo prazo		749.137	Passivo fiscal diferido		40.889
Investimentos	9	55.072	Partes relacionadas	7	4.138.167
Imobilizado	10		Provisão para perdas em investimentos	9	3.121.223
. Custo		528.941	Outras contas a pagar	16	68
. Depreciação acumulada		(350.898)	Total do passivo não circulante		7.487.978
		233.116	Patrimônio líquido	18	
Total do ativo não circulante		982.253	Capital social		33.399
			Reserva de capital		6.537
			Ajuste de avaliação patrimonial		208.798
			Prejuízos acumulados		(7.655.386)
			Total do patrimônio líquido		(7.406.652)
			Total do passivo		8.606.699
Total do ativo		1.200.047	Total do passivo e patrimônio líquido		1.200.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	31/10/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		140	408
Impostos sobre vendas		(35)	(96)
Receita líquida de vendas	19	105	312
Custo dos produtos vendidos	20	(14)	(69)
Prejuízo bruto		91	244
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(1.414)	(11.256)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas		(158)	(6.075)
Total das despesas operacionais		(1.572)	(17.331)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(1.481)	(17.087)
Resultado de equivalência patrimonial	9	67.805	(391.146)
Depreciações e amortizações		(1.442)	(8.659)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		64.882	(416.892)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	35	1.196
Despesas financeiras		(24.827)	(154.839)
Variações cambiais, líquidas		117.450	(260.878)
Resultado financeiro líquido		92.658	(414.521)
IR/CS Diferidos		544	2.738
Prejuízo do período/exercício		158.084	(828.676)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	158.084	(828.676)
Resultado abrangente total	158.084	(828.676)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	33.399	6.537	214.420	(6.832.333)	(6.577.977)
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos			(5.622)	5.622	
Prejuízo do período				(828.676)	(828.676)
Em 31 de outubro de 2022	33.399	6.537	208.798	(7.655.387)	(7.406.653)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022

(Em milhares de Reais)

Demonstração do fluxo de caixa	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	158.084	(828.676)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.442	8.659
Impostos diferidos	(544)	(2.738)
Resultado de equivalencia patrimonial	(67.805)	391.146
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	(5.940)	32.172
	85.237	(399.437)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	256	(264)
Estoques	(3)	78
Adiantamentos a fornecedores	(7)	(1.017)
Outros créditos	(93)	7.886
Fornecedores	117	(70)
Salários e encargos sociais	83	(626)
Impostos e contribuições a recolher	3.396	19.073
Outras contas a pagar	(795)	8.624
Partes relacionadas	(88.180)	365.749
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11	(4)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	11	(4)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	33	33
No início do período	21	37
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	11	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e da controlada Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. A Companhia é pertencente ao Grupo Virgolino de Oliveira e possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo. No exercício em curso, essa unidade de Itapira não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,64%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,41%
Veículos e equipamentos de transportes	14,54%
Outras imobilizações	11,69%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições

acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

2.13 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando movimentada é registrada em despesas comerciais, na conta de despesas operacionais no resultado do exercício.

O saldo do contas a receber está composto da seguinte forma:

	<u>31/10/2022</u>
Cientes no mercado interno	2.625
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(195)</u>
	<u>2.430</u>

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

5 Impostos a recuperar

A composição é como segue:

	<u>31/10/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.399
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.468
Imposto de Renda	314
Outros	<u>580</u>
	<u>12.761</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

6 Adiantamentos a fornecedores

Representam valores de adiantamentos a fornecedores de matéria prima cana de açúcar e de materiais e serviços, assim apresentados:

	<u>31/10/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	18.909
Fornecedores de materiais	<u>15.987</u>
	<u>34.896</u>

7 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com Partes relacionadas, em operações realizadas conforme condições específicas, definidas entre as partes, estando assim apresentado:

As operações com ativos e passivos correspondem a adiantamentos de recursos, concedidos (ativos) ou recebidos (passivos) em condições específicas definidas entre as partes. Os saldos ativos são apresentados no Ativo não circulante e aqueles do Passivo são apresentados no Passivo não circulante.

A composição dos saldos é a seguinte:

	<u>31/10/2022</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Agropecuária Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	127.278	22.397
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	53.501	52.274
Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	22.929	15.302
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	123	6.642
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	33.171	67.926
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46	-
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em recuperação judicial	2	-
Virgolino de Oliveira Finance S.A.		3.882.427
Pessoas físicas	<u>-</u>	<u>91.199</u>
	<u>237.050</u>	<u>4.138.167</u>

8 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	398.561
Empréstimos compulsórios	2.486
Demais contas a receber	<u>4.788</u>
	<u>405.835</u>
Ativo circulante	166.252
Ativo não circulante	<u>239.583</u>
	<u>405.835</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que a Companhia possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. A Companhia espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

9 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	<u>31/10/2022</u>
Virgolino de Oliveira Finance S/A	21.839
Virgolino de Oliveira Bioenergia S/A - Em recuperação judicial	18.206
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>15.027</u>
	<u>55.072</u>

Os investimentos nas controladas Virgolino de Oliveira Finance S.A. e Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda – Em recuperação judicial, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial; e o investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado pelo custo ajustado pelo valor justo.

A Provisão para perdas é apresentada no Passivo não circulante, e representa o valor da participação acionária detida nas controladas diretas Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., Agropecuária Terras Novas S.A. e Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A, que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), conforme abaixo:

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

	31/10/2022
Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial	3.001.516
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	113.610
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S/A - Em recuperação judicial	6.097
	3.121.223

A seguir, apresentamos um sumário das informações financeiras nas companhias controladas e coligada

	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período	Resultado de equivalência patrimonial	Participação no capital social - %
Virgolino de Oliveira Empreend. Imob. S.A.	114.401	(7.865)	(264)	(205)	77,52%
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	(3.021.102)	(385.747)	(383.246)	99,35%
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	(538.879)	(37.095)	(7.820)	21,08%
Virgolino de Oliveira Finance S.A.	47.889	21.839	1.195	1.195	100,00%
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda	26.380	41.417	(2.433)	(1.070)	43,96%
Resultado de Equivalencia Patrimonial (despesas)				(391.146)	

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

A Companhia possui outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes desde a época em que recebeu como parte do acervo líquido da incorporação de ativos da Usina Catanduva ocorrido em 30/10/1997. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada uma delas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, em uma adequada avaliação e mensuração são baixas, e por conseguinte, foi constituída “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

Conta	Descrição	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisao para perdas
13130002	BANCO BRADESCO S.A.	285,02	(285,02)
13130004	BANCO FENICIA S/A	2,24	(2,24)
13130007	BANCO NACIONAL S/A	3.344,27	(3.344,27)
13130008	BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - BBC	50.000,00	(50.000,00)
13130011	EMBRAER S/A	13.445,58	(13.445,58)
13130012	CONDECRER S/A	25.176,56	(25.176,56)
13130020	FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
13130022	F I N A N	47.655,88	(47.655,88)
13130024	FUNDO INVEST. SETORIAL FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
13130027	HOSPITAL SAO DOMINGOS S/A	2.491,22	(2.491,22)
13130031	PAGRISA PASTORIL AGRICOLA S/A	1.221,74	(1.221,74)
13130033	F I N O R	3.057,37	(3.057,37)
13140002	C O F O C A T	19.327,69	(19.327,69)
13140008	COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
13140010	COOPERATIVA DE MOCOCA	582,05	(582,05)
13140012	COOP PLANT CANA DO OESTE SP	1.119,45	(1.119,45)
	Total	183.942,81	(183.942,81)

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

10 Imobilizado

A composição é a seguinte:

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/08/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	47.728	-	(228)	-	47.500
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	117.165	-	(1.180)	-	115.985
Móveis e utensílios	1.455	-	(10)	-	1.445
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Veículos e equipamentos de transportes	219	-	(24)	-	195
Outras imobilizações	302	-	(1)	-	301
	<u>180.929</u>	<u>-</u>	<u>(1.443)</u>	<u>-</u>	<u>179.486</u>

11 Fornecedores

O saldo é assim apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Fornecedores de materia prima cana-de-açúcar	22.092
Fornecedores de materiais e serviços	<u>36.047</u>
	<u>58.139</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por avais dos acionistas e propriedades rurais, e tem a seguinte composição:

	<u>31/10/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINAME - Tx da TJLP + 3,11%a.a.	372
PPE - Tx US\$ + Juros medios 5,18% a 12,5% a.a.	292.322
CCB - Tx CDI + juros medios 5,07% a.a.	<u>116.494</u>
 Total	 <u>409.188</u>
 No Passivo circulante	 395.572
No Passivo não circulante	<u>13.616</u>
	<u>409.188</u>

13 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>31/10/2022</u>
Salários e encargos a pagar	22.370
Provisão de férias e encargos	1.373
Provisão para 13 salário e encargos	<u>606</u>
	<u>24.349</u>

14 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>31/10/2022</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	34.799
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	32.822
Parcelamentos tributários	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	28.382
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(12.849)</u>
 Total	 <u>87.389</u>
 No passivo circulante	 27.351
No passivo não circulante	<u>60.039</u>
	<u>87.389</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,15% % a.a.

15 Impostos e contribuições a recolher

	31/10/2022
Tributos Estaduais	198.955
Tributos Federais	244.449
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	25.205
Tributos Municipais	1.846
Taxas a Associação de fornecedores de cana	2.151
Tributos Sindicais	317
	472.923

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

16 Outras contas a pagar

Os saldos têm a seguinte composição:

	31/10/2022
Adiantamentos de clientes	34.458
Produtos faturados a entregar	3.105
Encargos financeiros complementares	13.990
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	65.279
Demais contas a pagar	23.625
	140.457
Passivo circulante	140.388
Passivo não circulante	68
	140.457

17 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 113.976 o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de Despesas Administrativas e gerais no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, tendo sido estimadas em R\$ 11.778.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 59.441.219 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

19 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas com vendas e os impostos sobre vendas no período são assim demonstradas:

	<u>31/10/2022</u>
Receita de vendas de almoxarifados	408
(-) Impostos sobre vendas	<u>(96)</u>
Receita líquida das vendas	<u>312</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Em milhares de reais

20 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>31/10/2022</u>
Despesas com pessoal	6.217
Serviços de terceiros	3.974
Diversos	1.133
	<u>11.324</u>

A reconciliação de despesas e custos operacionais é assim apresentada:

Custo dos produtos vendidos	69
Despesas Gerais e administrativas	11.256
	<u>11.324</u>

21 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido é assim apresentado:

	<u>31/10/2022</u>
Receita Financeiras	
Outras operações	209
Ajustes a valor presente de dividas de longo prazo	987
	1.196
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(129.170)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(16.811)
Outras despesas financeiras	(8.858)
	(154.839)
 Variações cambiais liquidas	 (260.878)
 Resultado financeiro líquido	 (414.521)


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de outubro de 2022

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial

Relatório das demonstrações financeiras

Aos Quotistas da
Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, a Demonstração de resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial, relativos ao período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Itapira (SP), 25 de novembro de 2022.



VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
CPF: 848.781.778-53



MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	31/10/2022	PASSIVO	31/10/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Outras Contas a Pagar	0
Contas a receber	0	Impostos e Contribuições a Recolher	0
Total do ativo circulante	10		(0)
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	8	Capital Social	10
		Lucros acumulados	8
Total do ativo não circulante	8	Total do patrimônio líquido	18
Total do ativo	18	Total do passivo	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	0
Receita líquida de vendas	-	0
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido	(0)	(0)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0
Resultado abrangente total	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	8	18
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u> </u>	<u>(0)</u>	<u>(0)</u>
Em 31 de outubro de 2022	<u>10</u>	<u>8</u>	<u>18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/10/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(0)	0
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	0
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	8
Partes relacionadas	-	(8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	(0)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 10 (dez) meses findos em 31 de outubro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”), e aguarda por essa decisão. Por essa razão, as presentes demonstrações financeiras ainda não contemplam os ajustes que serão requeridos para a consolidação e a implementação do referido PRJ.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 31 de outubro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

3 Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	<u>31/10/2022</u>
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	<u>8</u>
	<u><u>8</u></u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todo pertencente ao Sr. Virgolino de Oliveira Filho.


VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
 CPF: 848.781.778-53


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 22 de dezembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial
Balanço patrimonial em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/11/2022	Passivo	Nota	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		5	Fornecedores	10	50.864
Contas a receber	3	8.254	Empréstimos e financiamentos	11	51.716
Estoques	4	1.239	Salários a pagar e encargos sociais	12	14.081
Impostos a recuperar	5	24.824	Contas a pagar - Cooperativa	13	22.922
Adiantamentos a fornecedores	6	51.619	Impostos e contribuições a recolher	14	329.975
Outros créditos		33	Outras contas a pagar	15	91.661
Total do ativo circulante		85.975	Total do passivo circulante		561.220
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		6.555	Empréstimos e financiamentos	11	1.086
Partes relacionadas	7	598.914	Contas a pagar - Cooperativa	13	2.844
Total do realizável a longo prazo		605.469	Provisão para contingências	16	39.827
Investimentos	8	786.903	Passivo fiscal diferido		12.824
Imobilizado	9		Partes relacionadas	7	3.691.767
. Custo		508.447	Provisão para perdas em investimentos	8	431.333
. Depreciação		(318.073)	Total do passivo não circulante		4.179.682
		977.277	Patrimônio líquido	17	
Total do ativo não circulante		1.582.746	Capital social		455.000
			Ajuste de avaliação patrimonial		45.873
Total do ativo		1.668.721	Prejuízos acumulados		(3.573.053)
			Total do patrimônio líquido		(3.072.180)
			Total do passivo		4.740.901
			Total do passivo e patrimônio líquido		1.668.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Nota	30/11/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		-	0
Impostos sobre vendas		-	(0)
Receita líquida de vendas		-	0
Custo dos produtos vendidos		-	(0)
Lucro (prejuízo) bruto		-	(0)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(239)	(1.858)
Outros resultados operacionais, líquidos		(889)	(12.180)
Total das despesas operacionais		(1.127)	(14.038)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(1.127)	(14.038)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(4.598)	(35.290)
Depreciações e amortizações		(1.599)	(11.285)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(7.324)	(60.613)
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		0	1.856
Despesas financeiras		(19.416)	(136.063)
Variações cambiais, líquidas		(24.571)	(243.563)
Resultado financeiro líquido		(43.987)	(377.770)
IR/CS Diferidos		233	1.557
Lucro (Prejuízo) do período		(51.078)	(436.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(51.078)	(436.826)
Resultado abrangente total	(51.078)	(436.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	455.000	48.923	(3.139.278)	(2.635.355)
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		(3.050)	3.050	-
Prejuízo do exercício			(436.826)	(436.826)
Em 30 de novembro de 2022	<u>455.000</u>	<u>45.873</u>	<u>(3.573.054)</u>	<u>(3.072.180)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de caixa período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(51.078)	(436.826)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.599	11.285
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.598	35.290
Impostos diferidos	(233)	(1.557)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	396	3.639
	(44.718)	(388.169)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	1
Estoques	(0)	23
Adiantamentos a fornecedores	4	12
Outros créditos	(40)	(2.934)
Fornecedores	(26)	128
Salários e encargos sociais	122	(403)
Impostos e contribuições a recolher	2.117	14.332
Outras contas a pagar	866	12.233
Partes relacionadas	41.676	364.778
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	5	5
No início do período	5	5
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, e, tem como objetivo principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes. A companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo. Nesse exercício essa companhia não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes “ e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,54%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,47%
Máquinas e implementos agrícolas	13,98%
Veículos e equipamentos de transportes	13,69%
Outras imobilizações	12,26%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário,

efetuiu os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter

definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida, conforme Nota explicativa 22.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

	<u>30/11/2022</u>
Clientes no mercado interno	10.982
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.728)</u>
	<u>8.254</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada em despesas comerciais no resultado do exercício de sua constituição.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Os títulos integrantes da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando não se tem mais expectativa de sua recuperação ou recebimento, são baixados da provisão e registrados definitivamente como perdas no resultado do exercício.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

5 Impostos a recuperar

	<u>30/11/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.351
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.645
Outros	<u>828</u>
	<u>24.824</u>

6 Adiantamentos a fornecedores

	<u>30/11/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	47.069
Fornecedores de materiais	<u>4.550</u>
	<u>51.619</u>

Os adiantamentos a fornecedores representam valores adiantados a fornecedores de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, e a fornecedores de materiais e serviços.

Os saldos estão apresentados líquidos de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos.

7 Partes relacionadas

Referem-se às operações com companhias relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes, e os saldos são assim apresentados:

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/11/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	458.118	1.096
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	52.275	52.306
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	55.307	48.686
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobiliarios S.A. - Em recuperação judicial	-	28.468
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	33.213	22.642
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	1	-
Virgolino de Oliveira Finance S.A.	-	3.514.759
Pessoas físicas	-	23.810
	598.914	3.691.767

8 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/11/2022
Virgolino de Oliveira Bioenergia S/A - Em recuperação judicial	22.987
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3.754
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial - Agio	760.162
	786.903

A Provisão para perdas é apresentada no Passivo não circulante, e representa o valor da participação acionária detida nas investidas Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial (controlada) e Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. Em recuperação judicial, que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), conforme abaixo:

	30/11/2022
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	429.559
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S/A - Em recuperação judicial	1.774
	431.333

A seguir, apresentamos um sumário das informações financeiras nas companhias investidas

	Capital	Patrimônio	Lucro	Resultado de	Participação
<u>Informações relevantes sobre as controladas</u>	<u>social</u>	<u>líquido</u>	<u>(prejuízo)</u>	<u>equivalência</u>	<u>no capital</u>
Virgolino de Oliveira Empreend. Imob. S.A.	114.401	(7.945)	(344)	(77)	22,33%
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	(544.401)	(42.617)	(33.627)	78,91%
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda	26.380	41.018	(2.832)	(1.586)	56,04%
				(35.290)	

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

9 Imobilizado

	30/11/2022			31/10/2022
Descrição	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	61.725	(20.961)	40.764	40.909
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	395.900	(258.323)	137.577	139.026
Móveis e utensílios	2.764	(2.590)	174	179
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Veículos e equipamentos de transportes	36.159	(36.159)	-	-
Outras imobilizações	40	(40)	-	-
	508.446	(318.073)	190.373	191.972

A movimentação mensal das contas é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/10/2022				30/11/2022
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	40.909	-	(145)	-	40.764
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	139.026	-	(1.449)	-	137.577
Móveis e utensílios	179	-	(5)	-	174
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Veículos e equipamentos de transportes	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
	191.972	-	(1.599)	-	190.373

10 Fornecedores

	30/11/2022
Fornecedores de matéria prima cana-de-açúcar	28.617
Fornecedores de materiais e serviços	22.247
	50.864

11 Empréstimos e financiamentos

	<u>30/11/2022</u>
Modalidades e encargos:	
CCB - Tx CDI + juros medios 1,73% a.a.	13.476
BNDES-FINAME - tx TJLP + 3,11% a.a.	<u>39.326</u>
	<u>52.802</u>
 No passivo circulante	 51.716
No passivo não circulante	<u>1.086</u>
	<u>52.802</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por aval dos acionistas e propriedades rurais.

12 Salários a pagar e encargos sociais

O saldo é assim apresentado:

	<u>30/11/2022</u>
Salários e encargos a pagar	13.686
Provisão de férias e encargos	244
Provisão para 13 salário e encargos	<u>151</u>
	<u>14.081</u>

13 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>30/11/2022</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	22.006
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	916
Parcelamentos tributários	1.440
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	3.275
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(1.871)</u>
Total	<u>25.766</u>

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	<u>30/11/2022</u>
No passivo circulante	22.922
No passivo não circulante	<u>2.844</u>
	<u>25.766</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic prevista em 13,65% a.a.

14 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/11/2022</u>
Tributos Estaduais	168.280
Tributos Federais	138.977
Tributos Municipais	675
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	20.886
Taxas a Associação de fornecedores de cana	457
Tributos Sindicais	<u>700</u>
	<u>329.975</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento de seu passivo tributário.

15 Outras contas a pagar

O saldo é assim apresentado:

	<u>30/11/2022</u>
Adiantamentos de clientes	24.463
Encargos financeiros complementares	36.278
Produto faturado a entregar	8.277
Demais contas a pagar	<u>22.643</u>
	<u>91.661</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 39.827, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outras (despesas) e receitas operacionais líquidas no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 16.744.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 455.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

18 Despesas operacionais por natureza

	<u>30/11/2022</u>
Despesas com pessoal	1.481
Serviços de terceiros	88
Insumos e materiais	206
Diversos	<u>83</u>
Total de despesas gerais e administrativas	<u>1.858</u>

19 Resultado financeiro

	<u>30/11/2022</u>
Receita Financeiras	
Ajustes a valor presente de dividas de longo prazo	1.854
Outras operações	<u>2</u>
	1.856
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(120.666)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(13.587)
Outras despesas financeiras	<u>(1.810)</u>
	(136.063)
Variações cambiais liquidas	<u>(243.563)</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(377.770)</u>

20 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
– Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

**Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em
Recuperação Judicial**
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Ariranha (SP), 22 de dezembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Balço patrimonial em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/11/2022	PASSIVO	Nota	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		2	Fornecedores	11	84.096
Contas a receber		681	Passivo de arrendamentos		134
Estoques		1.991	Empréstimos e financiamentos	12	3.661
Ativo biológico	8	-	Salários a pagar e encargos sociais	13	53.580
Impostos a recuperar	5	25.162	Impostos e contribuições a recolher	14	234.964
Adiantamentos a fornecedores	6	1.401	Outras contas a pagar	15	11.764
Outros créditos		3.587			
			Total do passivo circulante		388.199
Total do ativo circulante		32.824			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		8.182	Empréstimos e financiamentos	12	217
Partes relacionadas	7	49.674	Fornecedores	11	-
Impostos a recuperar		-	Passivo de arrendamentos		46
Outros créditos		-	Provisão para contingências		115.433
			Partes relacionadas	7	626.129
Total do realizável a longo prazo		57.856	Impostos e contribuições a recolher	14	438
			Provisão para perdas em investimentos	9	4.642.710
Imobilizado	10		Total do passivo não circulante		5.384.973
. Custo		146.943			
. Depreciação acumulada		(137.745)	Patrimônio líquido	17	
Direito de uso		179	Capital social		30.527
			Reserva de capital		5.020
		9.377	Ajuste de avaliação patrimonial		142.402
Total do ativo não circulante		67.233	Prejuízos acumulados		(5.851.063)
			Total do patrimônio líquido		(5.673.114)
Total do ativo		100.058	Total do passivo e patrimônio líquido		100.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	30/11/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de vendas	18	651	9.559
Impostos sobre vendas		(0)	(182)
Receita líquida de vendas		651	9.377
Custo dos produtos vendidos		(634)	(673)
Prejuízo bruto		17	8.704
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(695)	(5.900)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas		(4.272)	(35.522)
Total das despesas operacionais		(4.967)	(41.422)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(4.950)	(32.718)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(67.162)	(579.087)
Depreciações e amortizações		(452)	(3.626)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(72.565)	(615.431)
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		0	8
Despesas financeiras		(1.495)	(10.916)
Resultado financeiro líquido		(1.495)	(10.908)
Lucro (Prejuízo) do período		(74.060)	(626.339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(74.060)	(626.339)
Resultado abrangente total	(74.060)	(626.339)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Exercícios societários de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	30.527	5.020	142.402	(5.224.724)	(5.046.775)
Prejuízo do período	-	-	-	(626.339)	(626.339)
Em 30 de novembro de 2022	<u>30.527</u>	<u>5.020</u>	<u>142.402</u>	<u>(5.851.063)</u>	<u>(5.673.114)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(74.060)	(626.339)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	452	3.626
Resultado de equivalência patrimonial	67.162	579.087
Juros e variações monetárias e cambiais liquidas	6	45
	(6.440)	(43.324)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	179	1.167
Estoques	786	935
Adiantamentos a fornecedores	(0)	(14)
Outros créditos	(259)	64
Fornecedores	(3)	(23)
Salários e encargos sociais	419	(622)
Impostos e contribuições a recolher	1.733	11.786
Outras contas a pagar	3.854	33.815
Partes relacionadas	(268)	(3.782)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1	1
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de tratos culturais de cana-de-açúcar	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1	1
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2	2
No início do período	1	0
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1	1

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. A companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subseqüentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, com adoção de um modelo específico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.

O direito de uso dos ativos de arrendamentos é apresentado no ativo não circulante e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

2.7 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.8 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam estoques de insumos agrícolas e materiais de almoxarifado.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

5 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são assim apresentados:

	<u>30/11/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	24.779
Outros	<u>383</u>
	<u>25.162</u>

6 Adiantamentos a fornecedores

Os saldos estão apresentados líquidos de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos, e representam valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços.

7 Partes relacionadas

Referem-se a saldos mantidos com companhias e pessoas relacionadas, conforme abaixo:

	<u>30/11/2022</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	22.409	127.289
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	1.096	458.118
Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	927	8.058
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobiliários S.A. - Em recuperação judicial	5	1.589
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	25.237	17.447
Pessoas físicas	<u>-</u>	<u>13.628</u>
	<u>49.674</u>	<u>626.129</u>

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem o cultivo e o plantio de cana-de-açúcar para o abastecimento de matéria-prima no processo de produção de açúcar e etanol.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação da lavoura, dos tratamentos culturais e da variação do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo.

A Companhia revisou as estimativas e premissas adotadas como parâmetros de avaliação dos ativos biológicos, tais como a manutenção, colheita e o transporte, que tiveram aumento substancial na composição desses custos em virtude de alta expressiva nos preços de insumos (substancialmente importados, como adubos e fertilizantes), além de combustíveis. Na atual avaliação, o valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, apresentou valoração negativa, isto é, os

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

custos operacionais superaram as receitas estimadas, e por essa razão, as avaliações positivas até então existentes, foram estornadas e os ativos biológicos nessa data estão sendo apresentados ao custo, pelos montantes apropriados como tratos culturais das lavouras.

A movimentação do período é assim demonstrada:

	<u>30/11/2022</u>
Saldo no início do período	794
Redução decorrente de colheita (tratos culturais)	<u>(794)</u>
Saldo no final do período	<u>-</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos às suas plantações, sendo os principais a seguir mencionados:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Companhia realiza análises regulares da tendência do mercado como forma de garantir os volumes necessários para o seu cliente, para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução e mitigação desses riscos, incluindo inspeções regulares da situação e análises de doenças e pragas das plantações.

Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período entre março a novembro de cana ano. Essa situação pode gerar variações nos níveis de estoques da Companhia, nos diversos meses do exercício e poderão ter ou causar efeitos adversos sobre os resultados operacionais, em determinado período e ainda na sua geração de caixa da Companhia.

9 Investimentos – Provisão para perdas em Investimentos

A Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 4.642.710 é apresentada no Passivo não circulante e representa a participação acionária detida pela Companhia na controlada direta Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, equivalente a 61,7762% do seu capital, que nesta data, apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

7.515.371. O resultado de equivalência patrimonial apurado nesse investimento representou despesa no resultado do período no montante de R\$ 579.087.

10 Imobilizado

O imobilizado tem a seguinte composição:

	30/11/2022			31/10/2022
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(81.015)	4.899	4.979
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.622)	1.579	1.593
Máquinas e implementos agrícolas	23.414	(22.006)	1.408	1.494
Veículos e equipamentos de transportes	17.545	(17.368)	177	195
Outras imobilizações	9.868	(8.734)	1.134	1.138
	146.942	(137.745)	9.197	9.399

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2022
Lavouras de cana-de-açúcar	4.979	-	(80)	-	4.899
Edifícios e benfeitorias	1.593	-	(14)	-	1.579
Máquinas e implementos agrícolas	1.494	-	(86)	-	1.408
Veículos e equipamentos de transportes	195	-	(18)	-	177
Outras imobilizações	1.138	-	(4)	-	1.134
	9.399	-	(202)	-	9.197

11 Fornecedores

Os saldos a pagar a fornecedores possuem a seguinte composição:

	30/11/2022
Fornecedores de materiais e serviços	64.536
Contas a pagar de arrendamentos	19.560
	84.096

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tem a seguinte composição:

	<u>30/11/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINAME/MODERFROTA - Tx da TJLP + 3,11%a.a.	2.551
CCB - Tx CDI + juros medios 1,5% a.a.	<u>1.327</u>
Total	<u>3.878</u>
Passivo circulante	3.661
Passivo não circulante	<u>217</u>
	<u>3.878</u>

13 Salários a pagar e encargos sociais

	<u>30/11/2022</u>
Salários e honorarios e encargos a pagar	51.650
Provisão de férias e encargos	1.289
Provisão para 13 salário e encargos	<u>641</u>
	<u>53.580</u>

14 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/11/2022</u>
Tributos Estaduais	11.198
Tributos Federais	165.372
Tributos Municipais	1.296
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	56.331
Tributos Sindicais	<u>1.205</u>
	<u>235.402</u>
Passivo circulante	234.964
Passivo não circulante	<u>438</u>
	<u>235.402</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

15 Outras contas a pagar

	<u>30/11/2022</u>
Adiantamentos de clientes	6.523
Encargos financeiros complementares	4.771
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	405
Demais contas a pagar	<u>65</u>
	<u>11.764</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 115.433, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda, considerada pelos consultores jurídicos, é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e foram estimadas em R\$ 22.596.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 5.358.361 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

18 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>30/11/2022</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	6.477
Outras vendas	3.081
Receita Bruta das vendas	9.558
(-) Impostos sobre vendas	(181)
Receita líquida das vendas	<u>9.377</u>

19 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>30/11/2022</u>
Despesas com pessoal	5.644
Serviços de terceiros	49
Diversos	880
	<u>6.573</u>
A reconciliação de despesas e custos operacionais é assim apresentada:	
Custos dos produtos vendidos	673
Despesas gerais e administrativas	5.900
	<u>6.573</u>

20 Resultado financeiro

O resultado financeiro é assim apresentado:

	<u>30/11/2022</u>
Receitas financeiras	
Outras operações	8
	<u>8</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(10.870)
Outras despesas financeiras	(38)
	<u>(10.916)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(10.908)</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

21 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e suas Notas explicativas da Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 22 de dezembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/11/2022	PASSIVO	Nota	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		-	Fornecedores	9	109.182
Contas a receber		589	Passivo de arrendamentos		27
Estoques	3	2.214	Empréstimos e financiamentos	10	22.688
Ativo biológico	7	-	Salários a pagar e encargos sociais	11	33.717
Impostos a recuperar	4	28.571	Impostos e contribuições a recolher	12	244.555
Adiantamentos a fornecedores	5	2.259	Outras contas a pagar	13	26.102
Outros créditos		105			
Total do ativo circulante		33.738	Total do passivo circulante		436.271
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		2.841	Empréstimos e financiamentos	10	1.023
Partes relacionadas	6	100.756	Provisão para contingências	14	97.872
Total do realizável a longo prazo		103.597	Partes relacionadas	6	149.300
			Total do passivo não circulante		248.195
Imobilizado	8		Patrimônio líquido	15	
. Custo		144.532	Capital social		813.334
. Depreciação acumulada		(141.828)	Reserva de capital		1.470
Direito de uso		27	Ajuste de avaliação patrimonial		14
			Prejuízos acumulados		(1.359.219)
		2.731	Total do patrimônio líquido		(544.401)
Total do ativo não circulante		106.328	Total do passivo		684.466
Total do ativo		140.065	Total do passivo e patrimônio líquido		140.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	30/11/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		0	6.019
Impostos indícendos sobre vendas		(0)	(123)
Receita líquida de vendas	16	0	5.896
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7	-	-
Custo dos produtos vendidos	17	(0)	(0)
Lucro (prejuízo) bruto		(0)	5.895
Despesas receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(211)	(1.477)
Outras despesas operacionais, líquidas		(3.126)	(33.937)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(3.336)	(29.519)
Depreciações e amortizações		(591)	(1.759)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(3.927)	(31.278)
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		0	5
Despesas financeiras		(1.595)	(11.344)
Resultado financeiro líquido		(1.594)	(11.338)
Prejuízo do período/exercício		(5.522)	(42.617)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(5.522)	(42.617)
Resultado abrangente	<u>(5.522)</u>	<u>(42.617)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Resultado do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2022	813.334	1.470	14	(1.316.602)	(501.784)
Prejuízo do exercício				(42.617)	(42.617)
Em 30 de novembro de 2022	<u>813.334</u>	<u>1.470</u>	<u>14</u>	<u>(1.359.219)</u>	<u>(544.401)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstração Fluxo de Caixa período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(5.522)	(42.617)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	591	1.759
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	60	515
	(4.871)	(40.342)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	563	(548)
Estoques	2	52
Adiantamentos a fornecedores	(0)	(85)
Outros créditos	(52)	239
Fornecedores	17	(35)
Salários e encargos sociais	136	(20)
Impostos e contribuições a recolher	1.628	11.227
Outras contas a pagar	3.635	33.809
Partes relacionadas	(1.058)	(4.300)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	(3)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de tratos culturais da cana-de-açúcar	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	(3)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	-	-
No início do período	-	3
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	(3)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, (pertencente ao mesmo Grupo), que exerce a atividade industrial. A companhia possui uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Máquinas e implementos agrícolas	12,22%
Veículos e equipamentos de transportes	12,93%
Outras imobilizações	11,84%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,28% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Arrendamentos

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, com adoção de um modelo específico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.

O direito de uso dos ativos de arrendamentos é apresentado no ativo não circulante e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

2.7 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.8 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização. O saldo apresentado refere-se a itens de almoxarifado.

4 Impostos a recuperar

O saldo é assim apresentado:

	<u>30/11/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	28.397
Outros	<u>174</u>
	<u>28.571</u>

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

5 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços representam valores adiantados, para a entrega de materiais e serviços, estando o saldo apresentado líquido de qualquer redução ao valor recuperável desses ativos.

6 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com coligadas e pessoas físicas relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes. Estão apresentados nos ativos e passivos não circulante, conforme a seguir:

	30/11/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	8.058	927
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	15.302	22.929
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	48.685	55.308
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	-	38.029
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	28.711	5.108
Pessoas físicas	-	26.999
	<u>100.756</u>	<u>149.300</u>

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem o cultivo e o plantio de cana-de-açúcar para o abastecimento de matéria-prima no processo de produção de açúcar e etanol.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação da lavoura, dos tratamentos culturais e da variação do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo.

A Companhia revisou as estimativas e premissas adotadas como parâmetros de avaliação dos ativos biológicos, tais como a manutenção, colheita e o transporte, que tiveram aumento substancial na composição desses custos em virtude de alta expressiva nos preços de insumos (substancialmente importados, como adubos e fertilizantes), além de combustíveis. Na atual avaliação, o valor justo das lavouras, apresentou valoração negativa, isto é, os custos operacionais superaram as receitas estimadas, e por essa razão os ativos biológicos nessa data estão sendo apresentados ao custo, pelos montantes apropriados como tratamentos culturais das lavouras.

A movimentação do período é assim demonstrada:

	30/11/2022
Saldo inicial	200
Redução decorrente de colheita da lavoura (baixa de tratamentos culturais)	<u>(200)</u>
Saldo final	<u>-</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos às suas plantações, como a seguir destacado:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução e mitigação desses riscos, incluindo inspeções regulares da situação e análises de doenças e pragas industriadas lavouras.

Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de abril a novembro de cana ano. Essa situação pode gerar variações nos níveis de estoques da Companhia, ocasionalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas nos períodos de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e na geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais da Companhia e ainda na sua geração de caixa.

8 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é assim apresentada:

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/11/2022			31/10/2022
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(66.767)	1.232	1.600
Edifícios e benfeitorias	13.257	(13.257)	-	-
Máquinas e implementos agrícolas	33.396	(32.708)	688	766
Obras em andamento	95	-	95	95
Veículos e equipamentos de transportes	20.647	(20.436)	211	229
Outras imobilizações	9.138	(8.660)	478	483
	<u>144.532</u>	<u>(141.828)</u>	<u>2.704</u>	<u>3.173</u>

A movimentação mensal é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/10/2022	Adições	Depreciações	Baixas	30/11/2022
Lavouras de cana-de-açúcar	1.600	-	(368)	-	1.232
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas e implementos agrícolas	766	-	(78)	-	688
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Veículos e equipamentos de transportes	229	-	(18)	-	211
Outras imobilizações	483	-	(5)	-	478
	<u>3.173</u>	<u>-</u>	<u>(469)</u>	<u>-</u>	<u>2.704</u>

9 Fornecedores

O saldo tem a seguinte composição:

	30/11/2022
Fornecedores de materiais e serviços	97.968
Contas a pagar de arrendamentos	<u>11.214</u>
	<u>109.182</u>

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

10 Empréstimos e financiamentos

	<u>30/11/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINEM e FINAME - Tx da TJLP + 3,11% a 3,49%a.a.	12.997
CCB - Tx CDI + juros medios 1,73% a.a.	<u>10.714</u>
Total	<u>23.711</u>
Passivo circulante	22.688
Passivo não circulante	<u>1.023</u>
Total	<u>23.711</u>

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por avais dos acionistas e propriedades rurais.

11 Salários a pagar e encargos sociais

	<u>30/11/2022</u>
Salários e encargos a pagar	33.029
Provisão de férias e encargos	456
Provisão para 13 salário e encargos	<u>232</u>
	<u>33.717</u>

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/11/2022</u>
Tributos Estaduais	37.420
Tributos Federais	153.033
Tributos Municipais	1.922
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	50.473
Tributos Sindicais	<u>1.707</u>
	<u>244.555</u>

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

13 Outras contas a pagar

	<u>30/11/2022</u>
Adiantamentos de clientes	3.487
Encargos financeiros complementares	21.856
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	519
Demais contas a pagar	<u>240</u>
	<u>26.102</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 97.872, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outros resultados operacionais líquidos.

Adicionalmente, existem outras demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 35.145.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 813.334.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e tem a seguinte apresentação:

Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	31/10/2022
Receita bruta das vendas	6.019
(-) Impostos sobre vendas	(123)
Receita líquida das vendas	<u>5.896</u>

17 Despesas e custos operacionais por natureza

	30/11/2022
Receita bruta das vendas	6.019
(-) Impostos sobre vendas	(123)
Receita líquida das vendas	<u>5.896</u>

18 Resultado financeiro

	30/11/2022
Receitas Financeiras	
Outras receitas financeiras	<u>5</u>
	5
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(271)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(10.829)
Outras despesas financeiras	<u>(243)</u>
Despesas financeiras	<u>(11.343)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(11.338)</u>

19 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira
Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em
Recuperação Judicial
Relatório das demonstrações financeiras**

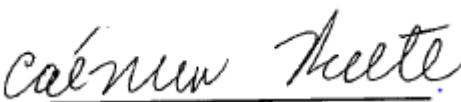
Aos Quotistas da

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, Demonstração dos resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido e dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial, relativo ao período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Itapira (SP), 22 de dezembro de 2022.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	30/11/2022	PASSIVO	30/11/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Contas a Pagar	0
Contas a receber	0	Impostos e Contribuições a recolher	3
Total do Ativo circulante	10	Total do passivo circulante	3
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	45	Capital Social	10
Total do ativo não circulante	45	Lucros acumulados	42
		Total do patrimônio líquido	52
Total do ativo	55	Total do passivo	55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado do período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita Operacional líquida	-	-
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas Operacionais	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido	(0)	(0)
Imposto de renda e contribuição social	(0)	(0)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(0)</u>	<u>0</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(0)</u></u>	<u><u>0</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	42	52
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-
Em 30 de novembro de 2022	<u>10</u>	<u>42</u>	<u>52</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	(0)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	(0)
Partes relacionadas	-	0
Impostos e contribuições a recolher	0	(0)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

Carmen Aparecida Ruete de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

3 Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	30/11/2022
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	17
Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Alcool - Em recuperação judicial	28
	<u>45</u>

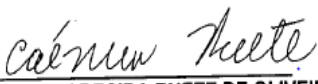
4 Patrimônio líquido

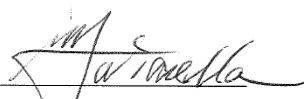
Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todas pertencentes à Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira.

5 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

* * *

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial

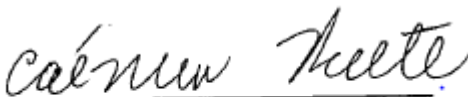
Relatório das demonstrações financeiras

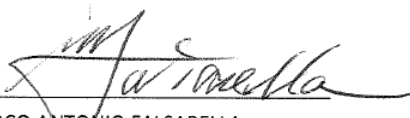
Aos Quotistas da
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, Demonstração de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial, relativo ao período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Itapira (SP), 22 de dezembro de 2022.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Balanco Patrimonial em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	30/11/2022	PASSIVO	30/11/2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Contas a Pagar	0
Contas a receber	-	Impostos e Contribuições a recolher	5
Total do Ativo circulante	10	Total do passivo circulante	6
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	98	Capital Social	10
Total do ativo não circulante	98	Lucros acumulados	92
		Total do patrimônio líquido	102
Total do ativo	108	Total do passivo	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	55
Impostos sobre vendas	-	(1)
Receita líquida de vendas	-	53
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(1)
Resultado financeiro líquido	(0)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51
Resultado abrangente total	(0)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	41	51
Lucro líquido (prejuízo) do período		51	51
Em 30 de novembro de 2022	10	92	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do fluxo de caixa do período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	51
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	43
Contas a pagar	-	0
Partes relacionadas	-	(98)
Impostos e contribuições a recolher	0	3
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

3 Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	30/11/2022
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	77
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	21
	<u>98</u>

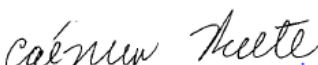
4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todo pertencente ao espólio da Sra. Carmen Ruete de Oliveira.

5 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


 MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

* * *

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório das demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Jose Bonifácio - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Jose Bonifácio (SP), 22 de dezembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/11/2022	PASSIVO	Nota	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		1	Fornecedores		13
Estoques		1	Impostos e contribuições a recolher	4	2.314
Impostos a recuperar		20	Outras contas a pagar		29
Adiantamentos a fornecedores		140			
Outros créditos		158	Total do passivo circulante		2.356
Total do ativo circulante		320			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos Judiciais		225	Provisão para contingências		767
Partes relacionadas	3	114.304	Partes relacionadas	3	120.330
			Outras contas a pagar		358
Total do realizável a longo prazo		114.529	Total do passivo não circulante		121.455
Total do ativo não circulante		114.529	Patrimônio líquido	5	
			Capital social		50
			Prejuízos acumulados		(9.012)
			Total do patrimônio líquido		(8.962)
			Total do passivo		123.811
Total do ativo		114.848	Total do passivo e patrimônio líquido		114.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas	30/11/2022	
		Mensal	Acumulado
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		-	(0)
Outros resultados operacionais		(0)	(4)
Total das despesas operacionais		(0)	(4)
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras		0	1
Despesas Financeiras		(17)	(112)
Resultado financeiro líquido	6	(17)	(111)
Lucro (prejuízo) do período		(17)	(115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (prejuízo) do período	(17)	(115)
Resultado abrangente total	(17)	(115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	50	(8.897)	(8.847)
Resultado do exercício	<u> </u>	<u>(115)</u>	<u>(115)</u>
Em 30 de novembro de 2022	<u>50</u>	<u>(9.012)</u>	<u>(8.962)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(17)	(115)
Varição nos ativos e passivos		
Outros créditos	0	(1)
Depósitos Judiciais	0	(44)
Impostos e contribuições a recolher	15	(284)
Outras contas a pagar	(1)	390
Partes relacionadas	1	50
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1)	(5)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	1	1
No início do período	2	6
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1)	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas. A companhia está com suas atividades operacionais paralisadas.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Provisões para contingências

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

3 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

R.O. Serviços Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	30/11/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	17.448	25.236
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	69.098	33.171
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	22.641	33.213
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	5.108	28.710
Virgolino de Oliveira Empr. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	9	-
	114.304	120.330

4 Impostos e contribuições a recolher

Os saldos de Impostos e contribuições a recolher referem-se substancialmente a tributos federais, para os quais a administração está em tratativas para o seu parcelamento.

5 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 50, está dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

6 Despesas financeiras

Referem-se substancialmente a encargos provisionados sobre impostos e contribuições a recolher.

7 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Aos Acionistas da
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, de Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Ariranha (SP), 22 de dezembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	30/11/2022	PASSIVO	30/11/2022
Não circulante		Circulante	
Investimentos	0	Contribuição previdenciária a recolher	3
		Outras Contas a Pagar	(0)
	<u>0</u>	Total do passivo circulante	<u>3</u>
Total do ativo não circulante	<u>0</u>	Não circulante	
		Partes relacionadas	47
		Total do passivo não circulante	<u>47</u>
		Patrimônio líquido	
		Capital social	2.256
		Prejuízos acumulados	(2.305)
		Total do patrimônio líquido	<u>(50)</u>
		Total do passivo	<u>50</u>
Total do ativo	<u><u>0</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>0</u></u>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado periodo societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/11/2022
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	-
Total das despesas operacionais	-
Lucro (prejuízo) do período	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultados abrangentes

Período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

30/11/2022

Prejuízo do período/exercício

-

Resultado abrangente total

-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido

Período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	2.256	(2.306)	(50)
Resultado do período		-	-
Em 30 de novembro de 2022	<u>2.256</u>	<u>(2.306)</u>	<u>(50)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Catanduva S/A - Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa periodo societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	30/11/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do periodo	(0)
	(0)
Variação nos ativos e passivos	
Impostos e contribuições a recolher	0
Partes relacionadas	0
Caixa liquido proveniente das atividades operacionais	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	
No final do periodo	-
No inicio do periodo	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas já a longa data.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4 Investimentos

Os investimentos são remanescentes desde a época operacional da Companhia e apresentados ao valor de custo. Apesar de estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada um, sendo baixas as expectativas de adequada mensuração e na recuperação desses ativos, e por conseguinte, é mantida “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (estão sendo aqui apresentados em Reais) conforme segue:

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de reais

Conta	Descrição do investimento ao custo	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisão para Perdas
13130011	FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(2.324,07)
13131011	FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia - IPC-90	893,86	
13140002	Cooperativa dos Fornecedoros de Cana e Agropecuaristas de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
13140003	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus	94.240,86	(94.522,71)
13141003	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus - IPC 90	281,85	
13140004	Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCAN	230,00	(230,00)
13140006	Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(52,36)
13141006	Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba - IPC 90	26,24	
13140007	Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	86,80	(174,01)
13141007	Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas - IPC 90	87,21	
		97.619,31	(97.619,31)

5 Partes relacionadas

Os saldos com Partes relacionadas são apresentados ao custo no Passivo Não Circulante, conforme abaixo:

	<u>30/11/2022</u>
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	<u>1</u>
	<u>47</u>

6 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 2.256, está dividido em 19.842 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

7 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


Joamir Alves
 Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira
Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial **Relatório da administração**

Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e suas Notas explicativas da Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Ariranha (SP), 22 de dezembro de 2022.



Joamir Alves
Diretor Presidente



Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/11/2022	PASSIVO	Nota	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		3	Partes relacionadas		2
Total do ativo circulante		3	Total do passivo circulante		2
Não circulante			Patrimônio líquido	5	
Imobilizado	4		Capital social		26.380
. Custo		127.416	Ajuste de avaliação patrimonial		31.922
. Depreciação acumulada		(86.398)	Prejuízos acumulados		(17.284)
		41.018	Total do patrimônio líquido		41.018
Total do ativo não circulante		41.018			
Total do ativo		41.021	Total do passivo e patrimônio líquido		41.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	30/11/2022	
		Mensal	Acumulado
(Despesas) receitas operacionais	6		
Gerais e administrativas		-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-
Total das despesas operacionais		-	-
Depreciações e amortizações		(399)	(2.832)
Prejuízo do período/exercício		(399)	(2.832)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado abrangente do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Prejuízo do período/exercício	(399)	(2.832)
Resultado abrangente total	(399)	(2.832)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de abril de 2022	26.380	31.922	(14.452)	43.850
Prejuízo do período			(2.832)	(2.832)
Saldo em 30 de novembro de 2022	26.380	31.922	(17.284)	41.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(399)	(2.832)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização e outras	399	2.832
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	-
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	3	3
No início do período	3	3
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo e uma filial em Jose Bonifácio, também no Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a atividade de geração e comércio de energia elétrica e vapor, a partir da queima de bagaço da cana de açúcar e/ou outras matérias combustíveis vegetais, podendo participar em outras sociedades.

A Companhia não entrou em operação, e aguarda autorização pelos órgãos e agências oficiais. O resultado apresentado é substancialmente relacionado à depreciação dos equipamentos da Companhia.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3a(iii)** - Imobilizado (vida útil).

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção acrescido do custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada conforme práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	2,77%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	7,25%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4 Imobilizado

	30/11/2022			31/10/2022
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	2.323	(1.074)	1.249	1.254
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	125.093	(85.324)	39.769	40.163
	<u>127.416</u>	<u>(86.398)</u>	<u>41.018</u>	<u>41.417</u>

A movimentação mensal é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/10/2022	Adições	Depreciações	Baixas	30/11/2022
Edifícios e benfeitorias	1.254	-	(5)	-	1.249
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	40.163	-	(394)	-	39.769
	<u>41.417</u>	<u>-</u>	<u>(399)</u>	<u>-</u>	<u>41.018</u>

5 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado está dividido em 26.380.323 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada.

6 Resultado do Exercício

Como mencionado na Nota 1, a Companhia não entrou em operação; o resultado apurado, é substancialmente relacionado à depreciação dos equipamentos.

Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

7 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira
Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em
Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em
Recuperação Judicial.
Relatório da administração**

Aos Acionistas da
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial.
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Ariranha (SP), 22 de dezembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/11/2022	Passivo	Notas	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Impostos a recuperar		16	Fornecedores		84
			Empréstimos e financiamentos	7	31.405
Total do ativo circulante		16	Impostos e contribuições a recolher	8	5.094
			Outras contas a pagar		478
Não circulante			Total do passivo circulante		37.062
Depósitos judiciais		266			
Partes relacionadas	3	74.724	Não circulante		
		74.990	Passivo fiscal diferido		22.508
			Partes relacionadas	3	129.770
			Total do passivo não circulante		152.278
Investimentos	4	8.996			
Imobilizado	5		Patrimônio líquido	9	
. Custo		92.618	Capital social		114.401
. Depreciação acumulada		(64)	Reserva de capital		1.780
Propriedades para investimentos	6	4.840	Ajuste de avaliação patrimonial		43.694
		106.389	Prejuízos acumulados		(167.820)
Total do ativo não circulante		181.379	Total do patrimônio líquido		(7.945)
			Total do passivo		189.340
Total do ativo		181.395	Total do passivo e patrimônio líquido		181.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita líquida de vendas	-	-
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(40)	(122)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-
Total das despesas operacionais	(40)	(122)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações	(40)	(122)
Depreciações e amortizações	-	(0)
Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	0	1
Despesas Financeiras líquidas	(40)	(222)
Resultado financeiro líquido	(40)	(223)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(80)	(344)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente do período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	30/11/2022	
	<u>Mensal</u>	<u>Acumulado</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	(80)	(344)
Resultado abrangente total	<u>(80)</u>	<u>(344)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado do período de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de abril de 2022	114.401	1.780	43.694	(167.476)	(7.601)
Resultado do período/exercício				(344)	(344)
Saldo em 30 de novembro de 2022	<u>114.401</u>	<u>1.780</u>	<u>43.694</u>	<u>(167.820)</u>	<u>(7.945)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial
Demonstração do Fluxo de Caixa período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período/exercício	(80)	(344)
Varição nos ativos e passivos		
Impostos e contribuições a recolher	80	344
Outras contas a pagar	-	(1)
Partes relacionadas	-	1
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	0	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0	0
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	-	-
No início do período	-	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante operações imobiliárias de compra e venda de imóveis, implantação de loteamentos e demais atividades imobiliárias relacionadas, o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador e ainda o cultivo e a comercialização da cana-de-açúcar em áreas próprias em regime de parceria rural com a companhia do grupo Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., sendo a produção comercializada com a unidade industrial Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, também empresa do grupo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	5,57%

2.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou da unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.6 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

2.7 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.8 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

	30/11/2022	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	1.588	5
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	6.642	123
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	28.468	-
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	38.026	-
R.O. serviços Agrícolas S.A. Em recuperação judicial	-	9
Pessoas físicas	-	129.633
	<u>74.724</u>	<u>129.770</u>

4 Investimentos

Representa o saldo de investimento mantido em controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda., destinado a futuro loteamento (que ainda não entrou em operação):

Investida	Localidade	Área (ha)	% Participação	Valor R\$ Mil
Loteamento Residencial Jardim das Palmeiras SPE Ltda.	Palmares Paulista/SP	6,23	99,9970%	8.996
				<u>8.996</u>

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

5 Imobilizado

	30/11/2022			31/10/2022
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	92.553	-	92.553	92.553
Edifícios e benfeitorias	64	(64)	-	-
	92.617	(64)	92.553	92.553

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2022
Terrenos e propriedades	92.553	-	-	-	92.553
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
	92.553	-	-	-	92.553

6 Propriedade para investimentos

Representa propriedade localizada no Estado de São Paulo, em área próxima à centro urbano e possui perfil imobiliário para futuro loteamento. É avaliado ao valor justo dessa propriedade, determinado com base em método comparativo direto de dados de mercado, em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, qualidade e dimensões dos imóveis, entre outros aspectos) observados no mercado.

7 Empréstimos e financiamentos

O saldo refere-se a contas a pagar a determinado Fundo de investimentos em direitos creditórios, que assumiu recebíveis contra a Companhia, junto a certas instituições financeiras, e teve como vencimento a data de 11 de outubro de 2020.

8 Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher, referem-se a tributos federais, para os quais a administração está em tratativas para o seu parcelamento.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 85.122.850 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

10 Despesas financeiras líquidas

O saldo é substancialmente representado por juros e atualizações sobre impostos e contribuições a recolher.

11 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial

Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Ariranha (SP), 22 de dezembro de 2022.


Joamir Alves
Diretor Presidente


Marco Antonio Falsarella
Contador CRC 1SP139.056/O-4

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool - Em Recuperação Judicial
Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/11/2022	PASSIVO	Nota	30/11/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		39	Fornecedores	11	58.142
Contas a receber	3	2.170	Empréstimos e financiamentos	12	401.417
Estoques	4	1.418	Salários a pagar e encargos sociais	13	24.828
Impostos a recuperar	5	12.768	Contas a pagar - Cooperativa	14	27.351
Adiantamentos a fornecedores	6	34.959	Impostos e contribuições a recolher	15	474.394
Outros créditos	8	166.651	Outras contas a pagar	16	140.547
Total do ativo circulante		218.006	Total do passivo circulante		1.126.679
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais		272.576	Empréstimos e financiamentos	12	12.080
Outros créditos	8	239.596	Contas a pagar - Cooperativa	14	60.215
Partes relacionadas	7	237.063	Provisão para contingências	17	115.009
Total do realizável a longo prazo		749.235	Passivo fiscal diferido		40.347
Investimentos	9	55.356	Partes relacionadas	7	4.186.975
Imobilizado	10		Provisão para perdas em investimentos	9	3.173.197
. Custo		528.941	Outras contas a pagar	16	68
. Depreciação acumulada		(352.339)	Total do passivo não circulante		7.587.890
		231.958	Patrimônio líquido	18	
Total do ativo não circulante		981.193	Capital social		33.399
			Reserva de capital		6.537
			Ajuste de avaliação patrimonial		207.861
			Prejuízos acumulados		(7.763.168)
			Total do patrimônio líquido		(7.515.371)
			Total do passivo		8.714.570
Total do ativo		1.199.199	Total do passivo e patrimônio líquido		1.199.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	30/11/2022	
		Mensal	Acumulado
Receita bruta de vendas		1	409
Impostos sobre vendas		(0)	(96)
Receita líquida de vendas	19	1	313
Custo dos produtos vendidos	20	(1)	(70)
Prejuízo bruto		(0)	243
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(1.492)	(12.748)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas		(1.106)	(7.181)
Total das despesas operacionais		(2.598)	(19.929)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(2.598)	(19.685)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(51.690)	(442.836)
Depreciações e amortizações		(1.442)	(10.101)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(55.730)	(472.622)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	33	1.229
Despesas financeiras		(24.291)	(179.131)
Variações cambiais, líquidas		(29.273)	(290.151)
Resultado financeiro líquido		(53.531)	(468.052)
IR/CS Diferidos		542	3.280
Prejuízo do período/exercício		(108.719)	(937.394)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado abrangente período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(108.719)	(937.394)
Resultado abrangente total	(108.719)	(937.394)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de abril de 2022	33.399	6.537	214.420	(6.832.333)	(6.577.977)
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos			(6.559)	6.559	
Prejuízo do período				(937.394)	(937.394)
Em 30 de novembro de 2022	33.399	6.537	207.861	(7.763.168)	(7.515.371)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em Recuperação Judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Demonstração do fluxo de caixa	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(108.719)	(937.394)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.442	10.101
Impostos diferidos	(542)	(3.280)
Resultado de equivalencia patrimonial	51.690	442.836
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	4.309	36.481
	(51.820)	(451.257)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	260	(4)
Estoques	4	82
Adiantamentos a fornecedores	(64)	(1.081)
Outros créditos	(491)	7.395
Fornecedores	4	(67)
Salários e encargos sociais	479	(147)
Impostos e contribuições a recolher	1.471	20.544
Outras contas a pagar	1.368	9.992
Partes relacionadas	48.796	414.545
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6	2
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	6	2
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	39	39
No início do período	33	37
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	6	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e da controlada Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. A Companhia é pertencente ao Grupo Virgolino de Oliveira e possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo. No exercício em curso, essa unidade de Itapira não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da

unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,64%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,41%
Veículos e equipamentos de transportes	14,54%
Outras imobilizações	11,69%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para

ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da

Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

2.13 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando movimentada é registrada em despesas comerciais, na conta de despesas operacionais no resultado do exercício.

O saldo do contas a receber está composto da seguinte forma:

	<u>30/11/2022</u>
Clientes no mercado interno	2.365
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(195)</u>
	<u>2.170</u>

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

5 Impostos a recuperar

A composição é como segue:

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

	<u>30/11/2022</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.394
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.502
Imposto de Renda	316
Outros	<u>556</u>
	<u>12.768</u>

6 Adiantamentos a fornecedores

Representam valores de adiantamentos a fornecedores de matéria prima cana de açúcar e de materiais e serviços, assim apresentados:

	<u>30/11/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	18.953
Fornecedores de materiais	<u>16.006</u>
	<u>34.959</u>

7 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com Partes relacionadas, em operações realizadas conforme condições específicas, definidas entre as partes, estando assim apresentado:

As operações com ativos e passivos correspondem a adiantamentos de recursos, concedidos (ativos) ou recebidos (passivos) em condições específicas definidas entre as partes. Os saldos ativos são apresentados no Ativo não circulante e aqueles do Passivo são apresentados no Passivo não circulante.

A composição dos saldos é a seguinte:

	<u>30/11/2022</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	127.289	22.410
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	53.503	52.274
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	22.929	15.302
Virgolino de Oliveira Empreend. Imobil. S.A. - Em recuperação judicial	123	6.642
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	33.171	69.097
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46	-
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. - Em recuperação judicial	2	-
Virgolino de Oliveira Finance S.A.		3.929.048
Pessoas físicas	<u>-</u>	<u>92.202</u>
	<u>237.063</u>	<u>4.186.975</u>

8 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	<u>30/11/2022</u>
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	398.561
Empréstimos compulsórios	2.498
Demais contas a receber	<u>5.187</u>
	<u>406.246</u>
Ativo circulante	166.651
Ativo não circulante	<u>239.596</u>
	<u>406.246</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que a Companhia possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. A Companhia espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

9 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	<u>30/11/2022</u>
Virgolino de Oliveira Finance S/A	22.298
Virgolino de Oliveira Bioenergia S/A - Em recuperação judicial	18.031
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>15.027</u>
	<u>55.356</u>

Os investimentos nas controladas Virgolino de Oliveira Finance S.A. e Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda – Em recuperação judicial, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial; e o investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado pelo custo ajustado pelo valor justo.

A Provisão para perdas é apresentada no Passivo não circulante, e representa o valor da participação acionária detida nas controladas diretas Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., Agropecuária Terras Novas S.A. e Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A, que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), conforme abaixo:

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

	30/11/2022
Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial	3.052.264
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	114.774
Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S/A - Em recuperação judicial	6.159
	3.173.197

A seguir, apresentamos um sumário das informações financeiras nas companhias controladas e coligada

	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período	Resultado de equivalência patrimonial	Participação no capital social - %
Virgolino de Oliveira Empreend. Imob. S.A.	114.401	(7.945)	(344)	(267)	77,52%
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	(3.072.180)	(436.826)	(433.994)	99,35%
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	(544.401)	(42.617)	(8.984)	21,08%
Virgolino de Oliveira Finance S.A.	47.889	22.298	1.654	1.654	100,00%
Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda	26.380	41.018	(2.832)	(1.245)	43,96%
Resultado de Equivalencia Patrimonial (despesas)				(442.836)	

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

A Companhia possui outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes desde a época em que recebeu como parte do acervo líquido da incorporação de ativos da Usina Catanduva ocorrido em 30/10/1997. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada uma delas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, em uma adequada avaliação e mensuração são baixas, e por conseguinte, foi constituída “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

Conta	Descrição	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisao para perdas
13130002	BANCO BRADESCO S.A.	285,02	(285,02)
13130004	BANCO FENICIA S/A	2,24	(2,24)
13130007	BANCO NACIONAL S/A	3.344,27	(3.344,27)
13130008	BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - BBC	50.000,00	(50.000,00)
13130011	EMBRAER S/A	13.445,58	(13.445,58)
13130012	CONDECRER S/A	25.176,56	(25.176,56)
13130020	FISSET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
13130022	F I N A N	47.655,88	(47.655,88)
13130024	FUNDO INVEST. SETORIAL FISSET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
13130027	HOSPITAL SAO DOMINGOS S/A	2.491,22	(2.491,22)
13130031	PAGRISA PASTORIL AGRICOLA S/A	1.221,74	(1.221,74)
13130033	F I N O R	3.057,37	(3.057,37)
13140002	C O F O C A T	19.327,69	(19.327,69)
13140008	COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
13140010	COOPERATIVA DE MOCOCA	582,05	(582,05)
13140012	COOP PLANT CANA DO OESTE SP	1.119,45	(1.119,45)
	Total	183.942,81	(183.942,81)

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

10 Imobilizado

A composição é a seguinte:

Descrição	30/11/2022			31/10/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	94.114	(47.070)	47.044	47.272
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	395.152	(281.527)	113.625	114.805
Móveis e utensílios	6.349	(4.923)	1.426	1.436
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Veículos e equipamentos de transportes	18.738	(18.592)	146	170
Outras imobilizações	528	(228)	300	301
	528.941	(352.340)	176.601	178.044

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2022	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2022
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	47.272	-	(228)	-	47.044
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	114.805	-	(1.180)	-	113.625
Móveis e utensílios	1.436	-	(10)	-	1.426
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Veículos e equipamentos de transportes	170	-	(24)	-	146
Outras imobilizações	301	-	(1)	-	300
	178.044	-	(1.443)	-	176.601

11 Fornecedores

O saldo é assim apresentado:

	30/11/2022
Fornecedores de materia prima cana-de-açúcar	22.092
Fornecedores de materiais e serviços	36.050
	58.142

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por avais dos acionistas e propriedades rurais, e tem a seguinte composição:

	<u>30/11/2022</u>
Modalidades e encargos:	
BNDES-FINAME - Tx da TJLP + 3,11%a.a.	375
PPE - Tx US\$ + Juros medios 5,18% a 12,5% a.a.	296.293
CCB - Tx CDI + juros medios 5,07% a.a.	<u>116.829</u>
 Total	 <u>413.497</u>
 No Passivo circulante	 401.417
No Passivo não circulante	<u>12.080</u>
	<u>413.497</u>

13 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>30/11/2022</u>
Salários e encargos a pagar	22.803
Provisão de férias e encargos	1.362
Provisão para 13 salário e encargos	<u>663</u>
	<u>24.828</u>

14 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>30/11/2022</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	34.799
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	32.822
Parcelamentos tributários	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	28.382
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(12.673)</u>
 Total	 <u>87.565</u>
 No passivo circulante	 27.351
No passivo não circulante	<u>60.215</u>
	<u>87.565</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% % a.a.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/11/2022
Tributos Estaduais	198.344
Tributos Federais	246.310
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	25.410
Tributos Municipais	1.862
Taxas a Associação de fornecedores de cana	2.151
Tributos Sindicais	317
	474.394

A administração informa que está em tratativas para o parcelamento do seu passivo tributário.

16 Outras contas a pagar

Os saldos têm a seguinte composição:

	30/11/2022
Adiantamentos de clientes	34.197
Produtos faturados a entregar	3.173
Encargos financeiros complementares	13.990
Acordos judiciais e outros acordos a pagar	65.430
Demais contas a pagar	23.826
	140.616
Passivo circulante	140.547
Passivo não circulante	68
	140.616

17 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 115.009 o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de Despesas Administrativas e gerais no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, tendo sido estimadas em R\$ 12.833.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 59.441.219 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Deemed cost - Imobilizado

Composto pelo custo atribuído e reserva de reavaliação de ativos líquidos dos efeitos tributários, vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que deram origem.

c. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

19 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas com vendas e os impostos sobre vendas no período são assim demonstradas:

	<u>30/11/2022</u>
Receita de vendas de almoxarifados	409
(-) Impostos sobre vendas	<u>(96)</u>
Receita líquida das vendas	<u>313</u>

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Em milhares de reais

20 Despesas e custos operacionais por natureza

	<u>30/11/2022</u>
Despesas com pessoal	7.472
Serviços de terceiros	4.116
Diversos	<u>1.230</u>
	<u>12.818</u>

A reconciliação de despesas e custos operacionais é assim apresentada:

Custo dos produtos vendidos	70
Despesas Gerais e administrativas	<u>12.748</u>
	<u>12.818</u>

21 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido é assim apresentado:

	<u>30/11/2022</u>
Receita Financeiras	
Outras operações	242
Ajustes a valor presente de dividas de longo prazo	<u>987</u>
	1.229
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(150.937)
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(17.845)
Outras despesas financeiras	<u>(10.348)</u>
	(179.130)
Variações cambiais liquidas	<u>(290.151)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(468.052)</u>

22 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


 Joamir Alves
 Diretor Presidente


 Marco Antonio Falsarella
 Contador CRC 1SP139.056/O-4

* * *

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural –
Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2022

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial

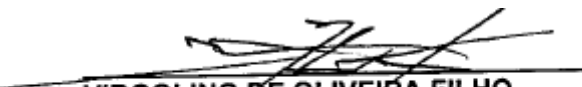
Relatório das demonstrações financeiras

Aos Quotistas da
Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Itapira - SP

Senhores Quotistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço patrimonial, a Demonstração de resultados, a Demonstração de resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas explicativas da empresa Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial, relativos ao período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Itapira (SP), 22 de dezembro de 2022.


VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
CPF: 848.781.778-53


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Balço Patrimonial em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

ATIVO	<u>30/11/2022</u>	PASSIVO	<u>30/11/2022</u>
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10	Outras Contas a Pagar	0
Contas a receber	<u>0</u>	Impostos e Contribuições a Recolher	<u>0</u>
Total do ativo circulante	<u>10</u>		<u>(0)</u>
Não circulante		Patrimônio líquido	
Partes relacionadas	<u>8</u>	Capital Social	10
		Lucros acumulados	<u>8</u>
Total do ativo não circulante	<u>8</u>	Total do patrimônio líquido	<u>18</u>
Total do ativo	<u><u>18</u></u>	Total do passivo	<u><u>18</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Receita líquida de vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	0
Receita líquida de vendas	-	0
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Total das despesas operacionais	-	-
Resultado financeiro		
Despesas Financeiras	(0)	(0)
Resultado financeiro líquido	(0)	(0)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Resultado abrangente período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Lucro líquido (prejuízo) do período	(0)	0
Resultado abrangente total	(0)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	8	18
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u> </u>	<u>(0)</u>	<u>(0)</u>
Em 30 de novembro de 2022	<u>10</u>	<u>8</u>	<u>18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural - Em recuperação judicial

Demonstração do Fluxo de Caixa período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022

Valores em Milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30/11/2022	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(0)	0
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	0
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	8
Partes relacionadas	-	(8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(0)	(0)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	10	10
No início do período	10	10
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial.

O exercício social da empresa compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Essas demonstrações financeiras compreendem o período de 11 (onze) meses findos em 30 de novembro de 2022.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV. Com base nesses resultados, a Companhia e as demais empresas do Grupo, solicitaram a homologação judicial do PRJ na modalidade “*cram down*”, previsto nos incisos do § 1º e no § 2º do art. 58 da Lei 11.101/2005 (“LRF”).

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (com a aplicação do *cram down*). Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de novembro de 2022
Valores em Milhares de Reais

3 Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas é apresentado ao custo, no Ativo Não Circulante, com a seguinte composição:

	<u>30/11/2022</u>
Agropecuaria Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	<u>8</u>
	<u><u>8</u></u>

4 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 10 mil reais, todo pertencente ao Sr. Virgolino de Oliveira Filho.

5 Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 1, em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial. Os efeitos e ajustes decorrentes dessa homologação serão apresentados oportunamente e não fazem parte das presentes demonstrações financeiras.


VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
 CPF: 848.781.778-53


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

* * *

Esclarecimentos em aberto

Grupo Virgolino de Oliveira

Janeiro/2023

Questionamentos em aberto

Considerando o disponibilizado acima pela recuperanda, permanecem pendente de resposta as seguintes solicitações:

Em 23/03/2022, solicitamos:

(Identificação 44): No mês de dezembro/2021, o faturamento apresentou diminuição de 7,11%, seguido pela queda de 96% em janeiro/2022. Solicitamos que seja encaminhado todas as notas de vendas (DANFE e XML) realizadas no período de maio/2021 a janeiro/2022.

A recuperanda informou em 12/05/2022:

Por fim, as Recuperandas informam que compartilharão diretamente à Administradora Judicial todas as notas de vendas solicitadas, e se colocam à disposição para esclarecer quaisquer pontos adicionais que se façam necessários.

Não foram disponibilizadas as notas de vendas mencionadas pela recuperanda, sendo estas necessárias para que tal solicitação seja atendida.¹

RMA referente a setembro/2021:

(Identificação 35): Nesse quesito, o GVO deverá apresentar, mensalmente, acompanhada das informações contábeis, as apurações dos encargos trabalhistas, guias de recolhimento e comprovantes de pagamentos realizados.

¹ A recuperanda encaminhou em 17/01/2022 as notas de vendas as quais serão analisadas.

A acerca desta solicitação de esclarecimentos, a recuperanda disponibilizou os comentários abaixo:

Apresentamos as apurações mensais dos encargos trabalhistas, relacionados às contribuições previdenciárias e aos impostos apurados e informados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, constantes nos recibos de entrega das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários – DCTFWeb, e em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, informados na SEFIP- Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, utilizado na geração da GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, acompanhados de guias de recolhimentos pagas no período.

De modo a facilitar a consulta de referidos documentos, encaminhamos um link diretamente à Administração Judicial nesta data.

Adicionalmente, informamos que o GVO está em fase final de negociação para a regularização de todo seu endividamento tributário, previdenciário e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de seus funcionários.

Embora a recuperanda tenha descrito o procedimento realizado, não foi disponibilizado o referido link. Solicitamos o envio deste².

RMA referente a setembro/2021:

(Identificação 38): Para a Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A. a diferença se deve a arredondamentos, como informado pela recuperanda, já para a Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. e Agropecuária Terras Novas S.A. não houve

² A recuperanda encaminhou em 17/01/2022 as notas de vendas as quais serão analisadas.

manifestação por parte das Recuperandas. Nesse sentido, requer-se às Recuperandas que se pronunciem a respeito.

Acerca desta solicitação, a recuperanda disponibilizou os seguintes comentários:

O questionamento faz menção à comparação entre o saldo do Balancete e do Balanço Patrimonial das empresas Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. e Agropecuária Terras Novas S.A., conforme abaixo:

Imobilizado Diferença Balancete x Balanço	mai/21	jun/21	jul/21
Açucareira Virgolino de Oliveira S/A	- 35.043 -	35.179 -	35.268
Agropecuária Terras Novas S/A	- 168 -	168 -	168

As Recuperandas compararam os balancetes analíticos e sintéticos, e não identificaram as diferenças apontadas. Conforme indicado abaixo, os números correspondem:

Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.				
Conta	Descrição	<u>Maio de 2021</u>	<u>Junho de 2021</u>	<u>Julho de 2021</u>
13210001	TERRENOS E PROPRIEDADES	8.916.250,00	8.916.250,00	8.916.250,00
13210002	EDIFICIOS E DEPENDENCIAS	35.505.335,28	35.505.335,28	35.505.335,28
13210004	BENFEITORIAS	9.989.077,21	9.989.077,21	9.989.077,21
13213002	EDIFICIOS E DEPENDENCIAS - CPC 27	16.230.681,01	16.230.681,01	16.230.681,01
13220002	INSTALACOES E EQUIPAMENTOS	278.276.722,53	278.276.722,53	278.276.722,53
13220003	INSTRUMENTOS, FERRAMENTAS E APETRECHOS	2.176.432,80	2.176.432,80	2.176.432,80
13223002	INSTALACOES E EQUIPAMENTOS - CPC 27	114.962.745,84	114.962.745,84	114.962.745,84
13223003	INSTRUMENTOS, FERRAMENTAS E APETRECHOS	484.240,60	484.240,60	484.240,60
13230001	VEICULOS	28.810.001,67	28.810.001,67	28.810.001,67
13233001	VEICULOS - CPC 27	7.349.018,55	7.349.018,55	7.349.018,55
13260002	MOVEIS E UTENSILIOS	2.625.307,24	2.625.307,24	2.625.307,24
13260008	USO DE SISTEMAS	149.780,63	149.780,63	149.780,63
13270731	AUTOMACAO CARREGAMENTO ETANOL	150.095,25	150.095,25	150.095,25
13270747	NR10 - SPDA - JB	79.200,00	79.200,00	79.200,00
13270751	NR10 - SPDA - MON	13.000,00	13.000,00	13.000,00
13270757	NR23 - PROTECAO CONTRA INCENDIO	2.617.570,49	2.617.570,49	2.617.570,49
13270758	SISTEMA MONITORAMENTO ARMAZEM - JB	3.609,00	3.609,00	3.609,00
13270761	COGERACAO DE ENERGIA - UNIDADE JB	15.000,00	15.000,00	15.000,00
13270762	COLUNA DE PRODUCAO DE ETANOL B1 (MOI)	63.839,86	63.839,86	63.839,86
13280003	VEICULOS	39.828,76	39.828,76	39.828,76
	TOTAL NO BALANCETE	508.457.736,72	508.457.736,72	508.457.736,72
	TOTAL NO BALANÇO SINTETICO	508.458.000,00	508.458.000,00	508.458.000,00

Agropecuária Terras Novas S.A.

Conta	Descrição	Maio de 2021	Junho de 2021	Julho de 2021
13210004	BENFEITORIAS	13.256.846,40	13.256.846,40	13.256.846,40
13220001	MAQUINISMOS E ACESSORIOS	7.860.172,75	7.860.172,75	7.860.172,75
13230001	VEICULOS	18.274.377,20	18.274.377,20	18.274.377,20
13233001	VEICULOS - CPC 27	2.536.055,64	2.536.055,64	2.536.055,64
13240001	TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	30.260.196,77	30.260.196,77	30.260.196,77
13243001	TRATORES E IMPL. AGRICOLAS - CPC 27	3.135.646,33	3.135.646,33	3.135.646,33
13260001	MATAS E REFLORESTAMENTOS	275.909,13	275.909,13	275.909,13
13260002	MOVEIS E UTENSILIOS	1.002.419,55	1.002.419,55	1.002.419,55
13270347	TAC CETESB - ADEQUACOES - CANAIS CURY	94.714,20	94.714,20	94.714,20
12290002	ATIVO BIOLOGICO - VALOR JUSTO	167.144,29	167.144,29	167.144,29
13310024	LAVOURA DE CANA - 2015	12.388.158,74	12.388.158,74	12.388.158,74
13310025	LAVOURA DE CANA - 2016	41.978.380,31	41.978.380,31	41.978.380,31
13310026	LAVOURA DE CANA - 2017	45.247.544,91	45.247.544,91	45.247.544,91
13310027	LAVOURA DE CANA - 2018	18.735.893,47	18.735.893,47	18.735.893,47
13310028	LAVOURA DE CANA - 2019	9.662.058,54	9.662.058,54	9.662.058,54
13310029	LAVOURA DE CANA - 2020	6.711.085,38	6.711.085,38	6.711.085,38
TOTAL NO BALANCETE		211.586.603,61	211.586.603,61	211.586.603,61
TOTAL NO BALANÇO SINTETICO		211.587.000,00	211.587.000,00	211.587.000,00

Considerando que as análises realizadas por esta administradora se deram através do Balanço Patrimonial e não do Balancete, será marcada reunião com a recuperanda para dirimir tais dúvidas, com o resultado sendo trazido aos autos em momento oportuno.